

MARIA CELESTE MORITA  
ANA ESTELA HADDAD E  
MARIA ERCÍLIA DE ARAÚJO

PERFIL ATUAL  
E TENDÊNCIAS DO  
CIRURGIÃO-  
DENTISTA  
BRASILEIRO

*Os dentistas, em conjunto com médicos e enfermeiros, constituem o núcleo da equipe de profissionais de nível superior da estratégia de saúde da família. Estudos anteriores traçaram o perfil dos médicos e enfermeiros. A lacuna sobre os cirurgiões-dentistas foi preenchida com essa pesquisa, que contemplou o universo desses profissionais (220.000) registrados no Conselho Federal de Odontologia.*

*O ponto de partida para as análises foi o reconhecimento de que o Brasil tem um efetivo de dentistas entre os maiores do mundo, mas a distribuição interna é desigual. A expectativa das instituições promotoras do projeto é subsidiar políticas que incentivem a fixação de profissionais no interior do país e a formação voltada para atender o conjunto da população.*

*As informações, as análises e as conclusões apresentadas revelam a competência e a dedicação dos autores, congregados pelo Observatório da Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo. Sem dúvida, interessa compartilhar as lições aprendidas com essa experiência de investigação, ampliando e consolidando um conhecimento coletivo sobre o que fazer, o como fazer e para que fazer.*

*José Paranaguá de Santana*

*Prefaciador*

## Autoras

### ***Maria Celeste Morita***

*Professora Associada do Curso de Odontologia da Univ. Estadual de Londrina  
Pesquisadora do Observatório de Recursos Humanos em Odontologia da FOUSP, rede de Observatórios MS/OPAS/OMS*

### ***Ana Estela Haddad***

*Professora Doutora da Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo  
Diretora do Departamento de Gestão da Educação na Saúde da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação do Ministério da Saúde*

### ***Maria Ercília de Araújo***

*Professora Associada da Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo  
Coordenadora do Observatório de Recursos Humanos em Odontologia da FOUSP, rede de Observatórios MS/OPAS/OMS*

Esta publicação, “Perfil atual e tendências do cirurgião-dentista brasileiro”, resulta do projeto que deu origem à criação da primeira Estação de Trabalho da Rede de Observatórios de Recursos Humanos em Saúde, voltada para a Odontologia, a Estação de Trabalho da Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo, com o apoio do Ministério da Saúde, por meio da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, e da Organização Panamericana de Saúde.

A pesquisa, desenvolvida no período de agosto de 2008 a dezembro de 2009, teve como objetivo levantar e articular informações existentes em bancos de dados isolados de diversas fontes, traçando uma linha de base com um conjunto de informações sobre o cirurgião-dentista brasileiro.

No momento em que o Ministério da Saúde, em parceria com o Ministério da Educação, investe amplamente na mudança da formação dos profissionais de saúde, na capacitação gerencial para os diversos níveis de gestão do SUS e na gestão e regulação do trabalho em saúde, estudos como este aqui apresentado, deverão contribuir para o planejamento e a implementação das políticas de formação e inserção profissional no campo da saúde bucal nas suas múltiplas áreas de atuação, integradas à equipe de saúde.



9 788588 020542

ISBN 978-85-88020-54-2

DENTAL PRESS  
INTERNATIONAL

[www.dentalpress.com.br](http://www.dentalpress.com.br)

PERFIL ATUAL E  
TENDÊNCIAS DO  
CIRURGIÃO-DENTISTA  
BRASILEIRO



MARIA CELESTE MORITA  
ANA ESTELA HADDAD E  
MARIA ERCÍLIA DE ARAÚJO

PERFIL ATUAL E  
TENDÊNCIAS DO  
CIRURGIÃO-DENTISTA  
BRASILEIRO

MARINGÁ  
DENTAL PRESS  
INTERNATIONAL  
2010

© 2010 by Maria Celeste Morita, Ana Estela Haddad, Maria Ercília de Araújo.

Todos os direitos para a língua portuguesa reservados pelos autores.  
Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida, guardada pelo sistema "retrieval"  
ou transmitida de qualquer modo ou por qualquer outro meio, seja este eletrônico, mecânico,  
de fotocópia, de gravação, ou outros, sem prévia autorização, por escrito, dos autores.

#### **Coordenação Geral**

Laurindo Zanco Furquim  
Teresa Rodrigues D'Aurea Furquim

#### **Projeto Gráfico, Capa e Diagramação**

Carlos Alexandre Venancio  
Fernando Truculo Evangelista

#### **Cooperação:**



---

#### Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

M862p Morita, Maria Celeste  
Perfil atual e tendências do cirurgião-dentista brasileiro / Maria Celeste Morita, Ana  
Estela Haddad, Maria Ercília de Araújo. - Maringá : Dental Press, 2010.  
96 p. : il.; 24 cm.

ISBN 978-85-88020-54-2

1. Cirurgião-dentista - Perfil - Brasil. 2. Haddad, Ana Estela. 3. Araújo, Maria  
Ercília de. I. Título.

CDD 21 ed. 617.6

---

Dental Press Editora Ltda.  
Av. Euclides da Cunha, 1718 - Zona 5 - CEP 87015-180 - Maringá - Paraná  
Fone/Fax: (0xx44) 3031-9818 - dental@dentalpress.com.br

## Autoras

### ***Maria Celeste Morita***<sup>1</sup>

Professora Associada do Curso de Odontologia da Universidade Estadual de Londrina  
Pesquisadora do Observatório de Recursos Humanos em Odontologia da FOUSP, rede de  
Observatórios MS/OPAS/OMS

### ***Ana Estela Haddad***

Professora Doutora da Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo  
Diretora do Departamento de Gestão da Educação na Saúde da  
Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação do Ministério da Saúde

### ***Maria Ercília de Araújo***

Professora Associada da Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo  
Coordenadora do Observatório de Recursos Humanos em Odontologia da FOUSP, rede de  
Observatórios MS/OPAS/OMS

---

<sup>1</sup> Esta publicação é parte dos resultados do Programa de Pós-doutoramento da autora Maria Celeste Morita, junto ao Observatório de Recursos Humanos Odontológicos da Faculdade de Odontologia da USP/MS/OPAS.

# Colaboradores

***Miguel Álvaro Santiago Nobre***

Presidente do Conselho Federal de Odontologia

***Silvio Jorge Cecchetto***

Presidente da Associação Paulista de Cirurgiões-dentistas

***Lutz Roberto Craveiro Campos***

Vice-Presidente da Associação Brasileira de Odontologia

***Orlando Ayrton de Toledo***

Presidente da Associação Brasileira de Ensino Odontológico

***Gilberto Pucca Junior***

Coordenador de Saúde Bucal do Departamento de Atenção Básica do Ministério da Saúde

***Isabela de Almeida Pordeus***

Representante da área Odontologia na CAPES

***João Humberto Antoniazzi***

Representante da Associação Paulista de Cirurgiões-dentistas

***Luciano Maurício Sampaio Barreto***

Gerente de Tecnologia e Informação do Conselho Federal de Odontologia

***Entidades Promotoras:***

- Ministério da Saúde (MS) - Departamento de Gestão da Educação na Saúde
- Organização Pan Americana de Saúde (OPAS) e
- Observatório de Recursos Humanos em Odontologia (ObservaRHodonto) - Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo.

***Entidades participantes***

- Conselho Federal de Odontologia
- Associação Brasileira de Odontologia
- Associação Brasileira de Ensino Odontológico
- Associação Paulista de Cirurgiões-dentistas
- CAPES/Representação da área de Odontologia
- Ministério da Saúde - SGTES/Departamento de Gestão da Educação na Saúde SAS/Departamento de Atenção Básica /Coordenação Nacional de Saúde Bucal

***Revisão Técnica***

Lucimar Aparecida Britto Codato

Elisa Emi Tanaka Carlotto



# Agradecimentos

## Conselho Federal de Odontologia

Miguel Álvaro Santiago Nobre - *Presidente do CFO 2000-2009.*

Luciano Mauricio Sampaio Barreto - *Gerente de Tecnologia e Informação*

## INEP

Célia Cristina de Souza Gedeon Araújo

Maria Ines Gomes de Sa Pestana

Laura Bernardes da Silva - *Coordenadora do Censo da Educação Superior*

Nabila Gebrim - *Coordenadora Geral do Censo da Educação Superior Diretoria de Estatísticas Educacionais*

## CAPES/MEC

Sandra Freitas - *Chefe de Gabinete da Presidência*

Sérgio Avellar - *Assessor da Presidência da CAPES/MEC*

## Ministério da Fazenda

Nelson Machado - *Secretário Executivo do Ministério da Fazenda*

Frederico Igor Leite Faber - *Chefe Substituto da Divisão de Pessoa Física/COBRA/CODAC Secretaria da Receita Federal do Brasil*

## Observatório de Recursos Humanos/IMS/UERJ

Célia Regina Pierantoni - *Diretora Centro Colaborador da OPAS/OMS para Planejamento e Informação da Força de Trabalho em Saúde*

## Coordenação de Saúde Bucal /MS

## Observatório de Recursos Humanos em

## Odontologia/Faculdade de Odontologia da USP

Prof. Dr. Edgard Michel Crosato - *Professor associado da FOUSP e vice-coordenador do ObservaRHodonto;*

Profª. Drª. Cilene Rennó Junqueira, *colaboradora do ObservaRHodonto;*

Acadêmico Luiz Fernando Costa, *estagiário do ObservaRHodonto.*



# Sumário

APRESENTAÇÃO .....	11
PREFÁCIO.....	13
1 INTRODUÇÃO .....	17
2 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA.....	19
3 METODOLOGIA.....	20
3.1 Variáveis pesquisadas .....	20
3.2 Fontes de consultas.....	20
3.3 Número de CD e os tipos de inscrição .....	21
3.4 Localização dos profissionais por CEP.....	21
3.5 Classes populacionais adotadas.....	22
3.6 Titulação por tipo.....	23
3.7 Renda declarada .....	24
4 RESULTADOS.....	24
4.1 Perfil sociodemográfico .....	24
4.1.1 Total de cirurgiões-dentistas e distribuição regional	
4.1.2 Distribuição nas capitais	
4.1.3 Distribuição regional por sexo	
4.1.4 Distribuição por faixa etária e por sexo	
4.1.5 Migração Interna	
4.1.6 Profissionais estrangeiros e migração internacional	
4.2 Perfil da Formação Técnico-Científica .....	45
4.2.1 Graduação em Odontologia	
4.2.2 Matrículas, ingressantes e concluintes em Odontologia	
4.2.3 Perfil do aluno de Odontologia em 2004 e 2007	

- 4.2.4 Pós-Graduação
- 4.2.5 Distribuição de Especialistas por Região
- 4.2.6 Distribuição de Especialistas nas capitais e no interior
- 4.2.7 Distribuição por sexo, especialidade e região
- 4.2.8 Cursos de Mestrado e Doutorado
- 4.2.9 Discentes matriculados
- 4.2.10 Mestres e Doutores por faixa etária e sexo

### **4.3 Perfil do mercado de trabalho..... 62**

- 4.3.1 Concluintes de graduação e inscrição para o exercício profissional
- 4.3.2 Inscrições desativadas
- 4.3.3 Profissionais cadastrados no SCNES com vínculo público
- 4.3.4 Expansão do PSF e interiorização de profissionais
- 4.3.5 Remuneração média e valor do trabalho
- 4.3.6 Renda declarada por região e UF

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 79**

## **REFERÊNCIAS..... 81**

## **LISTA DE SIGLAS..... 85**

## **ANEXOS..... 87**

*Anexo 1: Brasil e UF, 2005: Remuneração Média (R\$) e Valor da Hora de Trabalho de Profissionais Médicos, Cirurgiões-Dentistas e Enfermeiros, por Grandes Regiões e Unidades Federadas.*

*Anexo 2: Brasil e UF, 2006: Remuneração Média (R\$) e Valor da Hora de Trabalho de Profissionais Médicos, Cirurgiões-Dentistas e Enfermeiros, por Grandes Regiões e Unidades Federadas.*

*Anexo 3: Brasil e UF, 2007: Remuneração Média (R\$) e Valor da Hora de Trabalho de Profissionais Médicos, Cirurgiões-Dentistas e Enfermeiros, por Grandes Regiões e Unidades Federadas.*

*Anexo 4: Brasil e UF, 2005 a 2007: Valor da Hora de Trabalho (R\$) de Profissionais Médicos, Cirurgiões-Dentistas e Enfermeiros, por Grandes Regiões e Unidades Federadas.*

*Anexo 5: Municípios que não constam CD residente e Equipes de Saúde Bucal do PSF implantadas, de acordo com o SLAB e CFO em 2009, por região brasileira.*

## Apresentação

Os cirurgiões-dentistas, juntamente com os médicos e enfermeiros, constituem o núcleo básico de profissionais de nível superior das equipes de saúde da família. Estudos anteriores trouxeram informações sobre médicos e enfermeiros. Esta publicação, “Perfil atual e tendências do cirurgião-dentista brasileiro”, resulta do projeto que deu origem à criação da primeira Estação de Trabalho da Rede de Observatórios de Recursos Humanos em Saúde, voltada para a Odontologia, a Estação de Trabalho da Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo, com o apoio do Ministério da Saúde, por meio da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, e da Organização Panamericana de Saúde.

A pesquisa, desenvolvida no período de Agosto de 2008 a Dezembro de 2009, envolveu a consulta a bancos de dados que possuem informações sobre os cerca de 220.000 cirurgiões-dentistas registrados no Conselho Federal de Odontologia. O Brasil concentra aproximadamente 20% dos dentistas do mundo, mas a distribuição interna é desigual. A fixação de profissionais no interior do país, e a formação voltada para atender o conjunto da população estão entre os principais desafios. O estudo analisa um banco de dados entre os maiores existentes na área no mundo.

A parceria estabelecida no âmbito do projeto com as entidades odontológicas permitiu estender a consulta a vários bancos de dados, e possibilitou o estabelecimento de análises sob múltiplos olhares relacionados à formação e ao exercício profissional. As seguintes entidades participaram deste estudo: Conselho Federal de Odontologia - CFO; Associação Brasileira de Odontologia - ABO Nacional; Associação Brasileira de Ensino Odontológico - ABENO; Associação Paulista de Cirurgiões-dentistas - APCD; Ministério da Saúde/DEGES e Coordenação Nacional de Saúde Bucal. O trabalho colaborativo e articulado das entidades permitiu a identificação de lacunas no processo de coleta e o aperfeiçoamento do conjunto de informações dos bancos de dados.

A pesquisa teve como objetivo levantar e articular informações existentes em bancos de dados isolados de diversas fontes, traçando uma linha de base com um conjunto de informações sobre o cirurgião-dentista (CD) brasileiro. Buscou investigar quantos são, onde estão, qual o grau de formação, qual a renda e tipo de exercício profissional desenvolvido pelos CDs no país. Além

disto, foi elaborada uma análise das tendências no perfil sociodemográfico, da formação técnico-científica e do mercado de trabalho.

No momento em que o Ministério da Saúde, em parceria com o Ministério da Educação, investe amplamente na mudança da formação dos profissionais de saúde, na capacitação gerencial para os diversos níveis de gestão do SUS e na gestão e regulação do trabalho em saúde, estudos como este aqui apresentado, deverão contribuir para o planejamento e a implementação das políticas de formação e inserção profissional no campo da saúde bucal nas suas múltiplas áreas de atuação, integradas à equipe de saúde.

FRANCISCO EDUARDO DE CAMPOS

*Professor Titular da Faculdade de Medicina da UFMG*

*Secretário de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde*

## Prefácio

A efetivação de políticas de educação e trabalho em saúde apresenta múltiplos desafios. Entre tantos outros, destaca-se a carência de informação confiáveis que orientem o planejamento, a execução e a avaliação de medidas a cargo do poder público. O Brasil dispõe de boas fontes de dados sobre recursos humanos, que podem ser consultadas para elaboração de informações de interesse tanto dos gestores dos sistemas de saúde e educação, como de outros atores sociais. Entretanto, não é tarefa simples transformar dados em informações úteis e oportunas para o processo decisório, sua avaliação e reorientação. Esse é um desafio que vem sendo paulatinamente enfrentado no Brasil, com a estratégia da Rede Observatório de Recursos Humanos em Saúde, atualmente conhecida pela sigla ObservaRH. Essa iniciativa foi desencadeada oficialmente em reunião promovida pela OPAS/OMS em Santiago do Chile em 1999, com o objetivo geral de contribuir para a produção e a difusão de conhecimento nessa área. A adesão do Brasil formalizou-se naquele mesmo ano, com a publicação de uma portaria da Secretaria de Políticas de Saúde do Ministério da Saúde.<sup>1</sup>

Conforme assinalei em publicação contendo a primeira série de trabalhos produzidos pelos observatórios brasileiros: “O objetivo geral dessa rede é propiciar o mais amplo acesso a informações e análises sobre recursos humanos na área de saúde no País, facilitando a melhor formulação, acompanhamento e avaliação de políticas e programas setoriais. Além disso, espera-se que a rede também contribua para o desenvolvimento de processos de controle social sobre a dinâmica e as tendências dos sistemas de educação e trabalho no campo da saúde. O entendimento consensual é que o funcionamento da rede se estabeleça com base na colaboração entre centros de estudo e instituições públicas ou privadas e que sua missão leve em conta as expectativas de diferentes grupos de interesse da sociedade, não se atrelando a orientações exclusivas dos patrocinadores ou financiadores de projetos.”<sup>2</sup>

---

1 BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Portaria n° 26, de 21 de setembro de 1999. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 de set. 1999, Seção 1. p. 182.

2 SANTANA, J. P. A cooperação técnica com os observatórios de recursos humanos em saúde no Brasil. In: BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Observatório de recursos humanos em saúde no Brasil: estudos e análises**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003. Disponível em [http://www.opas.org.br/rh/publicacoes/textos/orh\\_completo.pdf](http://www.opas.org.br/rh/publicacoes/textos/orh_completo.pdf). Acesso em: 16 dez. 2009.

A Rede ObservaRH foi tomada como prioridade pela nova Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde do Ministério da Saúde, conferindo perenidade a essa linha de trabalho. Ao longo de uma década consolidou-se um amplo conjunto de “estações de trabalho” distribuídas em várias unidades da federação. Algumas delas foram constituídas em torno de uma temática específica, como é o caso do Observatório da Faculdade de Odontologia da USP.

A experiência dessa nova unidade da rede tem sido exemplar, em termos da integração indispensável para a transformação de dados em informações para decisão. Os especialistas dos observatórios devem elaborar os estudos em sintonia com as demandas dos gestores de saúde. Assim foi feito, conforme demonstra a presente publicação, sobre o **Perfil atual e tendências do cirurgião-dentista brasileiro**, resultante de um esforço articulado entre o gestor nacional do SUS e uma instituição acadêmica, com apoio da OPAS/OMS.

Um dos produtos desse empreendimento colaborativo iniciado há cerca de ano e meio apresenta-se neste livro: o perfil sociodemográfico, da formação técnico-científica e do mercado de trabalho de uma categoria profissional chave para a política de saúde do Brasil, particularmente em seu propósito de inclusão social mediante a estratégia de saúde da família. São elementos importantes para o planejamento e avaliação das políticas de formação e inserção profissional no campo da saúde bucal nas suas múltiplas áreas de atuação. Além disso, o processo de cooperação entre as entidades mobilizadas na produção desse estudo permitiu a identificação de lacunas e o aperfeiçoamento dos respectivos bancos de dados ou sistemas de informação.

Os dentistas, em conjunto com médicos e enfermeiros, constituem o núcleo da equipe de profissionais de nível superior da estratégia de saúde da família. Estudos anteriores traçaram o perfil dos médicos e enfermeiros. A lacuna sobre os cirurgiões-dentistas foi preenchida com essa pesquisa, que contemplou o universo desses profissionais (220.000) registrados no Conselho Federal de Odontologia. Em etapa subsequente o Observatório/FO/USP ampliará o escopo do estudo para os profissionais de nível técnico e médio.

O ponto de partida para as análises foi o reconhecimento de que o Brasil tem um efetivo de dentistas entre os maiores do mundo, mas a distribuição interna é desigual. A expectativa das instituições promotoras do projeto é subsidiar políticas que incentivem a fixação de profissionais no interior do país e a formação voltada para atender o conjunto da população.

Vale ressaltar, além desse valioso conjunto de informações e análises, o significado implícito e o potencial desdobramento que se espera da participação das demais entidades na realização do projeto: o Conselho Federal de Odontologia, a Associação Brasileira de Odontologia, a Associação Brasileira de Ensino Odontológico, a Associação Paulista de Cirurgiões-dentistas, além das instituições governamentais - CAPES/Representação da área de Odontologia e Ministério da Saúde/



DEGES e Coordenação Nacional de Saúde Bucal. Desse colegiado de atores, em associação com os gestores do SUS nas esferas estaduais e municipais, depende a efetividade de políticas que visem uma nova configuração da situação e tendências atuais em prol da almejada inclusão social que se espera do novo modelo de atenção a saúde do Brasil.

Refletir sobre questões dessa ordem torna mais claro o significado da proposta dos observatórios, que devem ser entendidos como uma instância de articulação entre pesquisadores e outros atores sociais interessados na construção de uma determinada modelagem do conhecimento. Essa interação é ao mesmo tempo indispensável e delicada em sua tecedura. Indispensável, tendo em vista a meta de melhorar a interpretação consistente e o uso oportuno de informações no processo decisório. Delicada, pois deve respeitar a autonomia de cada um dos processos que se entrecruzam - a liberdade do pensamento analítico e a intencionalidade dos atores dos processos sociais.

Outro aspecto a merecer destaque no prefácio dessa publicação resulta de sua contextualização no âmbito da Rede ObservaRH. As informações, as análises e as conclusões apresentadas revelam a competência e a dedicação dos autores, congregados pelo Observatório da Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo. É sem dúvida um produto a ser compartilhado com as demais estações de trabalho da rede, intensificando a interação que deve ser a marca distintiva da cooperação entre os pesquisadores das unidades dessa rede colaborativa. Mais que isso, interessa compartilhar as lições aprendidas com essa experiência de investigação, ampliando e consolidando um conhecimento coletivo sobre o que fazer, o como fazer e para que fazer.

A reflexão final que apresento diz respeito à importância desse projeto para o processo de cooperação internacional em recursos humanos na área de saúde. Que fique registrada a expectativa de intercâmbio não apenas com os observatórios da rede brasileira, mas com os observatórios de recursos humanos de outros países, especialmente aqueles com os quais o Brasil vem praticando uma experiência de cooperação com triangulação da OPAS/OMS, como os integrantes da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL).

*José Paranaquá de Santana*

*Gerente do IC 41*

*Programa de Cooperação Internacional*

*Representação da OPAS/OMS no Brasil*



## 1 INTRODUÇÃO

No Brasil, o curso de Odontologia foi instituído em 25 de outubro de 1884 pelo Decreto nº 9311, junto aos cursos de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia<sup>1, 2, 3</sup>.

Desde então, ocorreu considerável aumento do número de escolas, sobretudo nos últimos 30 anos, sendo que, em 2008, atingimos o número de 197 cursos cadastrados no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), de acordo com o Censo da Educação Superior<sup>4</sup>. Em média, esses cursos formam cerca de 9000 novos cirurgiões-dentistas a cada ano.

A profissão de cirurgião-dentista (CD) é exercida no país por meio da regulamentação da Lei nº 5.081, de 24 de agosto de 1966<sup>5</sup>. De acordo com a Classificação Brasileira de Profissões (CBO), que é o documento normalizador do reconhecimento, da nomeação e da codificação dos títulos e conteúdos das ocupações do mercado de trabalho brasileiro, entende-se por Cirurgião-dentista, aqueles que:

“Atuam nas áreas de odontologia legal e saúde coletiva, dentística, prótese e prótese maxilofacial, odontopediatria e ortodontia, radiologia, patologia, estomatologia, periodontia, traumatologia bucomaxilofacial e implantodontia. Trabalham por conta própria ou como assalariados em clínicas particulares, cooperativas, empresas de atendimento odontológico e na administração pública. Exercem suas atividades individualmente e em equipe” (BRASIL, 2002)<sup>6</sup>.

Nas últimas décadas o exercício da profissão de CD tem passado por profundas modificações, resultado da influência de diversos fatores. Percebe-se a progressiva incorporação de tecnologia, de especialização, a redução do exercício liberal estrito, a popularização dos sistemas de Odontologia de grupo, o aumento do percentual de profissionais com vínculo público, sobretudo com o crescimento expressivo dos postos de trabalho na rede pública de serviços de Odontologia. A participação do dentista no Programa de Saúde da Família (PSF) e o surgimento dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) na rede do Sistema Único de Saúde (SUS) têm grande impacto nesses números.

Segundo o Ministério da Saúde<sup>7</sup>, em 2001, havia cerca de 2000 Equipes de Saúde Bucal (ESB) no PSF credenciadas. Em 2009, dados relativos ao mês de outubro, mostram que há 17.818 equipes de Saúde Bucal implantadas e cadastradas no Sistema de Cadastro

Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) do DATASUS<sup>1</sup>.

Esse quadro vem acompanhado de desafios para a adequação da formação para o trabalho em consonância com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS)<sup>8,9,10,11</sup> e da necessidade de se promover uma melhor distribuição de profissionais entre as regiões brasileiras<sup>12</sup>.

**A inserção do dentista nas equipes de saúde da família é parte essencial da estratégia de estruturação dos serviços no SUS.** O papel dos trabalhadores em saúde na qualidade dos serviços ofertados é indiscutível<sup>13, 14</sup>. Não ao acaso, a Organização Mundial da Saúde (OMS), considerando os Profissionais da Saúde como imprescindíveis, dedicou a década 2006-2015 ao tema, estabelecendo metas a serem atingidas no plano internacional.

Do relatório mundial de saúde de 2006, denominado “Trabalhando juntos pela Saúde”<sup>15</sup>, destaca-se:

“Muitas vezes não há sistemas para registrar e atualizar o números de trabalhadores de saúde, o que apresenta um grande obstáculo para o aprimoramento de políticas para o desenvolvimento de recursos humanos baseados em evidências...

...sobre o perfil global dos trabalhadores em saúde “Informações sobre composição da equipe, faixa etária, fontes de renda, localização geográfica e outras características que são importantes para o desenvolvimento de políticas, estão longe de estar completas”.

Assim, o conhecimento do perfil dos profissionais que atuam na área da saúde, estabelecendo dados e produzindo informações, sobretudo dos que atuam na atenção básica, como foi o caso na presente pesquisa, encontra respaldo na necessidade de fortalecimento da capacidade de planejamento do SUS e na demanda internacional de informações em saúde.

Os dentistas, em conjunto com médicos e enfermeiros, constituem o núcleo básico de profissionais de nível superior das equipes de saúde da família. Estudos anteriores traçaram informações sobre médicos<sup>16</sup>, e enfermeiros<sup>17</sup>.

---

1 Departamento de Informática do SUS - DATASUS, órgão da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, responsável por coletar, processar e disseminar informações sobre saúde.

A pesquisa envolveu bancos de dados que possuem informações sobre os cerca de 220.000 cirurgiões-dentistas registrados no Conselho Federal de Odontologia (CFO). O Brasil tem um efetivo de dentistas entre os maiores do mundo, mas a distribuição interna é desigual. A fixação de profissionais no interior do país e a formação voltada para atender o conjunto da população são os principais desafios.

Diversos bancos de dados referentes à profissão mostram um efervescente perfil de mudanças. Contudo, esses dados encontram-se isolados e são obtidos com diferentes objetivos. A multiplicidade de fontes não permite o delineamento de um quadro geral.

A proposta central desta pesquisa foi levantar e articular a informação existente em bancos de dados isolados para que se pudesse traçar uma linha de base com um conjunto de informações sobre o cirurgião-dentista brasileiro. Pretendeu-se, portanto, saber de forma menos empírica quantos são, onde estão, qual o grau de formação, qual a renda e tipo de exercício profissional desenvolvido pelos CD no país.

Espera-se que os resultados desse estudo possam contribuir para o planejamento e a implementação das políticas de formação e inserção profissional no campo da saúde.

## 2 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

A pesquisa foi desenvolvida por meio da cooperação entre as entidades integrantes do estudo que participaram do planejamento e disponibilizaram informações contidas em seus bancos de dados. Além disto, contou com a busca ativa de pesquisadores do Observatório de Recursos Humanos Odontológicos da Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo (ORHO-USP). O desenvolvimento do projeto se deu por meio de reuniões presenciais e por videoconferências.

Durante o processo estiveram conectados por videoconferência, o Observatório de Recursos Humanos Odontológicos da USP e a Associação Paulista de Cirurgiões-dentistas (APCD), em São Paulo. O Ministério da Saúde (MS), em Brasília, com a participação do Departamento de Gestão da Educação na Saúde e do Departamento de Atenção Básica, a Associação Brasileira de Odontologia (ABO) Nacional e a Associação Brasileira de Ensino Odontológico (ABENO). O Conselho Federal de Odontologia, no Rio de Janeiro. A representação da área na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte e a pesquisadora

responsável na Universidade Estadual de Londrina (UEL), em Londrina.

Além dos representantes das Entidades citadas, colaboraram na produção dos dados o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, a CAPES e a Receita Federal. O estudo teve seu início em agosto de 2008.

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 Variáveis pesquisadas

- Perfil sociodemográfico: idade, sexo, renda, distribuição regional, local de graduação, migração.
- Perfil da Formação Técnico-Científica: graduação, pós-graduação *lato e stricto sensu* por região brasileira.
- Perfil do mercado de trabalho: número de profissionais por região, exercício privado, público, renda declarada

#### 3.2 Fontes de Consultas

- Banco de dados do Conselho Federal de Odontologia.
- Cadastro da Associação Brasileira de Odontologia.
- Cadastro da Associação Paulista de Cirurgiões-dentistas.
- Banco de dados da Coordenação Nacional de Aperfeiçoamento Superior (DATA CAPES/Coleta) /Ministério da Educação (MEC).
- Banco de dados do Sistema de Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde/DATASUS/Ministério da Saúde (MS).
- Pesquisa Nacional por Amostragem de domicílios (PNAD)/IBGE/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- Código de Endereçamento Postal (CEP)/Correios.
- Banco de dados da Receita Federal/Ministério da Fazenda.
- Relação Anual de Informações Sociais - RAIS/ Ministério do Trabalho e Emprego.
- Censo da Educação Superior/INEP/MEC.
- Cadastros da Educação Superior - Instituições de Educação Superior, Cursos e Docentes/INEP/MEC.
- Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) - Questionário dos Alunos - INEP/MEC.

### 3.3 Número de CD e os tipos de inscrição

Para obtenção do total de CDs atuantes no país, é preciso compreender as possibilidades de registro existentes no banco de dados do CFO. Para efeito da unidade de entrada, as inscrições podem ser descritas segundo os seguintes tipos:

**Inscrição Provisória** é a inscrição concedida a recém-formados que ainda não possuem Diploma de Graduação. Tem validade máxima de dois anos improrrogáveis a contar da data de colação de grau.

**Inscrição Principal Ativa** é a inscrição concedida aos profissionais possuidores de Diploma de Graduação mediante requerimento, mantida no sistema em atividade.

**Inscrição Secundária e Terciária** são as possibilidades de inscrição concedida aos profissionais, mediante solicitação, quando estes pretendem atuar em outros estados além daquele em que possuem uma inscrição principal.

**Inscrição por Transferência** é a inscrição concedida aos profissionais que migram de estado de atuação. O cancelamento da inscrição no estado de origem se faz durante o trâmite do processo.

**Inscrição de Especialidade** O CFO permite o registro de até 2 especialidades. Caso o profissional queira registrar uma terceira especialidade deverá abrir mão de uma das anteriores.

Também há registros de caducidade de inscrição e de cancelamentos.

Quanto à **Caducidade**, essa informação é registrada quando o profissional que possuía uma inscrição Provisória não retorna para a entrega do Diploma de Conclusão de Curso. Assim, o sistema a cancela por caducidade do prazo da inscrição provisória.

Sobre os **cancelamentos**, estes poderão ser por: falecimento, encerramento das atividades, transferência (nesse caso, específico, o profissional cancela a inscrição em um Conselho Regional de Odontologia (CRO) e se inscreve novamente em outro), caducidade, suspensão temporária (não exercício da profissão, temporariamente) por débitos ou cassação de direitos, derivada de processo ético disciplinar.

Assim, para este estudo, em algumas tabelas, serão excluídos os dados de Inscrições Secundárias, Terciárias e Provisórias, a fim de evitar a duplicidade de entrada na contagem do número total de cirurgiões-dentistas.

### 3.4 Localização dos profissionais por CEP

Para a distribuição dos profissionais segundo cada Unidade Federativa, os registros nos Conselhos Regionais de Odontologia empregam o CEP dos municípios brasileiros para

localização do endereço principal (endereço de correspondência do profissional).

Cerca de 200 profissionais/endereços apresentaram dificuldades suplementares ou porque o CEP não constava na base dos Correios<sup>18</sup> ou porque a informação populacional não estava disponibilizada *on line* pelo IBGE<sup>19</sup>. Neste caso, pôde-se verificar que não se tratava de um município.

Muitos dos registros de CEP tinham como razão da unidade de entrada a distribuição espacial. De acordo com os Correios<sup>18</sup> “O Código de Endereçamento Postal é um conjunto numérico constituído de oito algarismos, cujo objetivo principal é orientar e acelerar o encaminhamento, o tratamento e a distribuição de objetos de correspondência, por meio da sua atribuição a localidades, logradouros, unidades dos Correios, serviços, órgãos públicos, empresas e edifícios... O Brasil foi dividido em dez regiões postais para fins de codificação postal, utilizando como parâmetro o desenvolvimento socioeconômico e fatores de crescimento demográfico de cada Unidade da Federação ou conjunto delas.”

Deste modo, a dificuldade de enquadramento de algumas localidades se refere, na maior parte dos casos, ao fato de serem distritos de municípios maiores. Assim, algumas localidades que possuem contingente populacional inferior a 10.000 habitantes foram anexadas ao seu município sede, o que em alguns casos, sobretudo nos municípios maiores, pode levar a subestimar a distribuição espacial dos CDs em pequenos grupos populacionais. Contudo, os dados relativos aos cerca de 5400 municípios estão correspondendo aos seus contingentes populacionais, o que abrange mais de 95% dos municípios brasileiros.

### 3.5 Classes populacionais adotadas

Para a distribuição dos municípios segundo os grupos populacionais, optou-se pela utilização do dado mais recente disponível na época do estudo. Esse critério levou a utilização dos dados de contagem populacional de 2007<sup>19</sup> e a de estimativas populacionais divulgadas no mesmo ano.

A Contagem da População de 2007<sup>19</sup> foi empregada para os 5.435 municípios que dela participaram e foram utilizados os dados das estimativas de população para os 128 municípios e o Distrito Federal, não abrangidos pela Contagem.

Na distribuição dos profissionais no interior de cada estado optou-se por 5 classes populacionais de municípios, sendo:

- Municípios com até 5000 habitantes.
- Municípios com de 5001 até 20000 habitantes.



- Municípios com de 20001 até 100000 habitantes.
- Municípios com de 100001 até 500000 habitantes.
- Municípios com mais de 500000 habitantes.

### 3.6 Titulação por tipo

O termo pós-graduação é genericamente utilizado para a formação que ocorre após a graduação.

No Brasil há dois tipos de pós-graduação: *lato sensu* que engloba os cursos de aperfeiçoamento e de especialização e *stricto sensu* que abrange os cursos de mestrado profissional, mestrado e doutorado.

No *lato sensu*, os cursos de especialização e aperfeiçoamento têm objetivo técnico-profissional específico sem abranger o campo total do saber em que se insere a especialidade. São cursos destinados ao treinamento nas partes de que se compõem um ramo profissional ou científico. Sua meta é o domínio científico e técnico de uma certa e limitada área do saber ou da profissão, para formar o profissional<sup>20</sup>.

No *stricto sensu*, os cursos de mestrado acadêmico visam a formação tecnicocientífica tanto para o ensino como para a pesquisa. Já o mestrado profissional é a designação do mestrado que enfatiza estudos e técnicas diretamente voltadas ao desempenho de um alto nível de qualificação profissional. Esta ênfase é a única diferença em relação ao acadêmico. Confere, pois, idênticos grau e prerrogativas, inclusive para o exercício da docência e como todo programa de pós-graduação *stricto sensu*, tem a validade nacional do diploma condicionada ao reconhecimento prévio do curso<sup>21</sup>. Os cursos de doutorado são voltados para a formação de pesquisadores, preparam para a vida acadêmica e buscam o aprofundamento intenso em determinado campo do saber

Os dados de *stricto sensu* incluídos neste estudo são oriundos do banco de informações da CAPES correspondentes ao período de 1998 a 2007 e são relativos à área de Odontologia. Assim, pode-se inferir que os números apresentados são menores que o contingente existente de mestres e doutores. Ficam excluídos os detentores de títulos *stricto sensu* obtidos no exterior e os que se titularam antes do período citado. Também não estão incluídos os CD que se titularam em áreas afins como as de saúde coletiva ou de ciências básicas.

Quanto ao *lato sensu* também não foram contabilizadas as informações sobre cursos de aperfeiçoamentos em razão da ampla diversidade de formatos a que correspondem e a dificuldade de padronização, uma vez que esses não dão acesso ao registro de especialidade.

Os dados de especialistas se referem, portanto, aos profissionais com especialidade registrada no CFO, detentores de certificados de especialização legalmente reconhecidos. A possibilidade de registro de especialidade no CFO congrega tanto os especialistas advindos de cursos de pós-graduação *lato sensu* como do *stricto sensu*.

### 3.7 Renda declarada

Para a coleta de informações sobre a renda declarada nas Declarações de Renda de Pessoas Físicas foram utilizados os códigos da receita Federal: 226 - (odontólogo), e para efeitos de comparação os códigos 225 (médicos), 227(enfermeiros) e 229 (fisioterapeuta, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional e afins).

Os dados se baseiam na renda declarada no período 2003 a 2007 e referem-se aos anos-base 2002 a 2006.

A renda anual mencionada é extraída do total de todas as rendas (rendimentos tributáveis, isentos e tributação exclusiva). Apenas os rendimentos tributáveis (rendimentos do trabalho, aluguéis, etc) foram empregados.

As seguintes faixas de rendas tributáveis foram empregadas: 0-12; 12 -24; 24-36; 36-48; 48-60; 60-72; e > 72 mil R\$/ano.

## 4 RESULTADOS

### 4.1 Perfil sociodemográfico

#### 4.1.1 Total de cirurgiões-dentistas e Distribuição Regional

O número total de cirurgiões-dentistas em atividade no Brasil em 2008 pode ser observado na tabela 1.

**Tabela 1 - Total de cirurgiões-dentistas cadastrados nos Conselhos Regionais de Odontologia por tipo de inscrição em 2008.**

C.R.O.	Principal	Transferência	Provisória	Total
AC	141	204	16	361
AL	1502	307	83	1892
AM	1094	559	248	1901
AP	127	167	30	324

BA	5630	1244	664	7538
CE	3540	629	279	4448
DF	3435	1501	319	5255
ES	3129	652	262	4043
GO	4770	1418	550	6738
MA	1352	399	231	1982
MG	22014	3289	1425	26728
MS	1695	916	206	2817
MT	1498	1129	269	2896
PA	2252	689	123	3064
PB	2035	637	187	2859
PE	4605	571	422	5598
PI	1271	234	179	1684
PR	10899	1859	917	13675
RJ	22735	1536	1923	26194
RN	1821	386	199	2406
RO	456	469	131	1056
RR	70	174	17	261
RS	11168	907	1048	13123
SC	5129	1935	699	7763
SE	948	232	127	1307
SP	64875	3487	4146	72508
TO	460	567	127	1154
<b>Total</b>	<b>178651</b>	<b>26097</b>	<b>14827</b>	<b>219575</b>

Fonte: Sistema de Informações do CFO, 2008. Pesquisa "Perfil atual e tendências do cirurgião-dentista brasileiro", 2010.

Para assegurar a estabilidade da informação, os dados que compõem a tabela 1 excluem, para efeito deste estudo, as 105 inscrições temporárias registradas no CFO na data de extração dos dados por serem dados suscetíveis de confirmação posterior.

Do mesmo modo, para evitar duplicidade de informação, não estão contabilizadas as 3.444 inscrições secundárias nem as inscrições terciárias. Esse número se explica pela normativa do CFO sobre a necessidade de uma segunda inscrição para atuação complementar em outro estado além daquele de atuação principal. Esse subgrupo é composto principalmente por professores que atuam em diferentes cursos de especialização ou por profissionais que atuam regionalmente em municípios de mais de um estado.

Sobre a distribuição percentual dos CD, do conjunto das 27 Unidades Federadas (UF), a tabela 2 mostra que 3 estados (SP, MG e RJ) concentram mais de 57% dos profissionais. Juntos, dez estados brasileiros possuem mais de 84,5% dos profissionais do país.

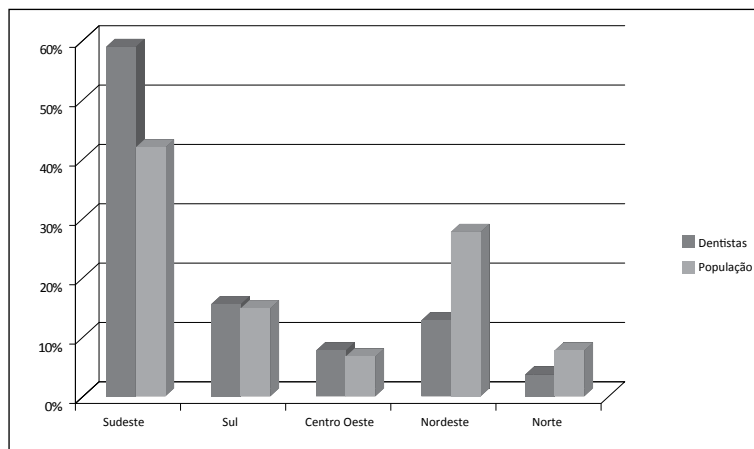
**Tabela 2 - Dez UF com maior número de cirurgiões-dentistas, Brasil, 2008.**

<b>C.R.O.</b>	<b>CD</b>	<b>(%)</b>
<b>DF</b>	5255	2,40%
<b>PE</b>	5598	2,55%
<b>GO</b>	6738	3,07%
<b>BA</b>	7538	3,44%
<b>SC</b>	7763	3,54%
<b>RS</b>	13123	5,99%
<b>PR</b>	13675	6,24%
<b>RJ</b>	26194	11,95%
<b>MG</b>	26728	12,19%
<b>SP</b>	72508	33,08%
<b>Brasil</b>	219.575	100%

Fonte: Sistema de Informações do CFO, 2008. Pesquisa “Perfil atual e tendências do cirurgião-dentista brasileiro”, 2010.

A distribuição dos CD nas 5 regiões geográficas do país mostra um quadro de concentração em determinadas regiões e escassez em outras, com grande variabilidade entre as regiões. Como mostra a figura 1, que compara a distribuição regional da população brasileira com a distribuição dos CD brasileiros, estes encontram-se concentrados principalmente nas regiões Sudeste e Sul.

**Figura 1 - Distribuição percentual da População Brasileira por regiões e de cirurgiões-dentistas em 2008.**



Fonte: População, IBGE<sup>19</sup>; CD, CFO, Pesquisa “Perfil atual e tendências do cirurgião-dentista brasileiro”, 2010.

A região brasileira com a menor proporção de população por CD (pop/CD) cadastrados no CFO é a região Sudeste, como pode ser observado na tabela 3.

**Tabela 3 - Proporção de população por CD em regiões brasileiras, Brasil, 2008.**

Região	CD	População	Proporção Pop/CD média	Maior valor Pop/CD/UF	Menor valor Pop/CD/UF
Sudeste	129.473	77873120	601	829 Espírito Santo	549 São Paulo
Centro Oeste	17706	13222854	747	986 Mato Grosso	467 DF
Sul	34561	26733595	774	806 R Gde do Sul	752 Paraná
Nordeste	29714	51534406	1734	3634 Piauí	1484 Sergipe
Norte	8121	14623316	1800	2305 Pará	1077 Tocantins
Brasil	219.575	183987291	838	3634 Piauí	467 D Federal

Fonte: População, IBGE <sup>19</sup>, CD: CFO, Pesquisa “Perfil atual e tendências do cirurgião-dentista brasileiro”, 2010.

Entretanto, a proporção de população por CD é bastante influenciada por valores extremos na obtenção de valores médios. Quando a unidade de análise passa de região para UF, os valores médios variam de 467 habitantes por CD (hab/CD) no DF a 2.634 hab/

CD no Piauí. Para melhor compreender a variação dessa proporção no interior do país é necessário distribuir os CD na unidade município. Ainda assim, os dados carecem de precisão quando se trata de estimar a distribuição dos CD em distritos e comunidades de região rural. Contudo, tratando-se de municípios, pode-se observar uma grande variação na proporção de população por CD. Porém, é preciso ressaltar que esses dados devem ser interpretados com cautela, pois a distribuição nos municípios esta baseada no endereço principal do profissional, o que pode mascarar situações de arranjos locais como profissionais que trabalham em mais de um município, ou que não residem no município no qual trabalham.

As tabelas 4, 5, 6, 7 e 8 apresentam os valores extremos da distribuição de população por CD no interior das regiões brasileiras, quando a unidade de análise é o município.

**Tabela 4 - Proporção de população por CD na região Sudeste, Brasil, 2008.**

UF	CD	População	Pop/CD	Mun. Menor Valor Pop/CD	Municípios	Mun. Maior Valor Pop/CD	Municípios
Espírito Santo	4.043	3.351.669	829,01	191	Vitória	19.180	Viana
Minas Gerais	26.728	19.273.506	721,10	206	Alfenas	16.479	Ladainha
Rio de Janeiro	26.194	15.420.375	588,70	171	Niterói	15.533	Japeri
São Paulo	72.508	39.827.570	549,29	235	S Caetano do Sul	19.635	Rio Gde da Serra
Região Sudeste	129.473	77.873.120	601	171		19.635	

Fonte: População, IBGE<sup>19</sup>, CD: CFO, Pesquisa “Perfil atual e tendências do cirurgião-dentista brasileiro”, 2010.

Assim, os valores médios expressos de 601 habitantes por CD na região Sudeste já poderiam ser considerados uma proporção de habitantes pequena por profissional em comparação com outras regiões e com outros países<sup>20</sup>. Proporções ainda menores foram encontradas em cidades como Niterói (171 habitantes por CD) e Vitória (191 habitantes por CD).

Ao mesmo tempo, no estado do Espírito Santo, a proporção é de 19.180 habitantes para cada CD no município de Viana. Contudo, considerando que essa proporção foi obtida levando-se em conta o endereço principal dos profissionais cadastrados no CFO, essa proporção pode ser relativizada verificando-se a existência de equipes de saúde bucal do

PSF. No caso de Viana, o cadastro do SIAB não acusou a existência de ESB implantadas até março de 2009.

Na região Nordeste (Tab. 5), os valores médios são de 1.734 pessoas por CD, todavia esse número abriga uma variação de 378 hab/CD em João Pessoa e 65.772 em Paçatuba, estado do Ceará. Entretanto, em Paçatuba, a presença de ESB no PSF, muda o quadro de distribuição de população por CD. De acordo com o SIAB, há 9 ESB do PSF, com uma cobertura de 73% da população de acordo com os parâmetros do Ministério da Saúde.

**Tabela 5 - Proporção de população por CD na região Nordeste, Brasil, 2009.**

UF	CD	População	Pop/CD	Mun. Menor Valor Pop/CD	Municípios	Mun. Maior Valor Pop/CD	Municípios
SE	1.307	1.939.426	1.484	410	Aracaju	37.137	N Sra do Socorro
PI	1.684	6.118.995	3.634	576	Teresina	41.661	União
AL	1.892	3.037.103	1.605	537	Maceió	45.307	Campo Alegre
MA	1.982	6.118.995	3.087	665	São Luiz	47.850	Barreirinha
RN	2.406	3.013.740	1.253	414	Natal	29.436	Touros
PB	2.859	7.065.573	2.471	<b>378</b>	João Pessoa	26.279	Pedras do Fogo
CE	4.448	8.185.286	1.840	707	Fortaleza	65.772	Paçatuba
PE	5.598	8.485.386	1.516	467	Recife	45.777	Paudalho
BA	7.538	14.080.654	1.868	537	Bom Jesus da Lapa	32.489	Barra do Choça
<b>Região NE</b>	<b>29.714</b>	<b>51.534.406</b>	<b>1.734</b>	<b>378</b>		<b>65.772</b>	

Fonte: População, IBGE<sup>19</sup>, CD: CFO, Pesquisa “Perfil atual e tendências do cirurgião-dentista brasileiro”, 2010.

Na Região Sul (Tab. 6), embora os valores médios de cada estado guardem certa similaridade, no interior dos estados o município de Joaçaba em SC tem uma proporção de 224 hab/CD (valor não muito distante da de Florianópolis que é de 237 hab/CD no mesmo estado) enquanto que Capão do Leão, no Rio Grande do Sul, tem 23.655 Hab/CD. Os dados do SIAB de março de 2009 não indicavam a presença de ESB do PSF.

**Tabela 6 - Proporção de população por CD por Região Sul**

UF	CD	População	Pop/CD	Mun. Menor Valor Pop/CD	Município	Mun. Maior Valor Pop/CD	Município
SC	7.763	5.866.252	756	224	Joaçaba	11.391	Campo Alegre
RS	13.123	10.582.840	806	324	Porto Alegre	23.655	Capão do Leão
PR	13.675	10.284.503	752	336	Curitiba	22.021	Itaperuçu
Sul	34.561	26.733.595	774	224		23.655	

Fonte: População, IBGE<sup>19</sup>, CD: CFO, Pesquisa “Perfil atual e tendências do cirurgião-dentista brasileiro”, 2010.

A tabela 7 mostra os municípios de maior e menor valor de hab/CD na região Centro-Oeste. Os dados relativos ao Distrito Federal indicam uma proporção de 467 hab/CD, porém esse dado expressa apenas o valor médio contido no município de Brasília. As subunidades denominadas Regiões Administrativas não foram utilizadas para distribuição em menor escala, pela padronização de distribuição adotada no presente estudo.

**Tabela 7 - Proporção de população por CD na Região Centro Oeste.**

UF	CD	População	Pop/CD	Mun. Menor Valor Pop/CD	Município	Mun. Maior Valor Pop/CD	Município
MS	2.817	2.265.274	804	487	Campo Grande	22.364	Anastasio
MT	2.896	2.854.642	986	419	Cuiabá	13.886	Vila Bela de Santíssima
DF	5.255	2.455.903	467	467	NA	467	NA
GO	6.738	5.647.035	838	346	Goiânia	12.640	Abadiânia
CO	17.706	13.222.854	747	346		22.364	

N.A: Não se aplica. Fonte: População, IBGE<sup>19</sup>, CD: CFO, Pesquisa “Perfil atual e tendências do cirurgião-dentista brasileiro”, 2010.

A região Norte (Tab. 8) possui a maior proporção de população por CD (1800 hab/CD) do país e o menor número total de profissionais. Em relação ao total da população brasileira, 8% reside na região Norte e esta detém 4% do total de CD. No município de Portel, 2 ESB do PSF, abrangem uma cobertura de 28% da população.



**Tabela 8 - Proporção de população por CD na Região Norte.**

UF	CD	População	Pop/CD	Limite inf	Município	Limite sup	Município
RR	261	395725	1516	1384	Boa Vista	24466	Rorainópolis
AP	324	587311	1812	1650	Macapá	18746	Laranjal do Jari
AC	361	655385	1815	959	Rio Branco	14314	Xapuri
RO	1056	1453756	1376	716	Porto Velho	11432	Gov. Jorge Teixeira
TO	1154	1243627	1077	390	Araguaina	10491	Paraná
AM	1901	3221939	1694	937	Manaus	30727	S. Paulo de Olivença
PA	3064	7065573	2305	660	Belém	45580	Portel
<b>Norte</b>	<b>8121</b>	<b>14623316</b>	<b>1800</b>	<b>390</b>		<b>45580</b>	

Fonte: População, IBGE<sup>19</sup>, CD: CFO, Pesquisa “Perfil atual e tendências do cirurgião-dentista brasileiro”, 2010.

Em resumo, sobre a distribuição do total de CD nas regiões brasileiras, destaca-se que três quartos dos dentistas estão concentrados no Sudeste e Sul do país. Essa distribuição encontra grande semelhança com a distribuição da participação percentual das grandes regiões no PIB a preço médio de mercado<sup>19b</sup>.

Embora a proporção média de população por profissional esteja entre as menores do mundo, sendo de um cirurgião-dentista para cada 838 habitantes, enquanto que a média mundial é de um CD para 62.595 habitantes<sup>20</sup>, a presente pesquisa mostra que há importantes disparidades regionais.

#### 4.1.2 Distribuição nas capitais

A tendência de concentração dos CDs em determinadas regiões brasileiras precisa também ser observada em relação a distribuição capital versus interior nas Unidades da Federação. Assim, a tabela 9 apresenta o percentual de CD registrados nas capitais dos estados brasileiros.

**Tabela 9 - Total de CD nas capitais de estados brasileiros, 2008.**

<b>CRO</b>	<b>CD*</b>	<b>Capital</b>	<b>(%)</b>
AC	361	261	72,4
AL	1892	1557	82,3
AM	1901	1724	90,7
AP	324	297	91,7
BA	7538	4206	55,8
CE	4448	3407	76,6
DF	5255	2842	64,1
ES	4043	1661	41,1
GO	6738	3699	54,9
MA	1982	1395	70,4
MG	26728	8018	30,0
MS	2817	1518	53,9
MT	2896	1303	45,0
PA	3064	2221	72,5
PB	2859	1672	58,5
PE	5598	3151	56,3
PI	1684	1197	71,1
PR	13675	5278	38,6
RJ	26194	14459	55,2
RN	2406	1775	73,8
RO	1056	492	46,6
RR	261	224	86,2
RS	13123	4369	33,3
SC	7763	1653	21,3
SE	1307	1177	90,1
SP	72508	24797	34,2
TO	1154	257	22,3
<b>Brasil</b>	<b>219575</b>	<b>94610</b>	<b>43,1%</b>

Fonte: CFO, 2008. Pesquisa "Perfil atual e tendências do cirurgião-dentista brasileiro", 2010.

No Brasil o percentual de CD nas capitais é de 43,1% mas nas Regiões Norte e Nordeste, no Amazonas (90,7%) e Amapá (91,7%) e em Sergipe (90,1%) os percentuais são superiores a 90%, sendo ainda mais pronunciado o desequilíbrio na distribuição de profissionais entre capital e interior.

#### 4.1.3 Distribuição regional por sexo

Como pode ser observado na tabela 10, mulheres Cirurgiãs-dentistas com inscrição principal ativa são maioria em 25 dos 27 estados do Brasil. As exceções ficam localizadas nos estados de Santa Catarina e Acre. Nos dois estados o percentual de mulheres que compõem a pirâmide demográfica também difere um pouco do quadro nacional, sendo que no Brasil o percentual de mulheres é de 51,2%, e em SC 49,7% e no AC 49,3%<sup>19</sup>.

**Tabela 10 - Distribuição Percentual de CD por estado brasileiro e por sexo, Brasil 2008.**

CRO	CD*	Masculino	Feminino	(%)
AC	361	199	162	45%
AL	1892	719	1173	62%
AM	1901	779	1122	59%
AP	324	139	185	57%
BA	7538	3166	4372	58%
CE	4448	1957	2491	56%
DF	5255	2365	2890	55%
ES	4043	1617	2426	60%
GO	6738	3167	3571	53%
MA	1982	832	1150	58%
MG	26728	12028	14700	55%
MS	2817	1211	1606	57%
MT	2896	1216	1680	58%
PA	3064	1195	1869	61%
PB	2859	943	1916	67%
PE	5598	2295	3303	59%
PI	1684	791	893	53%
PR	13675	6290	7385	54%
RJ	26194	12049	14145	54%
RN	2406	1035	1371	57%
RO	1056	486	570	54%
RR	261	115	146	56%
RS	13123	6561	6562	50%
SC	7763	4270	3493	45%
SE	1307	457	850	65%
SP	72508	31904	40604	56%
TO	1154	542	612	53%
<b>TOTAL</b>	<b>219575</b>	<b>98328</b>	<b>121247</b>	<b>56%</b>

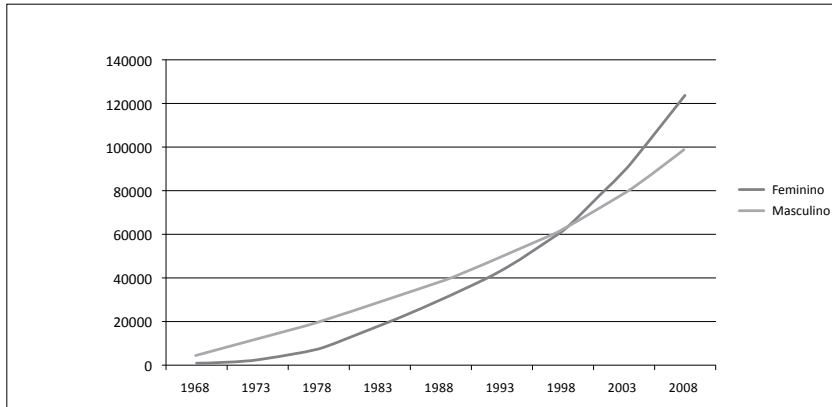
Fonte: Sistema de Informações do CFO, 2008. Pesquisa "Perfil atual e tendências do cirurgião-dentista brasileiro", 2010.

O estado brasileiro com o maior percentual de Cirurgiãs-Dentistas é o estado da Paraíba (67%). Dois outros estados na região Nordeste (AL, SE), possuem mais de 60% de mulheres na profissão.

A predominância de CD do sexo feminino pode ser observada desde o final dos anos 90. Contudo esse movimento tem maior ou menor grau de aceleração segundo as

Unidades Federativas e as Regiões brasileiras. A evolução da distribuição dos Cirurgiões-Dentistas segundo o sexo de 1968 a 2008, é apresentada na figura 2.

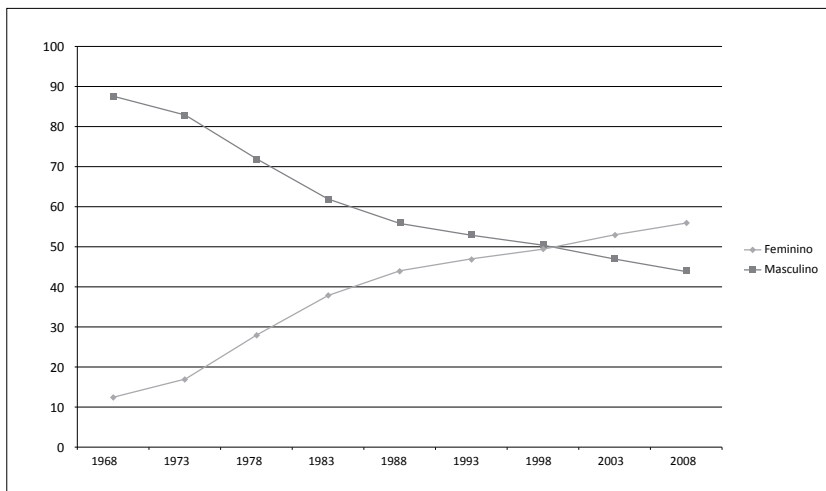
**Figura 2 - Número total de cirurgiões-dentistas segundo o sexo de 1968 a 2008.**



Fonte: CFO, 2008. Pesquisa “Perfil atual e tendências do cirurgião-dentista brasileiro”, 2010.

Em termos percentuais, a figura 3 mostra que há 40 anos, a profissão poderia ser considerada como eminentemente masculina, uma vez que cerca de 90% dos profissionais eram homens.

**Figura 3 - Evolução percentual de cirurgiões-dentistas segundo o sexo de 1968 a 2008.**



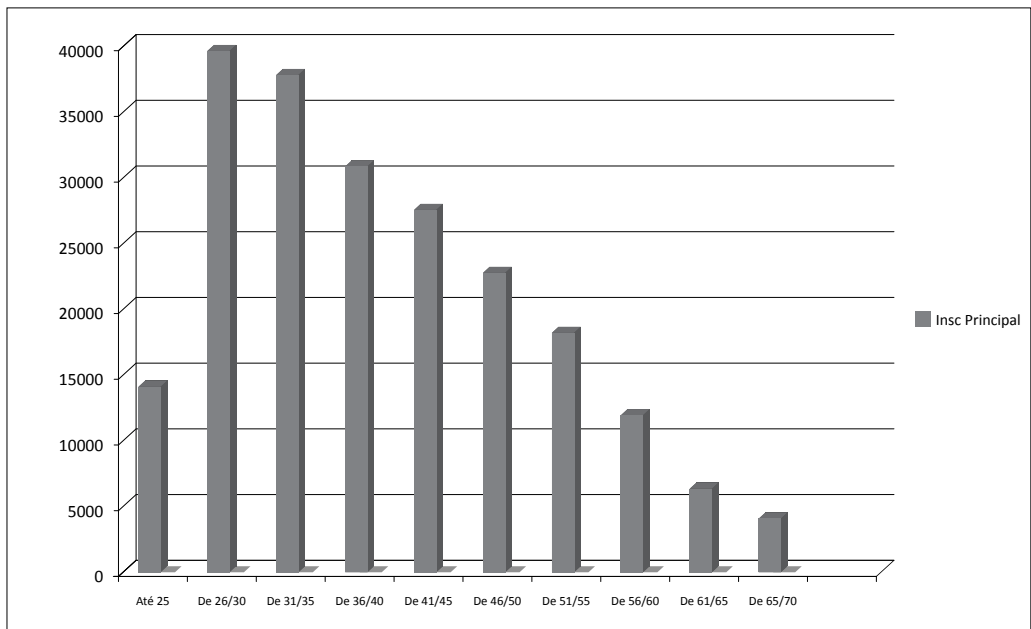
Fonte: CFO, 2008. Pesquisa “Perfil atual e tendências do cirurgião-dentista brasileiro”, 2010.

Atualmente a profissão tem maioria feminina (56,3%), fato que acompanha o ingresso progressivo das mulheres brasileiras no ensino superior, sobretudo a partir dos anos 80.

#### 4.1.4 Distribuição por faixa etária e por sexo

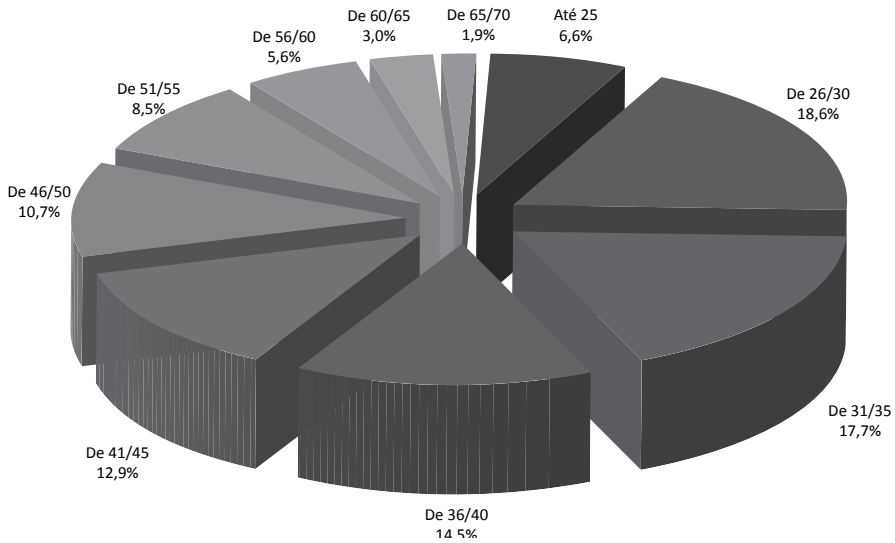
A figura 4 mostra a distribuição dos CD brasileiros, segundo grupos etários. O maior número de profissionais se encontra nas faixas etárias de 26 a 35 anos.

Figura 4 - Distribuição etárias dos CD brasileiros.

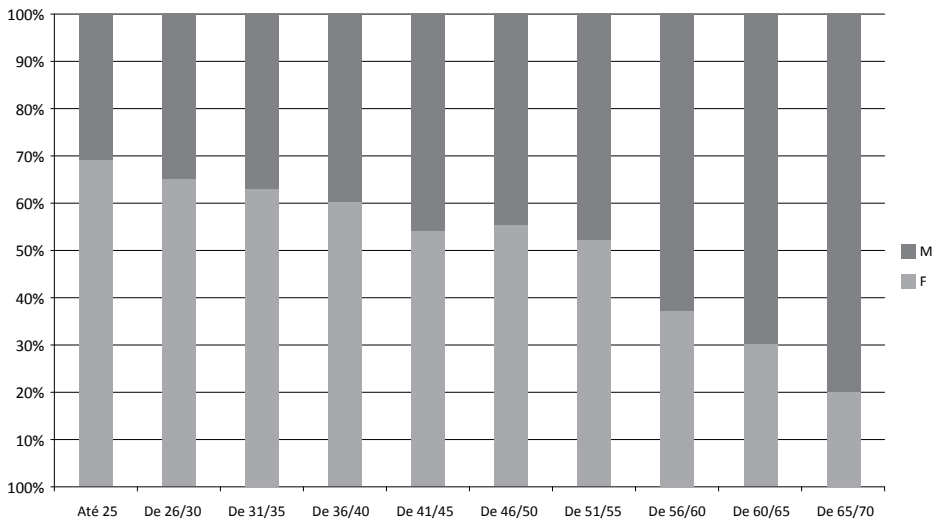


Fonte: CFO, 2008. Pesquisa "Perfil atual e tendências do cirurgião-dentista brasileiro", 2010.

Na figura 5 pode-se observar que 57,4% dos CD com inscrição principal ativa têm até 40 anos de idade.

**Figura 5 - Distribuição Percentual por faixa etária dos CD brasileiros, 2008.**

Sobre a distribuição por sexo nas faixas etárias, pode-se observar na figura 6 que as mulheres são expressivamente mais numerosas nas faixas mais jovens.

**Figura 6 - Distribuição por sexo nas faixa etária dos CD, Brasil, 2008.**

Fonte: CFO, 2008. Pesquisa "Perfil atual e tendências do cirurgião-dentista brasileiro", 2010.

Em termos proporcionais, observa-se na figura 6, que os homens são majoritários apenas nas faixas acima de 56 anos. Essa proporção está relacionada aos dados observados anteriormente quanto à evolução do perfil de distribuição por sexo na odontologia nas últimas 3 décadas. O movimento de aumento do ingresso de mulheres na profissão deverá ser extensivo a outras faixas etárias dentro de alguns anos.

#### 4.1.5 Migração Interna

Os dados sobre a migração interna dos profissionais foram obtidos por meio da contabilização das inscrições por transferência junto aos Conselhos Regionais de Odontologia. Pôde-se aferir que do total de CD brasileiros, em torno de 12% constituem o grupo que depois de ter efetuado uma primeira inscrição em um determinado estado transferiu-se para outro. Em números absolutos, as 10 UF que mais possuem profissionais advindos de outros locais são apresentadas na tabela 11. Em conjunto, essas UF apresentam 18.314 inscrições por transferência, o que representa mais de 82% das inscrições por transferência do país.

**Tabela 11 - Dez UF com maior número de Inscrições por transferência, Brasil, 2008.**

C.R.O.	Transferência	Inscrições Total	(%)
MS	916	2817	32,52%
MT	1129	2896	38,98%
BA	1244	7538	16,50%
GO	1418	6738	21,04%
DF	1501	5255	28,56%
RJ	1536	26194	5,86%
PR	1859	13675	13,59%
SC	1935	7763	24,93%
MG	3289	26728	12,31%
SP	3487	72508	4,81%
<b>Sub Total</b>	<b>18314</b>	<b>172211</b>	<b>10,63%</b>
<b>Total Brasil</b>	<b>26097</b>	<b>219575</b>	<b>11,89%</b>

Fonte: Sistema de Informações do CFO, 2008. Pesquisa "Perfil atual e tendências do cirurgião-dentista brasileiro", 2010.

Para dimensionar a importância do total de inscrições por transferência na constituição do efetivo total em cada UF, os maiores percentuais relativos são apresentados na tabela 12.

O grupo de 10 Unidades Federadas com maior percentual de inscrições por transferência em relação ao contingente total mostra um movimento migratório importante na constituição do efetivo das UF de menor quantidade de profissionais (RR, AC e AP) ou que possuam outros atrativos, como é o caso, por exemplo, do Distrito Federal que é um local de alta concentração de empregos públicos além de possuir a mais alta renda per capita do país.

**Tabela 12 - Dez estados de maior importância relativa das inscrições por transferência, Brasil, 2008.**

C.R.O.	Transferência	Inscritos por UF	(%)
SC	1935	7763	24,93%
DF	1501	5255	28,56%
AM	559	1901	29,41%
MS	916	2817	32,52%
MT	1129	2896	38,98%
RO	469	1056	44,41%
TO	567	1154	49,13%
AP	167	324	51,54%
AC	204	361	56,51%
RR	174	261	66,67%

Fonte: Sistema de Informações do CFO, 2008. Pesquisa “Perfil atual e tendências do cirurgião-dentista brasileiro”, 2010.

#### *4.1.5.1 Migração Interna e local de nascimento*

A tabela 13 apresenta o número de CD naturais do estado de inscrição principal e migrantes, registrados no CFO em 2008. Os dados devem ser interpretados à luz dos conhecimentos sobre os movimentos migratórios internos. Assim, estados que recebem migrantes, ou que estão em expansão e crescimento populacional são os que mais receberam profissionais. Destacam-se as UF da Região Norte (TO, RO, RR AC) e do Centro-Oeste (DF, MT e MS). Em 20 das 27 UF brasileiras os CD se inscrevem majoritariamente nos estados de sua naturalidade.



**Tabela 13 - Número de CD naturais do estado de inscrição principal e migrantes, Brasil, 2008.**

<b>CRO</b>	<b>Principal</b>	<b>Naturais</b>	<b>Migrantes</b>	<b>(%)</b>
PB	2221	1859	362	16,30%
CE	3820	3172	648	16,96%
ES	3375	2651	724	21,45%
RN	2014	1554	460	22,84%
RS	12207	9033	3174	26,00%
SE	1075	779	296	27,53%
SC	5805	3962	1843	31,75%
MA	1579	1053	526	33,31%
BA	6276	4130	2146	34,19%
PR	11822	7774	4048	34,24%
AL	1584	1033	551	34,79%
PI	1460	944	516	35,34%
MG	23426	15016	8410	35,90%
RJ	24614	15257	9357	38,01%
PA	2379	1448	931	39,13%
GO	5306	3141	2165	40,80%
SP	69073	40798	28275	40,93%
PE	5024	2952	2072	41,24%
AM	1330	738	592	44,51%
AP	158	80	78	49,37%
MS	1901	950	951	50,03%
AC	156	75	81	51,92%
MT	1757	677	1080	61,47%
RR	87	29	58	66,67%
DF	3755	1200	2555	68,04%
RO	584	165	419	71,75%
TO	584	160	424	72,60%
<b>TOTAL</b>	<b>193372</b>	<b>120630</b>	<b>72742</b>	<b>37,62%</b>

Fonte: Sistema de Informações do CFO, 2008. Pesquisa "Perfil atual e tendências do cirurgião-dentista brasileiro", 2010.

#### *4.1.5.2 Mulheres e Migração Interna*

No total de inscrições por transferência, as mulheres são maioria (Tab. 14), exceto no Acre, Roraima, Rondônia, Amazonas e Tocantins e Santa Catarina. Os seis primeiros

estados estão na Região Norte e a exceção fica por conta de Santa Catarina, situada na Região Sul.

**Tabela 14 - Distribuição de Profissionais inscritos por transferência por estado brasileiro por sexo, Brasil 2008.**

<b>CRO</b>	<b>Transferido</b>	<b>Masculino</b>		<b>Feminino</b>	<b>(%)</b>
AC	207	120	57,97%	87	42,03%
RR	171	96	56,14%	75	43,86%
RO	471	240	50,96%	231	49,04%
AM	555	282	50,81%	273	49,19%
SC	1924	971	50,47%	953	49,53%
TO	561	281	50,09%	280	49,91%
MT	1110	551	49,64%	559	50,36%
CE	629	307	48,81%	322	51,19%
MS	899	433	48,16%	466	51,84%
AP	161	77	47,83%	84	52,17%
GO	1402	665	47,43%	737	52,57%
MG	3298	1564	47,42%	1734	52,58%
PR	1855	867	46,74%	988	53,26%
MA	390	182	46,67%	208	53,33%
RS	898	406	45,21%	492	54,79%
ES	657	282	42,92%	375	57,08%
RN	381	162	42,52%	219	57,48%
BA	1243	528	42,48%	715	57,52%
PA	682	284	41,64%	398	58,36%
SE	232	96	41,38%	136	58,62%
PE	578	239	41,35%	339	58,65%
SP	3522	1413	40,12%	2109	59,88%
PI	242	97	40,08%	145	59,92%
RJ	1533	613	39,99%	920	60,01%
AL	315	121	38,41%	194	61,59%
DF	1501	574	38,24%	927	61,76%
PB	633	236	37,28%	397	62,72%
<b>TOTAL</b>	<b>26050</b>	<b>11687</b>	<b>44,86%</b>	<b>14363</b>	<b>55,14%</b>

Fonte: Sistema de Informações do CFO, 2008. Pesquisa "Perfil atual e tendências do cirurgião-dentista brasileiro", 2010.

Embora os motivos de transferência não tenham sido objeto desta pesquisa, cabe destacar que as regiões em que as transferências são majoritariamente masculinas têm perfil sociodemográfico diferente das que concentram os maiores percentuais femininos. Note-se que nas dez UF com maior predominância feminina nos inscritos por transferência estão incluídas as UF que oferecem maior concentração de empregos públicos e as maiores rendas per capita dos país (DF, SP, RJ). Os estados onde os transferidos são majoritariamente homens (AC, RR, RO, AM, TO), são estados em constituição e que recebem população de outras regiões do país.

#### 4.1.5.3 Local de Graduação e Migração Interna

No Brasil, 86% dos cirurgiões-dentistas inscritos no CFO fizeram sua inscrição principal na UF em que cursaram a graduação em Odontologia (Tab. 15). Em alguns estados a existência de cursos de Odontologia é recente, o que pode explicar percentuais elevados de migrantes nos estados TO, RO, AC, AP, RR. Para o DF, esse dado tem que ser interpretado em conjunto com outros dados migratórios da região. Também para os estados de MT e MS, os altos percentuais devem ser contextualizados em função dos movimentos de colonização e de expansão de crescimento e urbanização.

**Tabela 15 - Total de CDs com inscrição principal ativa no mesmo estado em que realizaram a graduação em Odontologia.**

CRO	Principal	Graduação na UF	Migrantes	(%)
RS	12207	11849	358	2,93%
PE	5024	4836	188	3,74%
PB	2221	2098	123	5,54%
RJ	24614	23162	1452	5,90%
AL	1584	1472	112	7,07%
MG	23426	21732	1694	7,23%
RN	2014	1853	161	7,99%
PA	2379	2166	213	8,95%
SP	69073	62329	6744	9,76%
SE	1075	965	110	10,23%
MA	1579	1333	246	15,58%
AM	1330	1111	219	16,47%
PR	11822	9711	2111	17,86%

PI	1460	1185	275	18,84%
CE	3820	3023	797	20,86%
BA	6276	4713	1563	24,90%
SC	5805	4140	1665	28,68%
ES	3375	2201	1174	34,79%
GO	5306	3027	2279	42,95%
MS	1901	890	1011	53,18%
MT	1757	806	951	54,13%
DF	3755	1661	2094	55,77%
TO	584	172	412	70,55%
RO	584	162	422	72,26%
AC	156		156	100,00%
AP	158		158	100,00%
RR	87		87	100,00%
<b>TOTAL</b>	<b>193372</b>	<b>166597</b>	<b>26775</b>	<b>13,85%</b>

Fonte: Sistema de Informações do CFO, 2008. Pesquisa “Perfil atual e tendências do cirurgião-dentista brasileiro”, 2010.

#### 4.1.6 Profissionais estrangeiros e Migração Internacional

A distribuição da origem dos profissionais estrangeiros que efetuaram seus processos de registro de diploma no país e inscrição no CFO por continente até 2008 é apresentada na tabela 16. A maior representatividade proporcional corresponde a América do Sul, seguida pela Europa e depois pela Ásia.

**Tabela 16 - CD estrangeiros que obtiveram registro no CFO, Brasil, 2008.**

CONTINENTE	N	(%)
América do Sul	960	59,8
América Central	102	6,3
América do Norte	67	4,1
Europa	280	17,5
Ásia	167	10,
África	6	0,4
Oceania	6	0,4
Oriente Médio	17	1,1
<b>TOTAL*</b>	<b>1605</b>	

\* Excluídos 2.180 registros incompletos no Cadastro do CFO em 2008. Fonte: Sistema de Informações do CFO, 2008. Pesquisa “Perfil atual e tendências do cirurgião-dentista brasileiro”, 2010.

A tabela 17 apresenta o percentual de estrangeiros que obtiveram registro no CFO, oriundos de países da América do Sul. Dentro do continente sul americano o maior percentual de profissionais que solicitaram autorização para iniciar suas atividades no país foram bolivianos, seguidos dos peruanos, paraguaios e argentinos.

**Tabela 17 - Nacionalidade de origem dos CD da América do Sul registrados no CFO, Brasil, 2008.**

NACIONALIDADE		(%)
Guianesa	3	0,31
Equatoriana	12	1,25
Venezuelana	24	2,51
Uruguaia	57	5,96
Colombiana	57	5,96
Chilena	74	7,73
Argentina	81	8,46
Paraguuaia	92	9,61
Peruana	181	18,91
Boliviana	379	39,6
<b>TOTAL</b>	<b>960</b>	

Fonte: Sistema de Informações do CFO, 2008. Pesquisa “Perfil atual e tendências do cirurgião-dentista brasileiro”, 2010.

Da América Central, como ilustra a tabela 18, Nicaraguenses (27,4%) e Salvadorenhos (24,5%) juntos constituem mais de 50% dos profissionais. Da América do Norte, cerca de 90% tem como nacionalidade de origem os Estados Unidos.

**Tabela 18 - Nacionalidade de origem dos CD da América Central e do Norte registrados no CFO, Brasil, 2008.**

CONTINENTE	NACIONALIDADE	N	(%)
<b>América Central</b>		<b>102</b>	
	Hondurenha	3	2,9
	Costarriquenha	4	3,9
	Guatemalteca	7	6,8
	Cubana	9	8,8
	Mexicana	10	9,8
	Panamenha	16	15,6
	Salvadorenha	25	24,5
	Nicaraguense	28	27,4
<b>América do Norte</b>		<b>67</b>	
	Norte Americana	61	91
	Canadense	6	9

Fonte: Sistema de Informações do CFO, 2008. Pesquisa “Perfil atual e tendências do cirurgião-dentista brasileiro”, 2010.

No que diz respeito ao Continente Europeu (Tab. 19) a nacionalidade predominante de cirurgiões-dentistas que solicitaram registro para trabalhar no país foi a portuguesa em mais de 55% dos casos. A facilidade de comunicação pelo uso comum da língua e o fluxo migratório entre os dois países são fatores que devem ser considerados na interpretação desses números.

**Tabela 19 - Nacionalidade dos CD europeus registrados no CFO, Brasil, 2008.**

NACIONALIDADE	N	(%)
Portuguesa	155	55,36%
Espanhola	23	8,21%
Francesa	19	6,79%
Italiana	29	10,36%
Alemã	25	8,93%
Britânica	6	2,14%
Belga	1	0,36%
Grega	4	1,43%
Holandesa	1	0,36%
Sueca	1	0,36%
Austríaca	3	1,07%
Polonesa	1	0,36%
Húngara	4	1,43%
Romena	7	2,50%
Iugoslava	1	0,36%
<b>Total</b>	<b>280</b>	

Fonte: Sistema de Informações do CFO, 2008. Pesquisa “Perfil atual e tendências do cirurgião-dentista brasileiro”, 2010.

Para o grupo de países asiáticos (Tab. 20), os chineses são proporcionalmente os mais numerosos (34%). Japoneses (32,34%) e Libaneses (20,36%) representam juntos 53% do total, sendo que essas nacionalidades tiveram importante participação na imigração ocorrida no processo de colonização do Brasil.

**Tabela 20 - Nacionalidade dos CD asiáticos no CFO, Brasil, 2008.**

NACIONALIDADE	N	(%)
Chinesa	58	34,73
Indiana	1	0,60
Japonesa	54	32,34
Libanesa	34	20,36
Turca	1	0,60
Coreana	19	11,38
<b>Total</b>	<b>167</b>	

Fonte: Sistema de Informações do CFO, 2008. Pesquisa “Perfil atual e tendências do cirurgião-dentista brasileiro”, 2010.

Já da Oceania, os 6 profissionais inscritos no CFO são originários da Austrália.

Do grupo de países do Oriente Médio (Tab. 21), o número de imigrantes é proporcionalmente pequeno, representando menos de 1% do total. Neste grupo a Síria é o país que possui o maior número de profissionais que solicitaram registro no CFO.

**Tabela 21. Nacionalidade dos CD do Oriente Médio registrados no CFO, Brasil, 2008.**

NACIONALIDADE	N	(%)
Síria	7	41,2
Iraniana	5	29,4
Iraquiana	1	5,8
Israelense	4	23,6
<b>TOTAL</b>	<b>17</b>	

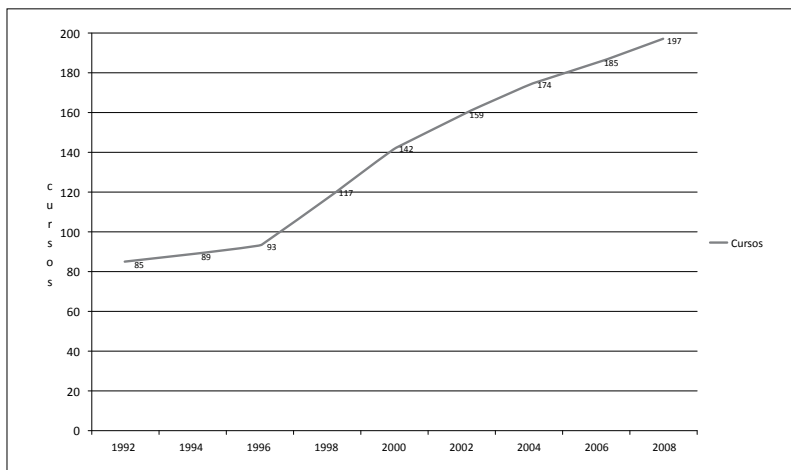
Fonte: Sistema de Informações do CFO, 2008. Pesquisa “Perfil atual e tendências do cirurgião-dentista brasileiro”, 2010.

## 4.2 Perfil da Formação Técnico-Científica

### 4.2.1 Graduação em Odontologia

Atualmente, de acordo com o Censo da Educação Superior de 2008, há 197 cursos de Odontologia em funcionamento no Brasil. A evolução do número de cursos de graduação no período de 1992 a 2008 é apresentada na figura 7. No período analisado, a expansão foi de 132%. A maior velocidade de expansão ocorreu no período de 1996 a 2002, atingindo o crescimento de 87% do total de cursos existentes no país no início da série histórica (1992).

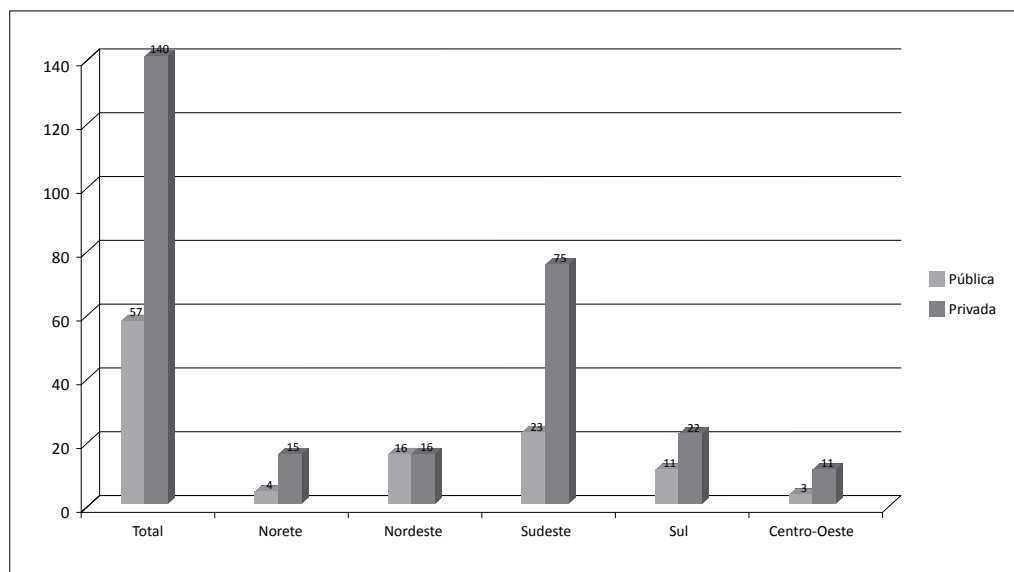
**Figura 7 - Número de cursos de Odontologia de 1992 a 2008.**



Fonte: MEC/INEP/DEED, 2009. Pesquisa “Perfil atual e tendências do cirurgião-dentista brasileiro”, 2010.

A distribuição de cursos por região e por categoria administrativa é apresentada na figura 8.

**Figura 8 - Cursos de Odontologia por Região e Categoria Administrativa, 2008.**



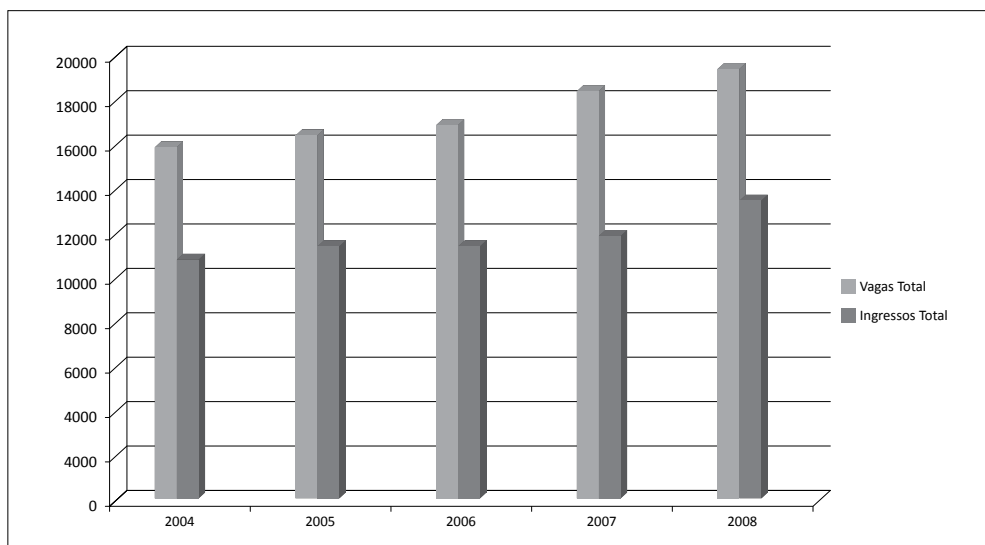
Fonte: MEC/INEP/DEED 2009, Pesquisa “Perfil atual e tendências do cirurgião-dentista brasileiro”, 2010.

A maior parte (72%) dos cursos de Odontologia são privados. Apenas no Nordeste há igual número de cursos públicos e privados. Em relação à distribuição regional, o Sul e o Sudeste juntos concentram 67% dos cursos.

#### 4.2.2 Matrículas, Ingressantes e Concluintes em Odontologia

O total de alunos matriculados nos cursos de Odontologia no ano de 2008 é de 48.752 sendo 65% destes em Instituições de Ensino Superior (IES) privadas. Do total de 19.257 vagas ofertadas, o número de ingressantes foi de 13.317 estudantes, resultando em uma Taxa de Ocupação da ordem de 68%. De 2004 a 2008, conforme mostra a figura 9, embora tenha havido expansão da oferta de vagas, a taxa de ocupação permanece próxima à observada em 2004.



**Figura 9 - Vagas ofertadas e ingressantes em Odontologia de 2004 a 2008.**

Fonte: MEC/INEP/DEED, Pesquisa "Perfil atual e tendências do cirurgião-dentista brasileiro", 2010.

Os dados sobre os concluintes por região e categoria administrativa da IES em 2004 e 2008 são apresentados na tabela 22, na qual pode-se observar expressivo aumento desse número na região Norte.

**Tabela 22 - Concluintes por Região e Categoria Administrativa de Cursos de Odontologia, 2008.**

Curso/Região	2004			2008		
	Total	Pública	Privada	Total	Pública	Privada
<b>Odontologia</b>						
TOTAL	9.056	2928	6.128	8.754	3.271	5.483
Norte	288	87	201	540	206	334
Nordeste	1.301	738	563	1.560	806	754
Sudeste	5.252	1289	3.963	4.131	1462	2.669
Sul	1.677	679	998	1.750	660	1.090
Centro-Oeste	538	135	403	773	137	636

Fonte: MEC/INEP/DEED, Pesquisa "Perfil atual e tendências do cirurgião-dentista brasileiro", 2010.

#### 4.2.3 Perfil do aluno de Odontologia em 2004 e 2007

Com base no questionário socioeconômico do ENADE aplicado nos anos de 2004 e 2007<sup>23,24</sup>, pode-se observar as características apresentadas na tabela 23. Mulheres são

maioria entre os ingressantes e concluintes, indicando a tendência de aumento do predomínio feminino nos próximos anos. Grande parte das características do perfil do aluno mostra estabilidade no período em questão. Percebe-se, entretanto, progressivo ingresso de alunos cuja renda familiar declarada é de até 3 salários mínimos. Esse dado, em conjunto com a informação sobre a origem do ensino médio em escolas públicas, evidencia a ampliação do acesso ao curso de Odontologia a classes de menores rendas.

**Tabela 23 - Perfil de alunos de Odontologia ingressantes e concluintes em 2004 e 2007.**

Perfil do Aluno de Odontologia	Ingressantes 2004	Concluintes 2004	Ingressantes 2007	Concluintes 2007
Idade Entre 20 a 24 anos	51,3%	67,6%	84,4%	64%
Sexo: Feminino	63,3%	65,3%	64,3%	65,8%
Estado Civil: Solteiro	93,3%	91,7%	90%	87,7%
Etnia: Branco	77,6%	83,7%	72,8%	77,8%
<b>Renda Familiar</b>				
3-10 salários mínimos	37,5%	31,5%	52,1%	48%
10-20 salários mínimos	27,2%	28,8%	29,3%	33,5%
Situação Ocupacional: não trabalha	71,1%	71,9%	86%	82,5%
Escolaridade do Pai: Superior	50%	52,7%	43,2%	49,6%
Escolaridade da Mãe: Superior	47,8%	50,7%	45%	49%
Origem do curso médio: escola privada	60,2%	66,4%	58,7%	53%
<b>Conhecimento do idioma Inglês:</b>				
Lê, escreve e fala razoavelmente	33,8%	33,3%	32,6%	36%
<b>Conhecimento do idioma Espanhol:</b>				
Praticamente nulo	40,9%	44,6%	38,1%	38,4%
Meio de Atualização: Televisão	64,2%	71%	49,5%	53,7%
<b>Utilização da Biblioteca:</b>				
Muito frequentemente	49%	23,5%	44,5%	23,9%
<b>Fonte de pesquisa</b>				
Acervo da biblioteca da minha instituição	67,3%	60,9%	55,1%	50,5%
Acesso à internet	95,6%	95,2%	95,2%	96,4%
Computador em casa	74%	75%	79,5%	82,9%

Fonte: MEC/INEP/DEED/ENADE 2004 e 2007.

#### 4.2.4 Pós-Graduação

Os dados de especialistas apresentados nesse estudo referem-se aos profissionais com especialidade registrada no CFO. A possibilidade de registro de especialidade no CFO congrega tanto os especialistas advindos de cursos de pós-graduação *lato sensu* como do *stricto sensu*.

Os cursos de especialização em Odontologia no Brasil são hoje ofertados por Universidades ou por Instituições especialmente credenciadas pelo Ministério da Educação<sup>25</sup>.

Entre as credenciadas, a ABO Nacional e a APCD possuem uma ampla rede de Escolas de Aperfeiçoamento Profissional (EAP) que ofertam cursos de especialização nos quais estudaram boa parte dos especialistas atualmente registrados no CFO.

Os Quadros 1 e 2 apresentam informações sobre a rede de Escolas de Aperfeiçoamento Profissional da ABO e da APCD respectivamente.

**Quadro 1 - Titulados nos Cursos de Especialização das Escolas de Aperfeiçoamento Profissional da rede ABO Nacional por UF.**

EAP	CURSOS	TITULADOS
AC	-	-
AL	Dentística Restauradora, Endodontia, Periodontia, Prótese Dentária, Implantodontia, Ortodontia, Odontologia Legal	144
AM	-	-
AP	Endodontia, Periodontia, Prótese Dentária, Ortodontia	43
BA	Dentística Restauradora, Endodontia, Periodontia, Prótese Dentária, Implantodontia, Ortodontia, Odontopediatria, Saúde Coletiva, Radiologia	376
CE	Dentística Restauradora, Endodontia, Periodontia, Prótese Dentária, Implantodontia, Ortodontia, Odontopediatria, Saúde Coletiva, Pacientes com Necessidades Especiais, Cirurgia, Programa de Saúde da Família, Odontologia Legal, Auditoria nos Serviços de Saúde	905
DF	Dentística Restauradora, Endodontia, Periodontia, Prótese Dentária, Implantodontia, Ortodontia, Odontopediatria, Saúde Coletiva, Radiologia e Imaginologia, Ortopedia Funcional dos Maxilares	945
ES	Dentística Restauradora, Endodontia, Periodontia, Prótese Dentária, Implantodontia, Ortodontia, Odontopediatria, Saúde Coletiva, Ortopedia Facial, Odontologia do Trabalho	429
GO	Dentística Restauradora, Endodontia, Periodontia, Prótese Dentária, Implantodontia, Ortodontia, Odontopediatria, Radiologia e Imaginologia, Traumatologia BMF	849
MA	Dentística Restauradora, Endodontia, Prótese Dentária, Implantodontia, Ortodontia, Odontopediatria	234
MG	Dentística Restauradora, Endodontia, Periodontia, Prótese Dentária, Implantodontia, Ortodontia e Ortopedia Facial dos Maxilares, Odontopediatria, Saúde Coletiva, Radiologia, Cirurgia e Traumatologia, Estomatologia, Odontologia do Trabalho, Disfunção Temporomandibular, Odontologia Legal	1.846
MS	Dentística Restauradora, Endodontia, Periodontia, Prótese Dentária, Implantodontia, Ortodontia, Odontopediatria, Odontologia em Saúde Coletiva, Radiologia e Imaginologia, Cirurgia e Traumatologia, Ortodontia e Ortopedia Facial	654
MT	Dentística Restauradora, Endodontia, Periodontia, Prótese Dentária, Implantodontia, Ortodontia, Ortodontia e Ortopedia Facial, Odontopediatria	377
PA	Dentística Restauradora, Endodontia, Periodontia, Prótese Dentária, Implantodontia, Ortodontia, Odontopediatria, Saúde Coletiva	532

<b>PB</b>	Dentística Restauradora, Endodontia, Periodontia, Prótese Dentária, Implantodontia, Ortodontia, Odontopediatria, Saúde Coletiva, Radiologia e Imaginologia	278
<b>PE</b>	Dentística Restauradora, Endodontia, Periodontia, Prótese Dentária, Implantodontia, Ortodontia e Ortopedia Facial, Odontopediatria	255
<b>PI</b>	Dentística Restauradora, Endodontia, Periodontia, Prótese Dentária, Implantodontia, Ortodontia, Ortopedia Facial, Odontopediatria	2035
<b>PR</b>	Dentística Restauradora, Endodontia, Periodontia, Prótese Dentária, Implantodontia, Ortodontia, Odontopediatria, Saúde Coletiva, Radiologia e Imaginologia, Disfunção Temporomandibular, Odontologia Legal, Pacientes Especiais, Cirurgia e Traumatologia	304
<b>RJ</b>	Dentística Restauradora, Endodontia, Periodontia, Prótese Dentária, Implantodontia, Ortodontia e Ortopedia Facial, Odontopediatria, Saúde Coletiva, Radiologia e Imaginologia, Odontologia do Trabalho	889
<b>RN</b>	Dentística Restauradora, Endodontia, Periodontia, Prótese Dentária, Implantodontia, Ortodontia, Odontopediatria, Cirurgia, Saúde Coletiva, Radiologia e Imaginologia e Odontologia Legal	339
<b>RO</b>	Dentística Restauradora, Endodontia, Periodontia, Prótese Dentária, Implantodontia, Ortodontia, Odontopediatria, Odontologia Legal	264
<b>RR</b>	-	-
<b>RS</b>	Dentística Restauradora, Endodontia, Periodontia, Prótese Dentária, Implantodontia, Ortodontia, Odontopediatria, Saúde Coletiva, Dor Oro Facial, Odontogeriatrics, Odontologia do Trabalho	536
<b>SC</b>	Dentística Restauradora, Endodontia, Periodontia, Prótese Dentária, Implantodontia, Ortodontia, Odontopediatria, Odontologia em Saúde Coletiva, Radiologia e Imaginologia	471
<b>SE</b>	Dentística Restauradora, Endodontia, Periodontia, Prótese Dentária, Ortodontia e Ortopedia Facial, Odontopediatria	239
<b>SP</b>	Dentística Restauradora, Endodontia, Periodontia, Prótese Dentária, Implantodontia, Ortodontia, Ortopedia Facial, Odontopediatria, Odontogeriatrics, Saúde Coletiva, Cirurgia, Estomatologia, Disfunção Temporo Mandibular	290
<b>TO</b>	Dentística Restauradora, Endodontia, Periodontia, Prótese Dentária, Implantodontia, Ortodontia, Odontopediatria	163
<b>TOTAL</b>		<b>13.397</b>

Fonte: ABO Nacional, Pesquisa “Perfil atual e tendências do cirurgião-dentista brasileiro”, 2010.

### Quadro 2 - Formados nos Cursos de Especialização das Escolas de Aperfeiçoamento Profissional da rede APCD.

EAP-REGIONAL APCD	CURSOS	FORMADOS
<b>Regional Osasco (2006-2007)</b>	Disfunção e Dor Oro Facial	9
<b>Regional São Carlos (1993-2008)</b>	Dentística Restauradora, Periodontia, Endodontia, Ortodontia, Odontopediatria	248
<b>APCD Central (1990-2008)</b>	Cirurgia, Dentística, Dor Oro Facial, Endodontia, Estomatologia, Odontogeriatrics, Radiologia, Odontopediatria Ortodontia, Pacientes com Necessidades Especiais, Periodontia, Prótese Dentária, Implantodontia, Imaginologia, Disfunção ATM e dor	813

<b>Regional Americana (2007-2008)</b>	Endodontia	18
<b>Regional Campinas (1987-2008)</b>	Periodontia, Implantodontia, Endodontia, Ortodontia, Ortodontia e Ortopedia Facial, Odontopediatria, Dentística, Radiologia, Saúde Coletiva, Estomatologia, Ortopedia Funcional dos Maxilares, Prótese Dentária, Cirurgia TBMF, Disfunção Temporomandibular e Dor Oro Facial, Patologia	907
<b>Regional Jardim Paulista (2005-2008)</b>	Prótese Dentária, Endodontia, Implantodontia, Ortodontia, Radiologia	54
<b>Regional São José dos Campos (2005-2008)</b>	Dentística, Ortodontia, Odontopediatria, Periodontia, Implantodontia	82
<b>Regional Bragança Paulista (2006-2008)</b>	Ortodontia, Periodontia, Implantodontia, Pério-implantodontia	43
<b>Regional Santo André (1997-2007)</b>	Endodontia, Periodontia, Dentística, Odontopediatria, Prótese, Ortodontia, Cirurgia TBMF, Implantodontia	295
<b>Regional São José do Rio Preto (1996-2008)</b>	Ortodontia, Endodontia, Dentística, Periodontia, Implantodontia, Odontopediatria	171
<b>Regional Sorocaba (1997-2008)</b>	Odontopediatria, Endodontia, Ortodontia, Periodontia, Disfunção Temporomandibular e Dor Oro Facial, Prótese Dentária	182
<b>TOTAL</b>	<b>11 EAPs (1987-2008)</b>	<b>2822</b>

Fonte: APCD/Pesquisa “Perfil atual e tendências do cirurgião-dentista brasileiro”, 2010.

#### 4.2.5 Distribuição de Especialistas por Região

O total de especialistas registrados no país é de 53.679. Cerca de 56% estão na região Sudeste (Tab. 24). Nesta região também se observa a maior concentração de profissionais com mais de uma especialidade, possivelmente relacionada à ampla oferta de oportunidades educativas locais.

**Tabela 24 - Especialistas com uma ou duas especialidades por Região, Brasil, 2008.**

REGIÃO	1 ESPECIALIDADE		2 ESPECIALIDADES	
Norte	1977	3,68%	268	3,90%
Nordeste	5076	9,46%	605	8,81%
Centro Oeste	5855	10,91%	812	11,83%
Sul	10548	19,65%	1462	21,30%
Sudeste	30223	56,30%	3717	54,15%
<b>BRASIL</b>	<b>53679</b>	<b>100,00%</b>	<b>6864</b>	<b>100%</b>

Fonte: Sistema de Informações CFO, 2008. Pesquisa “Perfil atual e tendências do cirurgião-dentista brasileiro”, 2010.

Proporcionalmente, considerando o número de profissionais atuando na região, o maior percentual de especialistas pertence à região Centro Oeste (Tab. 25), pois enquanto a média nacional é de 25% de especialistas, no Centro Oeste o percentual é de 33%.

**Tabela 25 - Inscrições Ativas e Percentual de Especialistas por Região, Brasil, 2008.**

REGIÃO	INSCRIÇÕES ATIVAS	1 ESPECIALIDADE		2 ESPECIALIDADES	
Nordeste	29714	5076	17,08%	605	2,04%
Sudeste	129473	30223	23,34%	3717	2,87%
Norte	8121	1977	24,34%	268	3,30%
Sul	34561	10548	30,52%	1462	4,23%
Centro Oeste	17706	5855	33,07%	812	4,59%
<b>Brasil</b>	<b>219575</b>	<b>53679</b>	<b>24,45%</b>	<b>6864</b>	<b>3,13%</b>

Fonte: Sistema de Informações CFO, 2008. Pesquisa "Perfil atual e tendências do cirurgião-dentista brasileiro", 2010.

Há grande variação entre as regiões brasileiras e também no interior dessas regiões. No Sudeste, o estado de São Paulo detém 50% dos especialistas da região. Na região Centro Oeste, o percentual de especialistas chega a superar 40% no DF, com pode ser observado na tabela 26.

A proporção de 25% do total de CD no Brasil com especialização é mais elevada que a de países como os Estados Unidos (21%), Reino Unido (11%), Canadá (11%) Alemanha (7%) e França (4%), segundo estudo que compara o total de especialistas nos cinco países<sup>26</sup>.

**Tabela 26 - CD com uma e duas especialidades na Região Centro-Oeste, Brasil, 2008.**

REGIÃO	CD	1 ESPECIALIDADE		2 ESPECIALIDADES	
Mato Grosso do Sul	2817	810	28,75%	139	4,93%
Mato Grosso	2896	822	28,38%	140	4,83%
Goiás	6738	2025	30,05%	232	3,44%
Distrito Federal	5255	2198	41,83%	301	5,73%
<b>CENTRO OESTE</b>	<b>17706</b>	<b>5855</b>	<b>33,07%</b>	<b>812</b>	<b>4,59%</b>

Fonte: Sistema de Informações CFO, 2008. Pesquisa "Perfil atual e tendências do cirurgião-dentista brasileiro", 2010.

#### *4.2.6 Distribuição de Especialistas nas capitais e no interior*

Quanto à distribuição nos interior dos estados, a tabela 27 mostra a concentração de especialistas nas capitais. Em 18 dos 27 estados brasileiros, o percentual de concentração nas capitais é superior a 60%.

**Tabela 27 - Especialistas nas capitais por UF, Brasil, 2008.**

CRO	INSCRIÇÕES ATIVAS	ESPECIALISTAS	CAPITAL	(%)
SC	7763	2347	596	25,39%
MG	26728	6141	1919	31,25%
SP	72508	15102	5539	36,68%
PR	13675	4199	1671	39,80%
RS	13123	4002	1635	40,85%
TO	1154	259	110	42,47%
MT	2896	822	395	48,05%
RO	1056	264	129	48,86%
ES	4043	1109	547	49,32%
MS	2817	810	498	61,48%
GO	6738	2025	1251	61,78%
RJ	26194	7871	4916	62,46%
BA	7538	1238	835	67,45%
DF	5255	2198	1501	68,29%
PB	2859	502	353	70,32%
PE	5598	743	552	74,29%
PA	3064	761	599	78,71%
MA	1982	306	245	80,07%
PI	1684	232	189	81,47%
AC	361	95	79	83,16%
AP	324	96	81	84,38%
RN	2406	524	454	86,64%
CE	4448	943	845	89,61%
RR	261	65	60	92,31%
AL	1892	245	228	93,06%
AM	1901	437	413	94,51%
SE	1307	343	327	95,34%
<b>Brasil</b>	<b>219575</b>	<b>53679</b>	<b>25967</b>	<b>48,37%</b>

Fonte: Sistema de Informações CFO, 2008. Pesquisa "Perfil atual e tendências do cirurgião-dentista brasileiro", 2010.

#### *4.2.7 Distribuição por sexo, especialidade e região*

Atualmente, há 19 especialidades legalmente reconhecidas pelo CFO. O registro no Conselho, contudo, não abrange a totalidade de especialistas existentes, pois o registro é uma prerrogativa do profissional. Assim, é necessário levar em conta a possibilidade de que alguns profissionais, apesar de terem concluído um curso legalmente reconhecido, não tenham solicitado o registro da especialidade junto ao CFO. Os dados apresentados neste estudo se referem aos especialistas devidamente registrados, sabendo que esse número

é inferior ao total de titulados. As 19 especialidades reconhecidas segundo a **PORTARIA CFO-22/2001**<sup>27</sup> que permitem o registro pelo Conselho Federal de Odontologia são:

- 1 - Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilofaciais;
- 2 - Dentística;
- 3 - Disfunção Temporomandibular e Dor Orofacial;
- 4 - Endodontia;
- 5 - Estomatologia;
- 6 - Imaginologia Dentomaxilofacial;
- 7 - Implantodontia;
- 8 - Odontologia Legal;
- 9 - Odontologia do Trabalho;
- 10 - Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais;
- 11 - Odontogeriatrica;
- 12 - Odontopediatria;
- 13 - Ortodontia;
- 14 - Ortopedia Funcional dos Maxilares;
- 15 - Patologia Bucal;
- 16 - Periodontia;
- 17 - Prótese Bucomaxilofacial;
- 18 - Prótese Dentária; e
- 19 - Saúde Coletiva.

As possibilidades de registro de especialidades pelo CFO incluem uma lista de 23 nomenclaturas. Algumas delas refletem mudanças no enfoque da especialidade ao longo do tempo, seja por sua orientação teórica ou em consequência de ampliação de seu escopo por avanços tecnológicos. Neste estudo, para facilitar o tratamento da informação, foram agrupadas algumas especialidades em torno de uma nomenclatura única. Assim, os dados referentes à Dentística incluem também as informações da especialidade antes denominada Dentística Restauradora, os de Saúde Coletiva incluem Odontologia em Saúde Coletiva e os de Ortodontia e Ortopedia Facial as informações sobre especialistas em de Ortodontia.

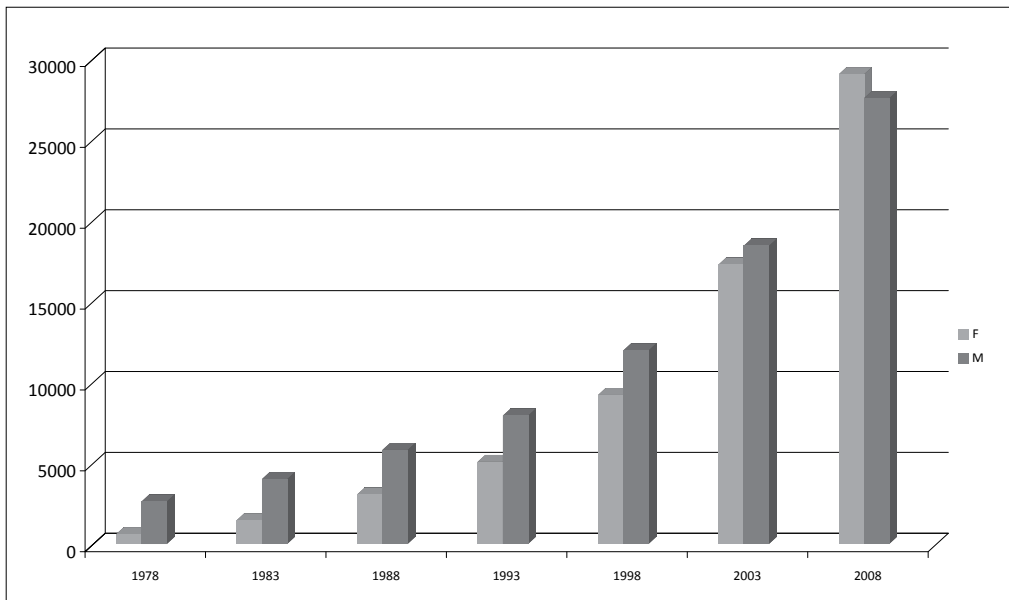
A distribuição por sexo e por ano, no período de 1978 a 2008 é apresentada na figura 09. Contudo, um grupo de 6 nomenclaturas não será incluído na análise por se tratar de especialidades cujas possibilidades de registro no CFO são recentes e os dados, para efeito



deste estudo, incluíam apenas as informações relativas aos anos de 2003 a 2008. Esse é o caso das especialidades reconhecidas depois de 2002 cujo grupo é composto por: Radiologia Odontológica e Imaginologia Dentomaxilofacial, Disfunção Temporomandibular e Dor Orofacial, Odontologia do Trabalho, Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais, Odontogeriatrics e Ortopedia Funcional dos Maxilares.

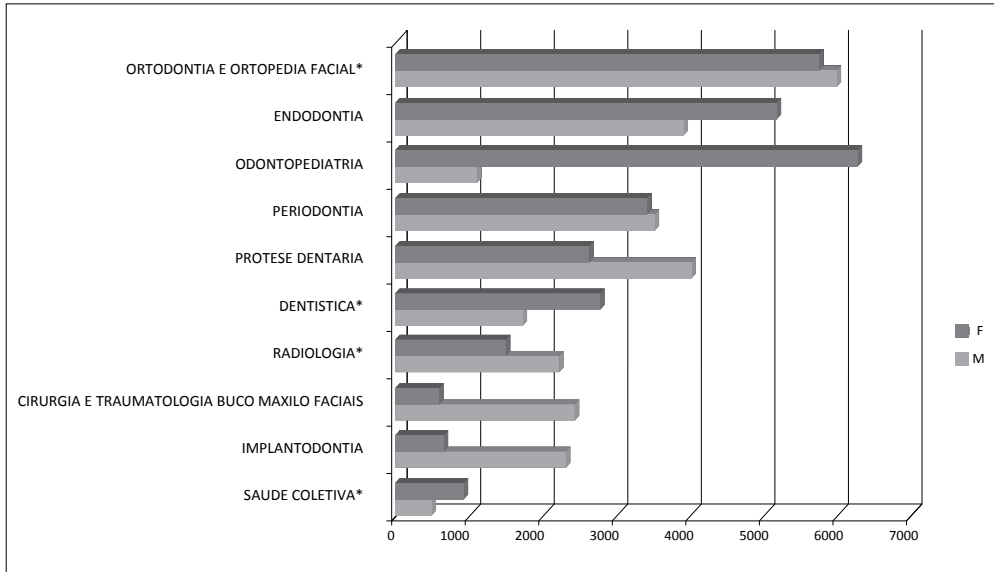
O total de especialistas em 1978 era de 3404 profissionais. Em uma evidente expansão da especialização na Odontologia esse número chega ao total de 56660 em 2008. O aumento pode ser percebido tanto nos profissionais de sexo feminino como no masculino. Porém na série histórica escolhida pelo estudo, observa-se que em 2008, mulheres passam a ser maioria também entre os profissionais que são especialistas (Fig. 10). Algumas especialidades possuem franca maioria feminina, como Odontopediatria (85%), Saúde Coletiva (66%) Dentística (62%) e Endodontia (57%). Outras, a predominância é masculina, como Cirurgia (80%), Implantodontia (78%), Prótese e Radiologia (60%) (Fig. 11).

**Figura 10 - Especialistas por sexo de 1978 a 2008, Brasil.**



Fonte: Sistema de Informações CFO, 2008. Pesquisa “Perfil atual e tendências do cirurgião-dentista brasileiro”, 2010.

**Figura 11 - Especialistas por sexo nas dez especialidades com maior contingente em 2008, Brasil.**



Fonte: Sistema de Informações CFO, 2008. Pesquisa "Perfil atual e tendências do cirurgião-dentista brasileiro", 2010.

As dez especialidades que concentram 95% dos especialistas no país são apresentadas na tabela 28. Como pode ser observado, as especialidades que possuem o maior número de CD são a Ortodontia com 11.778 especialistas e a Endodontia com 9.120 profissionais registrados. A área que possui o menor número de especialistas entre as dez especialidades mais frequentes é a de Saúde Coletiva com 1.430 profissionais registrados. Todavia, esse dado pode estar subestimado, pois nesta área, como o registro de especialidade não implica em limitações do exercício profissional, pode haver sub-registro.

**Tabela 28 - As dez especialidades mais numerosas do Brasil em 2008.**

ESPECIALIDADE 2008	TOTAL
Saúde Coletiva	1430
Implantodontia	2986
Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilofaciais	3044
Radiologia	3745
Dentística	4530
Prótese Dentária	6679
Periodontia	6967

<b>Odontopediatria</b>	7418
<b>Endodontia</b>	9120
<b>Ortodontia e Ortopedia Facial</b>	11778
<b>TOTAL</b>	57697

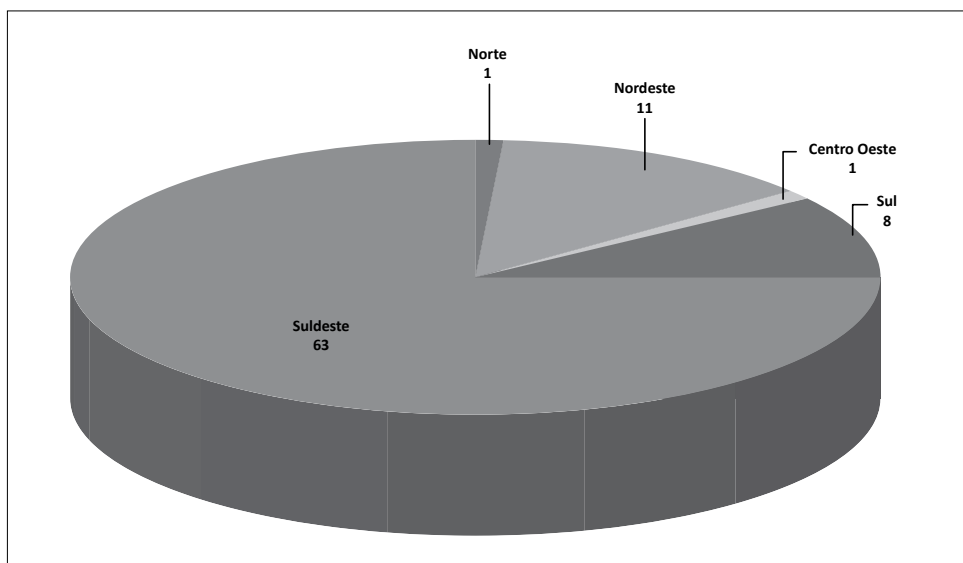
Fonte: Sistema de Informações CFO, 2008. Pesquisa “Perfil atual e tendências do cirurgião-dentista brasileiro”, 2010.

#### 4.2.8 Cursos de Mestrado e Doutorado

De acordo com a avaliação trienal de 2007 da CAPES (baseada nos anos 2004, 2005 e 2006) os Programas de mestrado e doutorado na área de Odontologia, eram em número de 84. Destes, 12 eram de mestrado profissional, 25 de mestrado acadêmico, 46 de mestrado e doutorado e 1 programa oferecia apenas de doutorado

Em termos de distribuição geográfica, 63(75%) estavam na região Sudeste e destes 62% no estado de São Paulo (Fig. 12).

**Figura 12 - Programas de Mestrado e Doutorado por região, Brasil, 2007.**



Fonte: Relatório de Avaliação triênio 2004-2006, CAPES/MEC, Pesquisa “Perfil atual e tendências do cirurgião-dentista brasileiro”, 2010.

A distribuição dos programas por região, Natureza Jurídica da IES nos níveis Mestrado Profissional, Mestrado Acadêmico e Doutorado são apresentados no quadro 3.

**Quadro 3 - Distribuição de cursos *stricto sensu* por Região e Natureza Jurídica, 2007.**

REGIÃO	MESTRADO PROFISSIONAL		MESTRADO ACADÊMICO		DOUTORADO		
	Natureza Jurídica da IES	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada
Norte				1	-	-	-
Nordeste		-	1	8	1	3	-
Centro Oeste				1			-
Sudeste		2	9	40	12	36	2
Sul				4	4	3	3
Brasil		2	10	54		42	5

Fonte: Relatório de Avaliação triênio 2004-2006, CAPES/MEC, Pesquisa "Perfil atual e tendências do cirurgião-dentista brasileiro", 2010.

A distribuição dos programas avaliados em 2007 por região e área de concentração são apresentados no quadro 4. A área de concentração mais frequente foi a de Dentística (em 22 IES), sendo que a área de Odontologia Social e Preventiva, aparece como programa ou área de concentração em 13 IES.

**Quadro 4 - Distribuição de Áreas de Concentração por Região Brasileira, 2007.**

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO	NORTE	NORDESTE	CENTRO OESTE	SUDESTE	SUL	TOTAL
Clínica Odontológica	1	5	1	7	2	16
Cirurgia Buco-Maxilo-Facial				6	2	8
Ortodontia				15	2	17
Odontopediatria		1		14	3	18
Periodontia		1		13	1	15
Endodontia		1		12	2	15
Radiologia odontológica e imaginologia				3	2	5
Odontologia social e preventiva e saúde coletiva		3		7	3	13
Materiais Odontológicos				3	2	5
Estomatologia		3		6	1	10
Laser em Odontologia		1		2	-	3
Diagnóstico Bucal		1		2	-	3
Herbiatria		1		-	-	1
Dentística		1		14	7	22
Patologia		1		4	1	6
Implantodontia				6	2	8
Prótese Dentária				8	2	10
Biodontologia				1		1
Reabilitação Oral				4		4
Cariologia				1		1
Fisiologia Oral				1		1

Farmacologia, Anestesiologia e Terapêutica	1	1
Biopatologia Bucal	1	1
Histologia	1	1
Anatomia	1	1
Microbiologia	1	1
Biologia Oral	3	3
Odontologia Legal e Deontologia	1	1
<b>BRASIL</b>	<b>1</b>	<b>19</b>

Fonte: Rel. de Avaliação triênio 2004-2006, CAPES/MEC, Pesquisa "Perfil atual e tendências do cirurgião-dentista brasileiro", 2010.

#### 4.2.9 Discentes Matriculados

A evolução do número de discentes matriculados no Mestrado Profissional (MP) nas áreas de conhecimento denominadas Odontologia e na de Odontologia Social e Preventiva de 1999 a 2007 (Tab. 29) mostra que ainda é incipiente a iniciativa de formação na área social. Embora a denominação Odontologia Social e Preventiva possa ser uma das variações correspondente às denominações que se apresentam ao longo do tempo para qualificar cirurgiões-dentistas que se dedicam aos serviços públicos, o total de discentes é inferior a 3% do total matriculado no período. Dentro da área de avaliação Odontologia, as denominações Saúde Coletiva e Odontologia Social aparecem como subáreas de outros programas. Esses dados ainda precisam ser relativizados em razão do contingente de cirurgiões-dentistas desta área que procuram programas mais abrangentes, em geral de caráter multidisciplinar. Contudo, nem sempre esses programas aprofundam necessidades de formação específica para a gestão de serviços públicos de Odontologia. Como os serviços públicos de Odontologia estão em franca expansão no mercado de trabalho, ainda que com as ressalvas citadas, os dados apontam para um descompasso em relação às iniciativas de formação neste nível. O mesmo pode ser observado nos mestrados acadêmicos (Tab. 30) e nos doutorados (Tab. 31).

**Tabela 29 - Mestrado Profissional - Discentes matriculados segundo subárea do conhecimento, 1999 a 2007.**

ÁREA DO CONHECIMENTO	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	TOTAL GERAL
Odontologia	183	158	187	189	229	445	406	392	368	2557
Odontologia social e preventiva	0	0	0	0	21	21	22	14	12	90
Total geral	183	158	187	189	250	466	428	406	380	2647

Fonte: Capes/MEC

Tabela 30 - Mestrado - Discentes matriculados segundo subárea do conhecimento, 1998 a 2007.

ÁREA DO CONHECIMENTO	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	TOTAL GERAL
Cirurgia buco-maxilo-facial	12	12	6	38	33	30	34	22	23	33	243
Clinica odontológica	83	106	60	104	101	99	132	143	117	131	1076
Endodontia	40	53	50	65	57	32	37	41	40	44	459
Materiais odontológicos	16	35	9	18	14	15	17	17	19	19	179
Odontologia	604	715	731	803	834	905	936	961	923	983	8395
Odontologia social e preventiva	28	27	27	0	0	0	0	0	0	0	82
Odontopediatria	54	38	60	68	61	26	113	78	93	94	685
Ortodontia	39	35	47	59	41	45	39	64	53	66	488
Periodontia	28	42	32	33	23	21	0	0	0	0	179
Radiologia odontológica	18	26	13	23	10	19	18	26	24	28	205
Total geral	922	1089	1035	1211	1174	1192	1326	1352	1292	1398	11991

Fonte: Capes/MEC

Tabela 31 - Doutorado - Discentes matriculados segundo subárea do conhecimento, 1998 a 2007.

ÁREA DO CONHECIMENTO	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	TOTAL GERAL
Cirurgia buco-maxilo-facial	16	21	16	21	14	20	21	41	54	48	272
Clinica odontológica	76	125	76	89	75	97	89	110	115	122	974
Endodontia	35	36	29	24	28	25	16	27	29	38	287
Materiais odontológicos	21	23	24	33	33	40	42	50	46	55	367
Odontologia	344	381	401	454	453	537	474	566	627	758	4995
Odontologia social e preventiva	7	12	8	0	0	0	0	0	0	0	27
Odontopediatria	36	21	24	43	40	40	77	92	124	124	621
Ortodontia	38	34	25	29	32	35	31	47	46	52	369
Periodontia	24	24	20	8	3	3	0	0	0	0	82
Radiologia odontológica	19	17	12	27	25	28	42	44	40	48	302
Total geral	616	694	635	728	703	825	792	977	1081	1245	8296

Fonte: Capes/MEC

#### 4.2.10 Mestres e Doutores por faixa etária e sexo

O total de mestres e doutores no presente estudo reflete apenas os titulados no período de 1998 a 2007 (Tab. 32), o que permite afirmar que esse número é inferior ao contingente existente no país.

**Tabela 32 - Mestres e Doutores Titulados e alunos matriculados na Área Odontologia, 2007.**

	Titulados	Alunos matriculados (em formação) em 2007
Mestrado profissional	1.400*	380
Mestrado acadêmico	5.692**	1.398
Doutorado	2.266 **	1.245
<b>TOTAL</b>	<b>9.358</b>	<b>3.023</b>

\*Dados relativos ao período 2000 a 2007. \*\*Dados relativos ao período 1998 a 2007. Fonte: CAPES-MEC, Pesquisa “Perfil atual e tendências do cirurgião-dentista brasileiro”, 2010.

A expansão da capacidade de formação no *stricto sensu* pode ser observada na tabela 33. O crescimento do total de titulados de 1998 para 2007 foi da ordem de 244%. Em 2007, cerca de 40% dos titulados tinham entre 25 a 29 anos de idade, sendo que em 1998 essa mesma faixa etária correspondia a 26% do total, o que mostra o ingresso e titulação de alunos cada vez mais jovens nos programas de *stricto sensu*.

**Tabela 33 - Total de titulações no *stricto sensu* por ano e faixa etária de 1998 a 2007.**

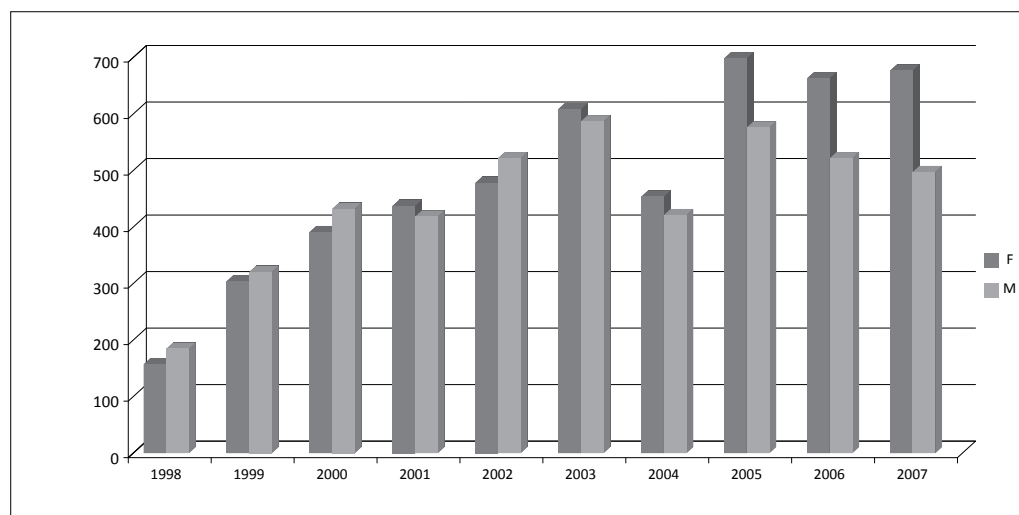
Ano	Faixa etária				Total Mestrado	Total Doutorado	Total MP	Total
	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 34 anos	Acima de 35 anos				
1998	7	88	117	128	240	100	-	340
1999	11	184	177	253	450	175	-	625
2000	16	202	224	378	541	197	82	820
2001	15	268	189	382	541	207	106	854
2002	24	296	260	417	553	264	180	997
2003	25	403	300	465	767	241	185	1193
2004	26	287	265	295	479	250	144	873

2005	21	494	341	416	732	269	271	1272
2006	20	447	316	401	683	291	210	1184
2007	18	466	307	379	676	272	222	1170
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>183</b>	<b>3135</b>	<b>2496</b>	<b>3514</b>	<b>5662</b>	<b>2266</b>	<b>1400</b>	<b>9328</b>

\*150 observações não preenchidas. Fonte: CAPES-MEC, Pesquisa “Perfil atual e tendências do cirurgião-dentista brasileiro”, 2010.

A figura 13 apresenta os dados sobre os titulados no *stricto sensu* de 1998 a 2007. Mulheres são maioria desde 2003. Em 2007, estas representaram 58% do total de titulados.

**Figura 13 - Titulados por sexo no *stricto sensu* de 1998 a 2007, Brasil, 2009.**



Fonte: CAPES-MEC, Pesquisa “Perfil atual e tendências do cirurgião-dentista brasileiro”, 2010.

## 4.3 Perfil do mercado de trabalho

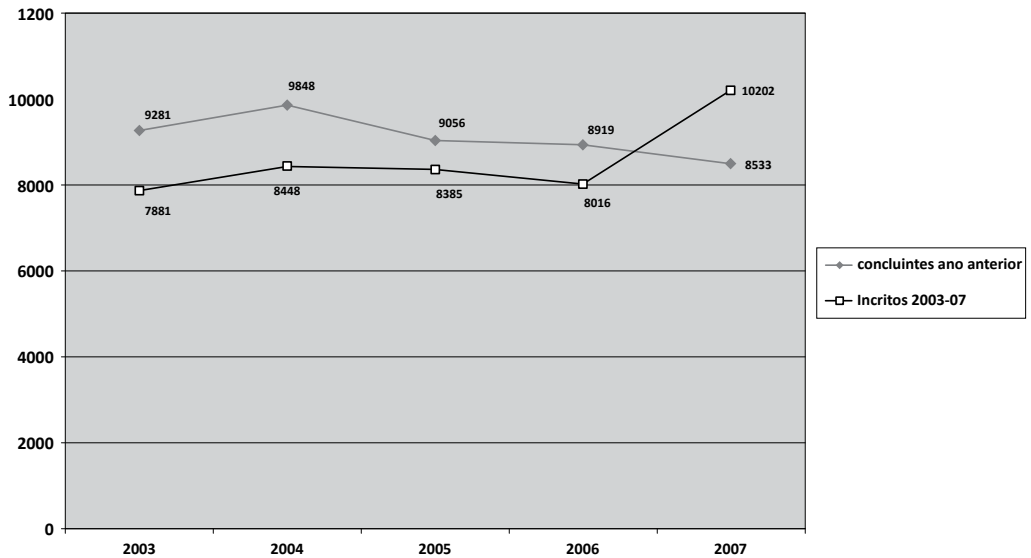
### 4.3.1 Concluintes de Graduação e inscrição para o exercício profissional

Os dados do Censo da Educação Superior sobre o total de concluintes de graduação em Odontologia de 2002 a 2006, quando comparados aos números de inscrições novas do Conselho Federal de Odontologia, permitem evidenciar achados sugestivos de um aumento da profissionalização. Os concluintes, em geral, se inscrevem no CFO no ano



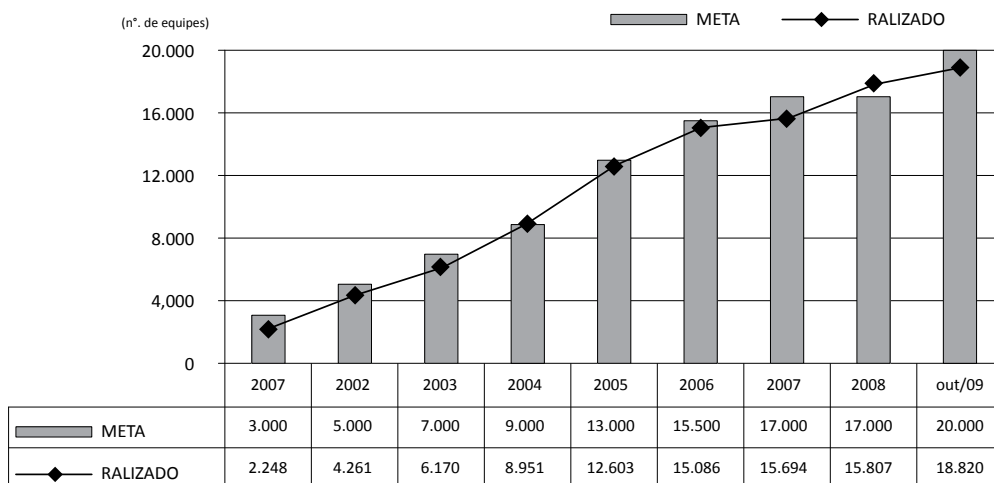
subsequente ao da conclusão da graduação. Como pode ser observado na figura 14, em 2007, o CFO recebeu 10.202 novas inscrições, sendo que no ano anterior, 8.633 estudantes de Odontologia concluíram sua graduação, obtendo o direito de inscrever-se no Conselho. A taxa de 118% de inscritos em relação ao número de formados, explica-se pela retomada do interesse na inscrição no Conselho, pois nos anos anteriores, houve subinscrição comparando-se os mesmos indicadores. Em 2003, por exemplo, apenas 85% dos concluintes de graduação em Odontologia fizeram sua inscrição no ano subsequente.

**Figura 14 - Concluintes dos cursos de Odontologia de 2002 a 2006 e registrados no CFO de 2003 a 2007.**



Fonte: Censo da Educação Superior, /MEC, 2007 e CFO/  
Pesquisa "Perfil atual e tendências do cirurgião-dentista brasileiro", 2010.

Entre os fatores que podem ter influenciado essa retomada da profissionalização está a expansão, no mesmo período, de postos de trabalhos públicos com a inclusão de dentistas no Programa de Saúde da Família (PSF). Como pode ser observado na figura 15 as Equipes de Saúde Bucal do PSF (ESBPSF) eram em 2003, 6.170 e em 2008, passam a ser 18.820.

**Figura 15 - Equipes de Saúde Bucal no PSF de 2001 a 2008.**

FONTE: SJAB – Sistema de Informação da Atenção Básica  
SCNES – Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos em Saúde

### 4.3.2 Inscrições desativadas

O registro de inscrições desativadas é composto por todas as inscrições que foram desativadas desde a criação do CFO, em 1964. Várias são as razões para que uma inscrição seja desativada, seja por falecimento, por transferência definitiva de domicílio, por encerramento de atividades, por desistência da profissão ou por aposentadoria. Na tabela 34, pode-se ver o total dessas inscrições por Unidade da Federação. Assim é possível observar que desde a criação do Conselho exercem ou exerceram a profissão no país cerca de 300.000 profissionais. O percentual de inscrições desativadas por estado apresentado sofre a influência dos fatores acima listados como razões para desativação.

Ainda que a composição de motivos na origem dos dados não permita uma correlação direta, chama a atenção os estados onde esses desativamentos são mais frequentes. UF da região Norte e Centro-Oeste, onde o número de inscrições por transferência é mais importante na composição do efetivo total (Tab. 34), são também as que apresentam a maior proporção acumulada de inscrições desativadas. Esses dados sugerem que pelo menos parte do total dos desativamentos possa ser composto por profissionais que tenham tentado exercer a profissão nestes locais e tenham desistido. A fim de entender melhor o fluxo migratório interno e a fixação de profissionais nessas regiões serão necessários outros estudos que possam melhor caracterizar os motivos de desativamento de inscrição.

**TABELA 34 - Inscrições Ativas e Inscrições desativadas por UF, Brasil, 2008.**

<b>CRO</b>	<b>ATIVAS</b>	<b>DESATIVADAS</b>	<b>(%)</b>
AC	361	165	46%
AL	1892	806	43%
AM	1901	1237	65%
AP	324	122	38%
BA	7538	2381	32%
CE	4448	1446	33%
DF	5255	3080	59%
ES	4043	1426	35%
GO	6738	3110	46%
MA	1982	724	37%
MG	26728	9526	36%
MS	2817	1420	50%
MT	2896	1717	59%
PA	3064	1544	50%
PB	2859	1180	41%
PE	5598	2801	50%
PI	1684	591	35%
PR	13675	6010	44%
RJ	26194	9650	37%
RN	2406	939	39%
RO	1056	603	57%
RR	261	115	44%
RS	13123	4853	37%
SC	7763	2191	28%
SE	1307	469	36%
SP	72508	21274	29%
TO	1154	402	35%
<b>TOTAL *</b>	<b>219575</b>	<b>79783</b>	<b>36%</b>

Fonte: CFO, 2009/ Pesquisa "Perfil atual e tendências do cirurgião-dentista brasileiro", 2010.

Na tentativa de melhorar e refinar a informação, sobre o total de inscrições desativadas apresentadas na tabela 34, os valores correspondentes aos de falecimento (Tab. 35) e de encerramento de inscrição (Tab. 36) nos anos 2000, 2004 e 2008 registrados no CFO, são apresentados separadamente. Contudo, é preciso salientar que uma correlação mais

precisa quanto aos valores anuais não pode ser realizada em função de que a comunicação de falecimento, por exemplo, nem sempre tem correlação com o ano em que esta registrada. Isso porque cabe às famílias dos profissionais comunicarem o falecimento ao Conselho e nem sempre essa comunicação ocorre no ano do acontecimento.

**TABELA 35 - Comunicação de Falecimentos de  
CD por Unidade Federativa nos anos de 2000, 2004 e 2008, Brasil.**

UF	ATIVAS	FALECIMENTOS 2000	FALECIMENTOS 2004	FALECIMENTOS 2008
AC	361	1		3
AL	1892	1	5	2
AM	1901	2	3	4
AP	324			
BA	7538	14	11	7
CE	4448	3	4	9
DF	5255	6	7	6
ES	4043	2	8	3
GO	6738	4	7	5
MA	1982	3	7	3
MG	26728	48	47	38
MS	2817	1	5	1
MT	2896	7	4	2
PA	3064	7	4	6
PB	2859	3	2	5
PE	5598	13	9	6
PI	1684	2	3	1
PR	13675	16	32	31
RJ	26194	53	58	33
RN	2406	2	4	4
RO	1056	1	3	
RR	261			
RS	13123	28	35	41
SC	7763	6	8	19
SE	1307	1	2	
SP	72508	105	187	31
TO	1154		2	
<b>TOTAL</b>	<b>219575</b>	<b>329</b>	<b>457</b>	<b>260</b>

Fonte: CFO, 2008/ Pesquisa "Perfil atual e tendências do cirurgião-dentista brasileiro", 2010.

**TABELA 36 - Comunicação de Encerramento de atividades por Unidade Federativa nos anos de 2000, 2004 e 2008, Brasil.**

CRO	ATIVAS	ENCERRADAS 2000	ENCERRADAS 2004	ENCERRADAS 2008	TOTAL 2000-2008	(%)
AC	361		3	3	6	1,58%
AL	1892	11	12	12	35	1,79%
AM	1901	8	13	15	36	1,85%
AP	324	1	1	1	3	0,85%
BA	7538	27	31	64	122	1,59%
CE	4448	15	30	67	112	2,47%
DF	5255	45	69	124	238	4,42%
ES	4043	12	35	50	97	2,35%
GO	6738	27	59	74	160	2,30%
MA	1982	6	9	18	33	1,55%
MG	26728	150	232	205	587	2,17%
MS	2817	18	17	18	53	1,82%
MT	2896	10	20	19	49	1,65%
PA	3064	9	25	28	62	1,99%
PB	2859	13	20	26	59	2,00%
PE	5598	30	45	40	115	2,02%
PI	1684	8	8	13	29	1,65%
PR	13675	74	120	181	375	2,71%
RJ	26194	102	143	213	458	1,74%
RN	2406	11	22	21	54	2,20%
RO	1056	6	5	6	17	1,57%
RR	261	3	1	2	6	2,18%
RS	13123	69	117	114	300	2,27%
SC	7763	29	45	95	169	2,10%
SE	1307	3	6	21	30	2,24%
SP	72508	334	368	505	1207	1,66%
TO	1154	4	2	9	15	1,22%
<b>TOTAL</b>	<b>219575</b>	<b>1025</b>	<b>1458</b>	<b>1944</b>	<b>4427</b>	<b>1,99%</b>

Fonte: Sistema de Informações do CFO, 2008. Pesquisa "Perfil atual e tendências do cirurgião-dentista brasileiro", 2010.

O total de encerramentos de 2000 a 2008 no país é inferior a 2%. A única Unidade da Federação que tem valor percentual superior em relação ao total de inscrições ativas é o DF. Contudo, outros estudos são necessários para interpretar esses valores e também para verificar as razões relacionadas ao encerramento dessas atividades.

### *4.3.3 Profissionais cadastrados no SCNES com vínculo público*

A crescente expansão dos serviços públicos em Odontologia tem sido um fator de grande modificação no tipo de exercício profissional. Diversas são as possibilidades do mercado de trabalho com a existência de profissionais com vínculo público exclusivo, incluindo entre estes dentistas com tempo integral em serviços públicos de atenção, dentistas que são docentes do ensino superior público com dedicação exclusiva, gestores de serviços públicos de Odontologia, etc. Também se observa a existência de profissionais com vínculos públicos parciais, como os que exercem a profissão em serviços públicos e possuem consultórios privados como autônomos. Ainda há os que possuem consultório, não possuem vínculo empregatício com os serviços públicos, mas são credenciados pelo SUS. Outros são assalariados de empresas privadas de serviços odontológicos, empresas que oferecem serviços de Odontologia aos seus funcionários, sindicatos e também há os que se organizam em grupos de cooperativas. Cada uma das diferentes formas de exercício pode ter uma relação maior ou menor com os serviços públicos e merecem ser objeto de outras pesquisas para o aprofundamento da análise sobre o tema. No presente estudo, que é baseado em informações disponíveis em bancos de dados pré-existentes, usaremos o Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), para fazer algumas inferências sobre os profissionais nos serviços públicos, porém assume-se antecipadamente que o Cadastro<sup>2</sup> ainda carece de aperfeiçoamento para abranger o conjunto de cirurgiões-dentistas com vínculos públicos e privados. A normativa para que todos os profissionais de saúde sejam Cadastrados no SCNES ainda não foi integralmente cumprida e dos cerca de 219.000 profissionais existentes no Cadastro do CFO, apenas 87.604 estão efetivamente cadastrados no SCNES. Assim, em relação aos cerca de 219.000 profissionais registrados no CFO, comparando-se o número de CPF para excluir duplicidades, cerca de 27% do total (59.225) estão cadastrados no SCNES prestando atendimento em serviços públicos. Entretanto, cabe ressaltar que os dados apresentados se referem aos profissionais cadastrados e que este atualmente não abrange a totalidade dos profissionais para o país.

---

2 O CNES foi instituído pela Portaria MS/SAS 376, de 04/10/2000. Os Estabelecimentos de Saúde ambulatoriais não vinculados ao SUS, serão cadastrados em duas etapas. Obrigatoriamente na fase atual: Os Estabelecimentos privados que executem serviços de Patologia Clínica, Radiologia, Terapia Renal Substitutiva, Radioterapia, Quimioterapia, Hemoterapia, Ressonância Magnética, Medicina Nuclear, Radiologia Intervencionista e Tomografia Computadorizada. O demais estabelecimentos ambulatoriais, em cronograma estabelecido pelos Gestores Estaduais e Municipais.

A distribuição por sexo dos CD cadastrados é apresentada na tabela 37. Mulheres são maioria tanto no efetivo total como nas Equipes de Saúde Bucal do PSF e nas dos CEO.

A distribuição dos profissionais que atuam no PSF por faixa etária mostra que a maior parte (68%) tem menos de quarenta anos de idade. Um terço tem menos de 30 anos, o que caracteriza uma força de trabalho bastante jovem (Tab. 38).

**Tabela 37 - Distribuição por sexo dos CD cadastrados no CNES que atendem no SUS, nas equipes de PSF e nos CEOs, Brasil, 2009.**

SEXO	CD TOTAL	ESB PSF	CEOS
M	43%	42%	42%
F	57%	58%	58%
<b>TOTAL</b>	<b>59.225</b>	<b>19.421</b>	<b>4.302</b>

Fonte: Dados extraídos do banco de dados do CNES em 19/10/2009 e mostram o quantitativo por sexo de cirurgiões-dentista (CBO família 2232) por CPF e que atendem no SUS, nas ESBPSF e nos CEO.

**Tabela 38 - Distribuição por Faixa etária dos CDs nas equipes de PSF e nos CEO, Brasil, 2009.**

FAIXA ETÁRIA	CEOS	(%)	ESB PSF	(%)
sem informação	2		10	
20-29	409	9,5%	6499	34%
30-39	1414	33%	6653	34%
40-49	1337	31%	3372	17%
50-59	880	20,5%	2208	11%
60-69	230	5%	602	3%
70 ou mais	30	1%	77	1%
<b>TOTAL</b>	<b>4.302</b>		<b>19.421</b>	

Fonte: Dados extraídos do banco de dados do CNES em 19/10/2009.

Sobre a escolaridade (Tab. 39), 84% do total de CDs cadastrados aparecem como somente graduados. Nas ESB PSF, esse percentual é ainda maior (92%). Analisando em conjunto com a informação sobre a idade dos profissionais, esses dados evidenciam o PSF como oportunidade de primeiro emprego e ao mesmo tempo também reforçam a necessidade de se promover a educação permanente e o estímulo à atualização e desenvolvimento profissional das equipes.

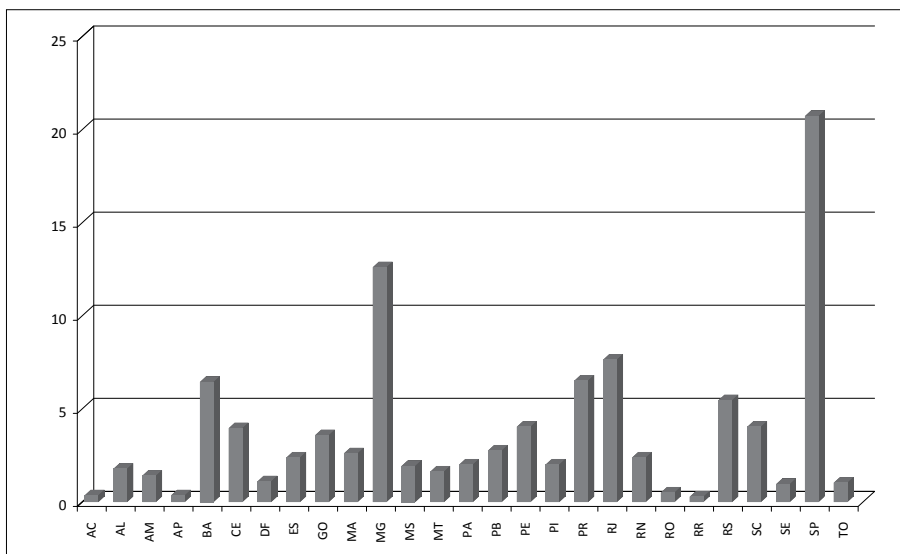
**Tabela 39 - Grau de escolaridade de cirurgiões-dentistas que atendem no SUS e nas ESB-PSF cadastrados no CNES.**

ESCOLARIDADE	CD TOTAL	ESB PSF
Superior completo	49.296	17.874
Especialização/residência	7.982	1.341
Mestrado	874	45
Doutorado	847	44
Dado inconsistente ou não informado	226	117
<b>TOTAL</b>	<b>59.225</b>	<b>19.421</b>

Fonte: Dados extraídos do banco de dados do CNES em 19/10/2009.

Sobre a distribuição por UF, considerando-se o contingente total, os estados que mais possuem profissionais cadastrados como atendendo ao SUS, são SP (21%), MG (13%), RJ (8%), PR (7%) e BA (6%) (Fig. 16).

**Figura 16 - Distribuição percentual dos profissionais que atendem no SUS por UF, Brasil, 2009.**



Fonte: Dados extraídos do banco de dados do CNES em 19/10/2009.

Sobre a importância relativa desses profissionais em relação ao total existente cadastrado no Conselho Federal de Odontologia, a tabela 40 mostra que o percentual de profissionais cadastrados no CNES como atendendo no SUS varia de 13%(DF) a 78% (MA) segundo a UF.



**Tabela 40 - Cirurgiões-dentistas cadastrados no CFO e no CNES por UF, 2009.**

UF	CD total CFO	CD Total CNES	CNES/CFO (%)	PSF	CEO
AC	361	222	61%	95	11
AL	1892	1.031	54%	532	86
AM	1901	825	43%	294	17
AP	324	203	63%	109	20
BA	7538	3.855	51%	1.754	137
CE	4448	2.327	52%	1.335	164
DF	5255	696	13%	11	92
ES	4043	1.379	34%	388	50
GO	6738	2.122	31%	783	191
MA	1982	1.548	78%	1.170	91
MG	26728	7.570	28%	2.093	451
MS	2817	1.122	40%	399	144
MT	2896	960	33%	370	18
PA	3064	1.173	38%	440	119
PB	2859	1.673	59%	1.116	159
PE	5598	2.417	43%	1.269	168
PI	1684	1.209	72%	914	46
PR	13675	3.906	29%	1.130	421
RJ	26194	4.576	17%	681	438
RN	2406	1.387	58%	828	139
RO	1056	304	29%	129	10
RR	261	152	58%	52	-
RS	13123	3.263	25%	656	74
SC	7763	2.388	31%	775	262
SE	1307	599	46%	354	9
SP	72508	12.440	17%	1.455	919
TO	1154	611	53%	300	67
<b>TOTAL</b>	<b>219.575</b>	<b>59.958</b>	<b>27%</b>	<b>19.432</b>	<b>4.303</b>

Fonte: CNES em 19/10/2009 e CFO em 14/12/2008, Pesquisa "Perfil atual e tendências do cirurgião-dentista brasileiro.

Sobre os cirurgiões-dentistas que atuam em IES, o CNES reporta 4.673 profissionais.

Sendo o preenchimento do CNES em fluxo contínuo, os números de cadastro oscilam em função do tempo e os dados analisados correspondem ao contingente cadastrado em outubro de 2009.

#### *4.3.4 Expansão do PSF e interiorização de profissionais*

Como abordado anteriormente, a propósito da distribuição geográfica regional dos CDs, os profissionais estão concentrados principalmente nas regiões Sudeste e Sul, nas

capitais e nos municípios de maior porte e PIB per capita. No interior do país, ampliando a unidade de análise, é possível evidenciar municípios onde a proporção de habitantes por CD é extremamente elevada e ainda outros, nos quais não há CD residente.

O termo empregado “CD residente” foi baseado no registro de endereço de correspondência junto ao CFO, tomado neste estudo como seu local de residência, como sendo o seu endereço principal. Deste modo, ainda que se possa perder em precisão quando profissionais residem em um município e trabalham em outro, ou na defasagem que pode existir entre a mudança e a comunicação de alteração de endereço ao CFO, o conceito de CD residente foi elaborado para permitir uma aproximação com a distribuição no nível município. Assim, a ausência de CD residente não significa necessariamente que não haja nenhum profissional atuando no município. Porém a ausência de CD residente pode indicar a limitação do acesso, pelo menos no que diz respeito à disponibilidade integral de profissionais.

Com base nessa variável de análise e dentro das limitações derivadas, é principalmente nos municípios com população inferior a 5.000 habitantes, ou até 20.000 habitantes que se faz ressentir a ausência de CD residente. Contudo, vários desses municípios, apesar de não possuírem CD residente, possuem equipe de Saúde Bucal do PSF. Essa situação pode ser explicada pela existência de profissionais que trabalham em um município e residem em outro. A tabela 41 mostra a distribuição destas situações nas diferentes regiões brasileiras.

**Tabela 41 - Municípios sem CD residente e sem ESBPSF por região, Brasil, 2009.**

Região	Total Municípios	Sem CD Residente	Sem ESBPSF	Município Sem CD Res e sem ESBPSF			
				Até 5000	5.001-20.000	20.001-100.000	>100.001
Norte	449	126	54	3	15	8	0
Nordeste	1793	763	181	8	30	4	0
Centro Oeste	466	66	48	10	01	0	0
Sul	1188	158	350	25	01	01	0
Sudeste	1668	193	542	41	26	15	0
<b>BRASIL</b>	<b>5564</b>	<b>1306</b>	<b>1175</b>	<b>87</b>	<b>73</b>	<b>27</b>	<b>0</b>

Fontes: Pesquisa “Perfil atual e tendências do cirurgião-dentista brasileiro. População-IBGE, 2007, CD residente-CFO, 2008, ESBPSF, SIAB, 2009.

Como pode ser observado, de 1306 municípios que não possuem CD residente, apenas 187 (15%), não possuem nem CD residente nem Equipe de Saúde Bucal no PSF. Esses municípios são, no quadro geral, os que têm maiores indicativos de lacunas na distribuição de profissionais. A fim de melhor evidenciar os locais que não constam CD residente e Equipes de Saúde Bucal do PSF implantadas, de acordo com o SIAB e o Cadastro do CFO em 2009, o Anexo 5 apresenta a lista de municípios por região brasileira. Cabe ainda destacar que os dados são dinâmicos e que tanto a implantação de ESBPSF, como o número de profissionais e seus respectivos registros nas UF sofrem modificações contínuas ao longo do tempo.

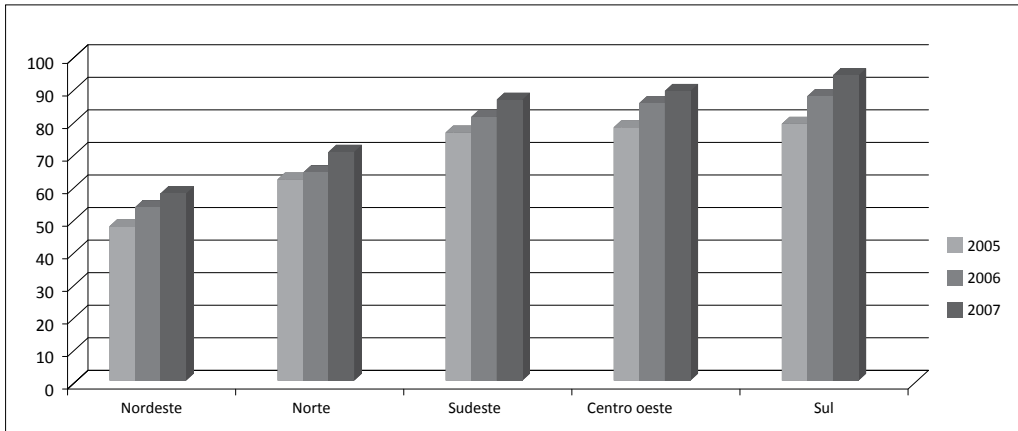
#### *4.3.5 Remuneração Média e Valor do trabalho*

A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego, contém informações sobre pessoas empregadas formalmente no mercado de trabalho, vinculadas à CLT, por meio da assinatura da carteira de trabalho ou do estabelecimento de contrato de trabalho (temporário ou não).

Os relatórios das RAIS de 2005 a 2007 mostram que no período a variação do valor de hora trabalhada do cirurgião-dentista foi da ordem de 15% e houve uma expansão de 132.686 horas contratadas. Os valores praticados por hora trabalhada no país de 2005 a 2007 para os profissionais médicos, enfermeiros e dentistas por região e UF são apresentados nos Anexos 1 a 4. Nos três anos em tela, os dentistas apresentaram o segundo maior valor de remuneração por hora trabalhada (HT) entre as três profissões.

Em valores médios de HT por região de 2005 a 2007, a região Sul foi a que apresentou os maiores valores como pode ser observado na figura 16. Em 2007, os valores médios regionais da hora trabalhada variaram de 57,47 reais no Nordeste a 102,09 reais no Centro-Oeste. As 5 UF com maior valor de remuneração por hora (em reais): foram DF (134,81), MS (102,09), RS (99,36), AC (97,20) e SP (96,54).

**Figura 17 - Valores médios de remuneração de CD por hora trabalhada nas regiões brasileiras de 2005 a 2007.**



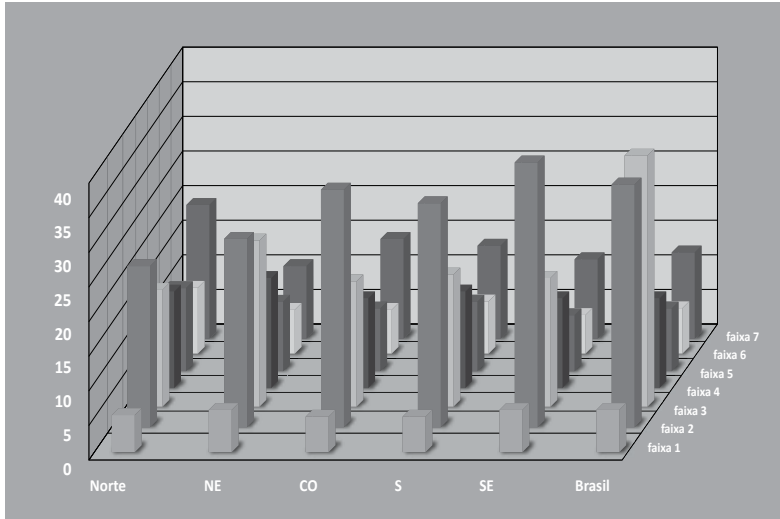
Fonte: RAIS/Ministério do Trabalho e Emprego, 2005, 2006 e 2007.

#### *4.3.6 Renda Declarada por região e UF*

A Informação sobre a renda declarada dos CD nas Declarações de Imposto de Renda de Pessoa Física (DIRPF) junto à Receita Federal de 2007 (ano base 2006), nas diferentes regiões brasileiras é apresentada na figura 18.

Considerando a distribuição nas diferentes faixas de renda, a Região Norte é a que apresenta maior percentual (19%) de profissionais na classe de maior renda (maior do que 72.000 reais por ano). Essa também é a região com o menor percentual (4%) de cirurgiões-dentistas do país e com as maiores proporções de população por CD (1.800 hab/CD). Em contraste, a Região Sudeste, apresenta 11% dos CD na faixa de maior renda, concentra o maior percentual de profissionais do país (59%) e a menor proporção de habitantes por CD (601 hab/cd). Esses dados evidenciam importantes diferenças regionais de condições de renda dos dentistas brasileiros.

**Figura 18 - Distribuição percentual por Região de CD por faixa de renda anual declarada, Brasil, 2007.**



\*Valores em Reais por ano Faixa 1 a 7: 0-12; 12 -24; 24-36; 36-48; 48-60; 60-72; e >72 mil R\$/ano.

Fonte: Receita Federal, DIRPF, 2008; Pesquisa “Perfil atual e tendências do cirurgião-dentista brasileiro”, 2010.

As diferenças intrarregionais são menos pronunciadas, com pode ser visto nas Tabelas 42 a 46. Sobre os valores extremos de renda percentuais, observa-se que os 3 estados com maior percentual na faixa de rendimentos maior que 72.000/ano são RR, AM e AP. Já em relação a quantidade de profissionais na faixa, SP (6066) RJ (2.297) e MG (1.788), juntos concentram 52% dos profissionais.

**Tabela 42 - Renda declarada da Profissão Odontólogo (226) por UF da Região Sul em 2007.**

Rendimento Tributável (R\$)	SUL					
	PR	(%)	SC	(%)	RS	(%)
0 - 12000,00	571	5%	330	6%	510	5%
12000,01 - 24000,00	3997	37%	1605	28%	2833	29%
24000,01 - 36000,00	2039	19%	1200	21%	1871	19%
36000,01 - 48000,00	1415	13%	863	15%	1424	14%
48000,01 - 60000,00	888	8%	586	10%	1112	11%
60000,01 - 72000,00	673	6%	421	7%	736	7%
> 72000,00	1309	12%	794	14%	1444	15%
<b>TOTAL</b>	<b>10892</b>		<b>5799</b>		<b>9930</b>	

Fonte: Receita Federal, DIRPF, Pesquisa “Perfil atual e tendências do cirurgião-dentista brasileiro”, 2010.

**Tabela 43 - Renda declarada da Profissão  
Odontólogo (226) por UF da Região Sudeste em 2007.**

Rendimento Tributável (R\$)	SE							
	MG		RJ		ES		SP	
0 - 12000,00	1169	5%	908	6%	189	6%	3234	6%
12000,01 - 24000,00	9032	42%	5671	35%	1148	33%	19629	37%
24000,01 - 36000,00	4413	20%	2812	17%	628	18%	9558	18%
36000,01 - 48000,00	2692	12%	2033	13%	485	14%	6683	13%
48000,01 - 60000,00	1555	7%	1508	9%	332	10%	4344	8%
60000,01 - 72000,00	955	4%	994	6%	173	5%	2876	5%
> 72000,00	1788	8%	2297	14%	477	14%	6066	12%
<b>TOTAL</b>	<b>21604</b>		<b>16223</b>		<b>3432</b>		<b>52390</b>	

Fonte: Receita Federal, DIRPF, Pesquisa “Perfil atual e tendências do cirurgião-dentista brasileiro”, 2010.

**Tabela 44 - Renda declarada da Profissão  
Odontólogo (226) por UF da Região Centro Oeste em 2007.**

Rendimento Tributável (R\$)	CO							
	DF		GO		MT		MS	
0 - 12000,00	295	9%	221	4%	129	6%	79	4%
12000,01 - 24000,00	1113	32%	1944	35%	817	35%	662	31%
24000,01 - 36000,00	525	15%	1119	20%	449	19%	402	19%
36000,01 - 48000,00	404	12%	729	13%	315	13%	337	16%
48000,01 - 60000,00	302	9%	508	9%	208	9%	203	9%
60000,01 - 72000,00	189	5%	331	6%	118	5%	163	8%
> 72000,00	625	18%	679	12%	305	13%	319	15%
<b>TOTAL</b>	<b>3453</b>		<b>5531</b>		<b>2341</b>		<b>2165</b>	

Fonte: Receita Federal, DIRPF, Pesquisa “Perfil atual e tendências do cirurgião-dentista brasileiro”, 2010.

**Tabela 45 - Renda declarada da Profissão  
Odontólogo (226) por UF da Região Norte em 2007.**

Rendimento Tributável (R\$)	N													
	TO	(%)	PA	(%)	AM	(%)	AC	(%)	AP	(%)	RO	(%)	RR	(%)
0 - 12000,00	36	4%	144	7%	58	5%	10	4%	10	5%	36	5%	6	3%
12000,01 - 24000,00	189	21%	599	28%	167	14%	50	19%	32	16%	239	32%	20	10%
24000,01 - 36000,00	147	16%	418	20%	163	14%	33	13%	27	14%	131	18%	30	15%
36000,01 - 48000,00	111	12%	333	16%	139	12%	62	24%	30	15%	96	13%	26	13%
48000,01 - 60000,00	144	16%	216	10%	152	13%	30	12%	27	14%	67	9%	32	16%
60000,01 - 72000,00	105	12%	130	6%	157	13%	17	7%	24	12%	67	9%	19	10%
> 72000,00	165	18%	293	14%	340	29%	55	21%	47	24%	102	14%	62	32%
<b>TOTAL</b>	<b>897</b>		<b>2133</b>		<b>1176</b>		<b>257</b>		<b>197</b>		<b>738</b>		<b>195</b>	

Fonte: Receita Federal, DIRPF, Pesquisa “Perfil atual e tendências do cirurgião-dentista brasileiro”, 2010.

**Tabela 46 - Renda declarada da Profissão Odontólogo (226) por UF da Região Nordeste em 2007.**

Rendimento Tributável (R\$)	NE																	
	CE	(%)	MA	(%)	PI	(%)	PE	(%)	RN	(%)	PB	(%)	AL	(%)	BA	(%)	SE	(%)
0 - 12000,00	195	5%	71	5%	57	4%	229	6%	104	6%	121	6%	98	7%	382	7%	39	4%
12000,01 - 24000,00	905	25%	339	25%	239	18%	1283	32%	382	22%	620	29%	338	23%	1717	32%	229	23%
24000,01 - 36000,00	1051	29%	321	24%	326	24%	920	23%	455	26%	636	30%	341	24%	1077	20%	202	20%
36000,01 - 48000,00	568	16%	221	16%	297	22%	618	15%	298	17%	348	16%	234	16%	803	15%	165	16%
48000,01 - 60000,00	324	9%	145	11%	161	12%	385	10%	211	12%	183	9%	168	12%	577	11%	136	13%
60000,01 - 72000,00	200	6%	91	7%	82	6%	215	5%	97	6%	91	4%	96	7%	305	6%	81	8%
> 72000,00	370	10%	168	12%	173	13%	378	9%	181	10%	137	6%	169	12%	527	10%	162	16%
<b>Total</b>	<b>3613</b>		<b>1356</b>		<b>1335</b>		<b>4028</b>		<b>1728</b>		<b>2136</b>		<b>1444</b>		<b>5388</b>		<b>1014</b>	

Fonte: Receita Federal, DIRPF, Pesquisa “Perfil atual e tendências do cirurgião-dentista brasileiro”, 2010.

Comparando o grupo de profissionais da área da saúde, nas ocupações classificadas como 225 (médico), 226 (odontólogo) 227 (enfermeiro, nutricionista, farmacêutico e afins) e 229, (fisioterapeuta, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional e afins), o dentista possui o segundo menor percentual de profissionais na menor faixa de renda, e o segundo maior percentual na maior faixa de renda, sendo precedido nos dois casos pelos médicos (Tab. 47).

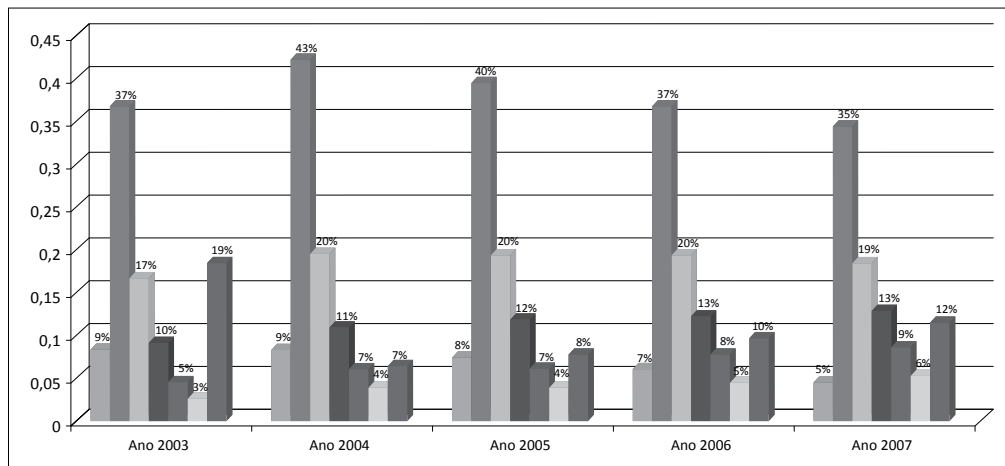
**Tabela 47 - Distribuição dos Profissionais por grupo de ocupação principal segundo faixa de renda, Brasil, 2007.**

Rendimento Tributável (R\$)	225	226	227	229
	Médicos	Dentistas	Enf, Nut, Far e afins	Fono, Fsio, TO e afins
	(%)	(%)	(%)	(%)
0 - 12000,00	4	6	7	14
12000,01 - 24000,00	10	35	30	56
24000,01 - 36000,00	7	19	25	15
36000,01 - 48000,00	8	13	16	7
48000,01 - 60000,00	8	9	9	3
60000,01 - 72000,00	8	6	6	2
> 72000,00	55	12	7	3

Ocupação Principal 229 - Fonoaudiólogo, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional e afins. Ocupação Principal 227 - Enfermeiro de nível superior, nutricionista, farmacêutico e afins. Ocupação Principal 225 - Médico. Ocupação Principal 226 - Odontólogo. Fonte: Receita Federal, DIRPF anos 2003 a 2007, Pesquisa “Perfil atual e tendências do cirurgião-dentista brasileiro”, 2010.

Para comparar a evolução da renda declarada de 2003 a 2007, os valores por faixa de renda são apresentados na figura 19.

**Figura 19 - Percentual de CD por faixa de renda de 2003 a 2007.**



\*Reais por ano: Faixa 1 até 12.000, faixa 2 de 12000,01 - 24000,00; 24000,01 - 36000,00; 36000,01 - 48000,00; 48000,01 - 60000,00; 60000,01 - 72000,00; > 72000,00.

Fonte: Receita Federal, DIRPF anos 2003 a 2007, Pesquisa "Perfil atual e tendências do cirurgião-dentista brasileiro", 2010.

Após um acentuado declínio da faixa de maior renda de 2003 para 2004, um crescimento progressivo aparece nos anos de 2005 a 2007. Contudo, o crescimento de renda pode estar subestimado, pois essa informação é baseada em dados de pessoa física. Paralelamente, no mesmo período, novas formas de organização profissional, como a prestação de serviços odontológicos empresarial na forma de pessoas jurídicas, o crescimento de formas de prestação de serviços nos modelos associativos e de planos odontológicos podem ter drenado parte de contribuintes, inclusive, nas maiores faixas de renda. Para se ter uma ideia do crescimento no setor, o número de beneficiários de planos de assistência exclusivamente odontológicos subiu de 3.832.514 de beneficiários em 2002 para 9.299.164 em 2007. Atualmente, dados da Agência Nacional de Saúde Suplementar de julho de 2009, informam a existência de 11.845.568 beneficiários desse tipo de plano<sup>28</sup>.

Dentro deste contexto, pode-se perceber crescimento nos níveis médio de renda em 2007 e também é possível observar a redução do percentual de profissionais que declararam renda nas faixas de menores valores por ano. Esse dado também é compatível com o panorama de crescimento do rendimento médio real mensal de trabalho observado pela PNAD nos anos de 2004 a 2007<sup>29</sup>.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa “Perfil atual e tendências do cirurgião-dentista brasileiro” resulta de um esforço colaborativo de várias entidades e de pessoas dispostas a empreender o estudo.

Para construir uma linha de base foi preciso refletir sobre a profissão, procurar entender o complexo emaranhado de caminhos que se inter cruzam na constituição do que denominamos “Perfil”. Temos clareza dos limites que se impõem na interpretação de dados secundários, recolhidos em suas fontes primárias com múltiplos objetivos.

Muitas vezes a precisão desejada não era passível de ser atingida, não obstante, decidimos apresentar o que nos propusemos e conseguimos reunir.

Espera-se que essas informações possam ser insumo para novas pesquisas, de pronto estão abertas a todos os que quiserem com elas dialogar, ampliando seus horizontes, aprofundando questões, fazendo novas perguntas. Não houve a pretensão de ser a última palavra sobre o tema, mas sim de colocá-lo em pauta. Colocar mais um elemento de composição para ajudar a construir o melhor sistema de saúde, pronto para garantir a saúde como dever do estado e direito do cidadão.

*Maria Celeste Morita*

*Ana Estela Haddad*

*Maria Ercília de Araújo*

*Autoras*



## REFERÊNCIAS

1. Menezes, JD. Instituição de Ensino odontológico no Brasil: a verdade definitiva. Fortaleza: Expressão Gráfica; 2001.
2. Brasil. Decreto no 9311 de 25 de outubro de 1884. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1884. Parte I. Tomo XXI, Parte II. Tomo XLVII. Rio de Janeiro: Typographia Nacional; 1884.
3. Brasil. Estatuto das Faculdades de Medicina. Coleção de Leis do império do Brasil de 1884. Parte I. Tomo XXI. Parte II. Tomo XLVII. Rio de Janeiro: Typographia Nacional; 1865.
4. Brasil. Ministério da Educação. Censo da Educação Superior, 2008. [acesso 2009 nov 2009]. Disponível em <http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/>.
5. Brasil. Lei nº 5.081, de 24 de agosto de 1966. [acesso 2009 nov 14] .Disponível em: <http://cfo.org.br/wp-content/uploads/2009/09/lei5081.pdf>.
6. Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego. CBO-02, 2002. [Acesso 2009 nov 14]. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/informacao.asp>.
7. Ministério da Saúde. Histórico de cobertura do PSF. [Acesso 2009 nov 14]. Disponível em: [http://dtr2004.saude.gov.br/dab/historico\\_cobertura\\_sf/historico\\_cobertura\\_sf\\_relatorio.php](http://dtr2004.saude.gov.br/dab/historico_cobertura_sf/historico_cobertura_sf_relatorio.php).
8. Morita MC, Kriger L. Mudanças nos cursos de Odontologia e a interação com o SUS. Revista da Abeno. 2004; 4(1):17-21.
9. Haddad AE, Morita MC. O ensino da odontologia e as políticas de saúde e de educação. In: Perri de Carvalho AC, Kriger L. Educação odontológica. São Paulo: Artes Médicas; 2006.
10. Haddad AE, Laganá DC, Assis EQ, Morita MC, Toledo OA, Rode SM, Ferreira SH, Ferreira SLM. Contribuição das avaliações do MEC na identificação da coerência dos projetos pedagógicos do curso de graduação em odontologia às diretrizes curriculares nacionais. Brasília: INEP/MEC; 2006. p. 119-52.
11. Morita MC, Kriger L, Perri de Carvalho AC, Haddad AE. Implantação das diretrizes curriculares nacionais em Odontologia. Maringá: Dental Press: ABENO: OPAS: MS; 2007.
12. Fernandes Neto AJ, Perri de Carvalho AC, Morita MC, Kriger L, Toledo OA. A trajetória dos cursos de Odontologia no Brasil. In: Haddad AE. editores. A trajetória dos cursos de graduação na saúde: 1991-2004. Brasília: INEP/MEC; 2006. p. 381-409.
13. Morita MC, Haddad AE. A concepção pedagógica e as diretrizes curriculares nacionais. In: Moyses ST, Kriger L, Moyses SJ. Saúde bucal das famílias. São Paulo: Artes Médicas; 2008. Cap. 11.
14. Araujo ME, Zilbovicius C. A formação acadêmica para o trabalho no SUS. In: Moyses ST, Kriger L, Moyses SJ. Saúde Bucal das Famílias. São Paulo: Artes Médicas, 2008. Cap. 11.
15. Organização Mundial da Saúde. Trabalhando juntos pela Saúde. Brasília: Ministério da Saúde; 2007.
16. Machado MH. editor. Os médicos no Brasil: um retrato da realidade. Rio de Janeiro: Fiocruz; 1997.

17. Observatório de Recursos Humanos. Estação de Pesquisa IMS/UERJ. Empregabilidade e trabalho dos enfermeiros no Brasil. Relatório Final. [acesso 2009 nov 30]. Disponível em: [http://www.obsnetims.org.br/ver\\_pesquisa.asp?id=42](http://www.obsnetims.org.br/ver_pesquisa.asp?id=42).
18. Código de Endereçamento Postal Brasileiro. [Acesso 2009 nov 14]. Disponível em: <http://www.buscapep.correios.com.br/servicos/dnec/index.do>.
19. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contagem da População 2007. [Acesso 2009 nov 14]. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/contagem.pdf>.
20. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contas Regionais do Brasil 2003-2007. Contas Nacionais n 28 [acesso 2009 dez 12]. Disponível em: [http://www.ibge.com.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2003\\_2007/contas\\_regionais\\_2003\\_2007.pdf](http://www.ibge.com.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2003_2007/contas_regionais_2003_2007.pdf).
20. Beaglehole R, Benzian H, Crail J, Mackay J. The Oral Health Atlas. Paris: FDI World Dental Federation; 2009.
21. Brasil. Ministério de Educação e Cultura. Conselho Federal de Educação. Parecer CFE nº 977/65 aprovado em 3 dez. 1965. Revista Brasileira de Educação. 2005 set-out;30:162-72. [acesso 2009 jan. 11]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n30/a14n30.pdf>.
22. Brasil. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES 0079/2002. Diário Oficial da União, Brasília, de 15 de julho de 2002, Seção 1: 18-9. [acesso 2009 jan. 11]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/03marco2002.pdf>.
23. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Exame Nacional de Desempenho de Estudantes. Relatório Síntese Odontologia, 2004. [Acesso 2009 nov 14]. Disponível em: [http://www.inep.gov.br/download/enade/2007/relatorio\\_sintese/2004\\_REL\\_SINT\\_ODONTOLOGIA.pdf](http://www.inep.gov.br/download/enade/2007/relatorio_sintese/2004_REL_SINT_ODONTOLOGIA.pdf).
24. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Exame Nacional de Desempenho de Estudantes. Relatório Síntese Odontologia. 2007. [Acesso 2009 nov 14]. Disponível em: [http://www.inep.gov.br/download/enade/2007/relatorio\\_sintese/2007\\_REL\\_SINT\\_ODONTOLOGIA.pdf](http://www.inep.gov.br/download/enade/2007/relatorio_sintese/2007_REL_SINT_ODONTOLOGIA.pdf).
25. Brasil. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES nº 1, de 8 de junho de 2007. Resolução CNE/CES nº 1, de 8 de junho de 2007. Diário Oficial da União, Brasília, 8 de junho de 2007, Seção 1: 9. [Acesso 2009 jan 11]. Disponível em: [http://www.google.com.br/search?sourceid=navclient&aq=0h&oq=&hl=pt-BR&ie=UTF-8&rlz=1T4GGIH\\_pt-BRBR251BR251&q=resolu%3a7%c3%a3o+cne%2fces+n%c2%ba+1%2c+de+8+de+junho+de+2007](http://www.google.com.br/search?sourceid=navclient&aq=0h&oq=&hl=pt-BR&ie=UTF-8&rlz=1T4GGIH_pt-BRBR251BR251&q=resolu%3a7%c3%a3o+cne%2fces+n%c2%ba+1%2c+de+8+de+junho+de+2007).
26. Schleyer T, Eaton KA, Mock D, Barach V. Comparasion of dental licensure, specialization and continuing education in Five countries. Eur J Dent Educ 2002; 6: 153-61.
27. Conselho Federal de Odontologia. Portaria CFO-22/2001. [Acesso 2009 nov 14]. Disponível em: <http://cfo.org.br/servicos-e-consultas/ato-normativo/?id=377>
28. Agência Nacional de Saúde Suplementar. Caderno de Informação da Saúde Suplementar: beneficiários, operadoras e planos. ANS. 2006, 1 mar. Dados eletrônicos.
29. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios: síntese dos indicadores, 2007. Brasília; 2008.

## Bibliografia Complementar

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Acesso e utilização de serviços de saúde. Brasília; 1998. [Acesso 2008 jun 18]. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad98/saude/default.shtm>.

Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2003. Acesso e utilização de serviços de saúde. Brasília; 2003 [Acesso 2008 jun 18]. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2003/saude/default.shtm>.

Brasil. Ministério da Saúde. Ministério da Educação. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde – Pró-Saúde. Brasília; 2007. [acesso 2008 jun 9]. Disponível em: [http://www.prosaude.org/rel/pro\\_saude1.pdf](http://www.prosaude.org/rel/pro_saude1.pdf).

Brasil. Ministério da Educação. Ministério da Saúde. A trajetória dos cursos de graduação na saúde: 1991-2004. Brasília; 2006. [acesso 2008 jun 9]. Disponível em <http://www.inep.gov.br/pesquisa/publicacoes> e <http://www.saude.gov.br/sgtes>.

Morita MC, Kriger L. A relação ensino e serviços de Odontologia In: Perri de Carvalho AC, Kriger L. Educação odontológica. São Paulo: Artes Médicas; 2006.

Morita MC. Perfil profissional para o SUS. Cadernos NUPPs. 2007, n. especial: 19-24.



## Lista de siglas

ABENO	Associação Brasileira de Ensino Odontológico
ABO	Associação Brasileira de Odontologia
APCD	Associação Paulista de Cirurgões-dentistas
ANS	Agência Nacional de Saúde Suplementar
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBO	Classificação Brasileira de Profissões
CEO	Centro de Especialidades Odontológicas
CD	Cirurgião Dentista
CEP	Código de Endereçamento Postal
CNES	Cadastro Nacional do Estabelecimentos de Saúde
CLT	Consolidação das Leis de Trabalho
CFO	Conselho Federal de Odontologia
CRO	Conselho Regional de Odontologia
DF	Distrito Federal
EAP	Escola de Aperfeiçoamento Profissional
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ESB	Equipe de Saúde Bucal
ESBPSF	Equipe de Saúde Bucal do Programa Saúde da Família
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
DIRPF	Declarações de Imposto de Renda de Pessoa Física
IES	Instituição de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
MP	Mestrado Profissional
MEC	Ministério da Educação
OMS	Organização Mundial de Saúde
ORHO	Observatório de Recursos Humanos Odontológicos
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios
PIB	Produto Interno Bruto
PSF	Programa Saúde da Família
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SIAB	Sistema de Informação da Atenção Básica
SCNES	Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde
UF	Unidade Federada
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
USP	Universidade de São Paulo
SUS	Sistema Único de Saúde





# ANEXOS

## Anexo 1

**Brasil e UF, 2005: Remuneração Média (R\$) e Valor da Hora de Trabalho de Profissionais Médicos, Cirurgiões-Dentistas e Enfermeiros, por Grandes Regiões e Unidades Federadas.**

## Anexo 2

**Brasil e UF, 2006: Remuneração Média (R\$) e Valor da Hora de Trabalho de Profissionais Médicos, Cirurgiões-Dentistas e Enfermeiros, por Grandes Regiões e Unidades Federadas.**

## Anexo 3

**Brasil e UF, 2007: Remuneração Média (R\$) e Valor da Hora de Trabalho de Profissionais Médicos, Cirurgiões-Dentistas e Enfermeiros, por Grandes Regiões e Unidades Federadas.**

## Anexo 4

**Brasil e UF, 2005 a 2007: Valor da Hora de Trabalho (R\$) de Profissionais Médicos, Cirurgiões-Dentistas e Enfermeiros, por Grandes Regiões e Unidades Federadas.**

## Anexo 5

**Municípios que não constam CD residente e Equipes de Saúde Bucal do PSF implantadas, de acordo com o SIAB e CFO em 2009, por região brasileira.**

## Anexo 1

Brasil e UF, 2005: Remuneração Média (R\$) e Valor da Hora de Trabalho de Profissionais Médicos, Cirurgiões-Dentistas e Enfermeiros, por Grandes Regiões e Unidades Federadas.

REGIÃO/UF	2005								
	MÉDICO		CIRURGIÃO-DENTISTA		ENFERMEIRO				
	REM MED (R\$)	HORAS CONTR	Valor da Hora	REM MED (R\$)	HORAS CONTR	Valor da Hora			
<b>Brasil</b>	<b>629.467.585,92</b>	<b>5.962.335</b>	<b>105,57</b>	<b>96.381.986,20</b>	<b>1.385.686</b>	<b>69,56</b>	<b>231.018.618,32</b>	<b>3.981.599</b>	<b>59,82</b>
<b>Norte</b>	<b>29.062.349,57</b>	<b>279.879</b>	<b>103,84</b>	<b>3.443.683,17</b>	<b>55.854</b>	<b>61,44</b>	<b>12.543.491,88</b>	<b>192.786</b>	<b>58,06</b>
RO	2.863.783,94	24.202	118,33	296.836,69	4.168	71,22	643.641,01	11.041	58,30
AC	2.469.705,36	16.937	145,82	545.510,08	6.421	84,96	1.065.204,88	14.396	73,99
AM	8.236.040,10	71.614	115,01	568.234,44	7.076	80,30	4.522.239,66	52.158	86,70
RR	388.755,35	3.172	122,56	104.389,07	1.420	73,51	147.179,09	2.166	67,95
PA	9.171.522,94	110.316	83,14	1.472.382,67	27.418	53,70	4.142.732,45	78.576	52,72
AP	562.891,39	5.861	96,04	172.163,55	2.656	64,82	209.262,84	4.223	49,55
TO	5.369.650,49	47.777	112,39	272.166,67	6.695	40,65	1.813.232,15	30.226	59,99
<b>Nordeste</b>	<b>94.176.931,12</b>	<b>1.157.633</b>	<b>81,35</b>	<b>14.986.664,55</b>	<b>316.408</b>	<b>47,36</b>	<b>40.623.627,70</b>	<b>761.482</b>	<b>53,35</b>
MA	3.555.801,65	39.103	90,93	393.706,76	9.726	50,66	1.663.575,04	26.573	62,60
PI	2.649.690,83	28.215	93,91	1.120.444,76	22.116	40,48	1.591.869,97	29.712	53,58
CE	14.329.930,54	133.779	107,12	1.656.851,45	28.928	57,28	5.933.229,12	110.267	53,81
RN	9.190.391,42	104.960	87,56	1.581.666,72	39.879	39,66	3.032.695,99	59.974	50,57
PB	6.810.619,53	110.298	61,75	1.728.603,32	46.774	36,96	2.524.781,23	66.052	38,22
PE	24.155.029,04	370.018	65,28	2.880.088,41	67.527	42,65	7.404.256,44	162.140	45,67
AL	3.136.089,90	39.813	78,77	784.922,44	15.530	50,54	1.281.535,68	26.512	48,34
SE	4.996.469,23	68.885	72,53	1.195.488,79	21.126	56,59	1.911.300,18	34.030	56,17
BA	25.352.908,98	262.562	96,56	3.644.891,90	64.802	56,25	15.280.384,05	246.222	62,06
<b>Sudeste</b>	<b>373.998.116,00</b>	<b>3.471.593</b>	<b>107,73</b>	<b>52.433.527,43</b>	<b>688.891</b>	<b>76,11</b>	<b>126.454.943,19</b>	<b>2.076.089</b>	<b>60,91</b>
MG	59.833.811,52	573.851	104,27	10.444.765,06	164.627	63,45	16.769.640,69	305.509	54,89
ES	14.456.917,25	156.998	92,08	2.284.327,12	37.127	61,53	3.683.262,92	67.957	54,20
RJ	70.129.165,57	815.022	86,05	7.962.882,61	119.481	66,65	22.833.141,79	427.926	53,36
SP	229.579.221,66	1.925.722	119,22	31.741.552,64	367.656	86,33	83.168.897,79	1.274.697	65,25
<b>Sul</b>	<b>88.281.044,73</b>	<b>751.709</b>	<b>117,44</b>	<b>19.073.882,11</b>	<b>241.319</b>	<b>79,04</b>	<b>36.791.097,76</b>	<b>628.853</b>	<b>58,51</b>
PR	27.963.445,55	244.786	114,24	7.582.006,51	92.886	81,63	11.655.752,64	216.824	53,76
SC	16.336.280,44	151.849	107,58	3.951.117,28	57.476	68,74	6.679.773,57	138.603	48,19
RS	43.981.318,74	355.074	123,87	7.540.758,32	90.957	82,90	18.455.571,55	273.426	67,50
<b>Centro-Oeste</b>	<b>43.949.144,50</b>	<b>301.521</b>	<b>145,76</b>	<b>6.456.222,79</b>	<b>83.214</b>	<b>77,59</b>	<b>14.605.457,79</b>	<b>202.389</b>	<b>72,17</b>
MS	7.522.508,17	54.436	138,19	2.120.552,79	24.542	86,41	1.885.865,92	31.886	59,14
MT	4.605.026,23	42.584	108,14	1.199.380,45	23.620	50,78	2.013.705,86	36.443	55,26
GO	7.608.728,22	77.256	98,49	1.620.995,71	21.381	75,81	1.999.618,78	42.249	47,33
DF	24.212.881,88	127.245	190,29	1.515.259,99	13.671	110,84	8.706.267,23	91.811	94,83

Fonte: RAIS/Ministério do Trabalho e Emprego.

Nota: Para calcular o valor do total de horas de trabalho basta multiplicar o valor da hora de trabalho pelo número de horas correspondentes (20 horas, 40 horas ou outro valor).

**Anexo 2**

**Brasil e UF, 2006: Remuneração Média (R\$) e Valor da Hora de Trabalho de Profissionais Médicos, Cirurgiões-Dentistas e Enfermeiros, por Grandes Regiões e Unidades Federadas.**

REGIÃO/UF	MÉDICO			CIRURGIÃO-DENTISTA			ENFERMEIRO		
	REM MED (R\$)	HORAS CONTR	Valor da Hora	REM MED (R\$)	HORAS CONTR	Valor da Hora	REM MED (R\$)	HORAS CONTR	Valor da Hora
<b>Brasil</b>	<b>730.647.473,60</b>	<b>6.284.002</b>	<b>116,27</b>	<b>109.944.474,50</b>	<b>1.458,077</b>	<b>75,40</b>	<b>275.349.752,89</b>	<b>4.305,758</b>	<b>63,95</b>
Norte	39.856.324,25	326.417	122,10	4.103.337,22	64.134	63,98	17.152.070,94	234.316	73,20
RO	3.736.786,31	26.967	138,57	440.987,90	5.770	76,43	922.631,56	14.682	62,84
AC	2.955.881,14	16.341	180,89	517.118,26	5.855	88,32	1.181.430,77	14.508	81,43
AM	11.638.174,75	87.464	133,06	547.836,41	7.396	74,07	6.240.832,54	65.640	95,08
RR	356.511,27	2.492	143,06	102.690,77	1.331	77,15	105.731,64	1.514	69,84
PA	13.508.986,21	136.188	99,19	1.947.354,48	32.808	59,36	5.658.011,96	96.697	58,51
AP	7.105.673,30	6.566	108,22	182.276,02	2.600	70,11	302.270,15	5.720	52,84
TO	6.949.417,27	50.399	137,89	365.074,74	8.374	43,60	2.741.162,32	35.555	77,10
<b>Nordeste</b>	<b>114.526.047,02</b>	<b>1.279,056</b>	<b>89,54</b>	<b>17.977.538,08</b>	<b>336,445</b>	<b>53,43</b>	<b>49.205.139,11</b>	<b>829,884</b>	<b>59,29</b>
MA	4.391.006,18	46.203	95,04	422.307,55	7.999	52,80	2.145.928,93	33.270	64,50
PI	2.975.518,48	29.946	99,36	1.334.955,49	23.224	57,48	2.023.938,31	38.011	53,25
CE	19.855.969,53	167.748	118,37	3.250.702,13	50.060	64,94	8.681.952,58	141.025	61,56
RN	9.810.505,39	105.376	93,10	1.455.575,44	36.059	40,37	3.674.749,01	62.971	58,36
PB	6.180.153,71	106.763	57,89	1.920.651,60	48.895	39,28	2.587.168,77	71.455	36,21
PE	29.936.990,70	411.698	72,72	2.986.134,86	60.867	49,06	7.235.462,14	140.055	51,66
AL	3.608.939,37	42.983	83,96	964.700,65	17.632	54,71	1.660.703,80	30.941	53,67
SE	8.563.922,43	90.903	94,21	1.393.121,90	24.558	56,73	2.633.563,35	43.151	61,03
BA	29.203.041,23	277.436	105,26	4.249.388,46	67.151	63,28	18.561.672,22	269.005	69,00
<b>Sudeste</b>	<b>420.948.304,06</b>	<b>3.568,675</b>	<b>117,96</b>	<b>58.037.943,16</b>	<b>714,300</b>	<b>81,25</b>	<b>148.156.091,27</b>	<b>2.338,312</b>	<b>63,36</b>
MG	71.664.249,31	602.540	118,94	11.283.092,89	166.584	67,73	22.990.462,91	408.606	56,27
ES	18.389.756,09	185.804	98,97	2.741.377,94	40.473	67,73	4.904.597,67	86.682	56,58
RJ	76.646.202,61	834.182	91,88	9.227.449,27	128.623	71,74	24.619.677,45	446.055	55,19
SP	254.248.096,05	1.946.149	130,64	34.786.023,06	378.620	91,88	95.641.353,24	1.396.969	68,46
<b>Sul</b>	<b>100.600.081,99</b>	<b>774,828</b>	<b>129,84</b>	<b>22.743.477,59</b>	<b>260,144</b>	<b>87,43</b>	<b>42.494.577,74</b>	<b>672,674</b>	<b>63,17</b>
PR	34.518.410,49	269.284	128,19	9.123.545,63	103.262	88,35	14.204.107,52	243.282	58,39
SC	16.748.805,04	142.426	117,60	5.236.043,42	65.218	80,29	7.321.156,52	137.576	53,22
RS	49.332.866,46	363.118	135,86	8.383.888,54	91.664	91,46	20.969.313,70	291.816	71,86
<b>Centro-Oeste</b>	<b>54.716.716,28</b>	<b>335,026</b>	<b>163,32</b>	<b>7.082.177,77</b>	<b>83,054</b>	<b>85,27</b>	<b>18.341.873,83</b>	<b>230,572</b>	<b>79,55</b>
MS	9.117.601,80	62.942	144,86	2.335.577,17	24.315	96,05	2.377.941,53	37.293	63,76
MT	5.656.590,77	50.070	112,97	1.331.472,94	25.132	52,97	2.501.232,07	44.016	56,83
GO	8.388.750,36	76.390	109,81	1.806.114,11	20.519	88,02	2.412.559,11	45.820	52,65
DF	31.553.773,35	145.624	216,68	1.609.313,55	13.088	122,96	11.050.141,12	103.443	106,82

Fonte: RAIS/Ministério do Trabalho e Emprego.

Nota: Para calcular o valor do total de horas de trabalho basta multiplicar o valor da hora de trabalho pelo número de horas correspondentes (20 horas, 40 horas ou outro valor).

## Anexo 3

Brasil e UF, 2007: Remuneração Média (R\$) e Valor da Hora de Trabalho de Profissionais Médicos, Cirurgiões-Dentistas e Enfermeiros, por Grandes Regiões e Unidades Federadas.

REGIÃO/UF	2007												
	MÉDICO			CIRURGIÃO-DENTISTA			ENFERMEIRO						
	REM MED (R\$)	HORAS CONTR	Valor da Hora	REM MED (R\$)	HORAS CONTR	Valor da Hora	REM MED (R\$)	HORAS CONTR	Valor da Hora	REM MED (R\$)	HORAS CONTR	Valor da Hora	
<b>Brasil</b>	<b>864.350.732,91</b>	<b>6.843.127</b>	<b>126,31</b>	<b>121.582.858,39</b>	<b>1.518.372</b>	<b>80,07</b>	<b>319.869.325,12</b>	<b>4.789.032</b>	<b>67,07</b>	<b>45.004.002,49</b>	<b>354.515</b>	<b>126,95</b>	
<b>Note</b>	<b>45.004.002,49</b>	<b>354.515</b>	<b>126,95</b>	<b>4.943.030,38</b>	<b>69.952</b>	<b>70,66</b>	<b>19.503.147,18</b>	<b>259.317</b>	<b>75,21</b>	<b>4.117.627,70</b>	<b>28.930</b>	<b>142,33</b>	
RO	4.117.627,70	28.930	142,33	464.021,29	5.985	77,53	1.031.519,78	16.091	64,11	3.770.723,88	20.024	188,31	
AC	3.770.723,88	20.024	188,31	645.426,09	6.640	97,20	1.846.200,66	21.702	85,07	12.185.908,46	87.937	138,58	
AM	12.185.908,46	87.937	138,58	632.586,67	8.874	71,29	6.311.956,43	66.353	95,13	477.365,28	3.823	124,87	
RR	477.365,28	3.823	124,87	146.963,12	2.027	72,50	223.490,02	3.450	64,78	15.871.757,24	152.173	104,30	
PA	15.871.757,24	152.173	104,30	2.226.542,52	33.818	65,84	6.646.261,22	104.198	63,78	1.161.706,08	10.922	106,36	
AP	1.161.706,08	10.922	106,36	250.345,65	3.152	79,42	4.16.533,49	8.208	50,75	7.418.913,85	50.706	146,31	
TO	7.418.913,85	50.706	146,31	577.145,04	9.456	61,03	3.027.185,58	39.315	77,00	<b>146.916.849,83</b>	<b>1.493.037</b>	<b>98,40</b>	
<b>Nordeste</b>	<b>146.916.849,83</b>	<b>1.493.037</b>	<b>98,40</b>	<b>21.682.369,15</b>	<b>377.274</b>	<b>57,47</b>	<b>57.937.841,11</b>	<b>941.829</b>	<b>61,52</b>	5.624.459,35	54.162	103,85	
MA	5.624.459,35	54.162	103,85	651.758,88	12.077	53,97	2.516.184,76	39.648	63,46	2.394.669,91	21.298	112,44	
PI	2.394.669,91	21.298	112,44	1.139.921,57	21.413	53,24	1.703.296,45	36.125	47,15	23.379.552,85	189.703	123,24	
CE	23.379.552,85	189.703	123,24	4.024.082,91	59.188	67,99	10.287.625,97	159.445	64,52	11.767.765,82	109.239	107,72	
RN	11.767.765,82	109.239	107,72	1.897.738,77	34.554	54,92	4.412.155,64	63.689	69,28	10.120.289,03	133.799	75,64	
PB	10.120.289,03	133.799	75,64	2.685.647,27	59.786	44,92	3.570.720,51	84.947	42,03	38.406.267,10	489.386	78,48	
PE	38.406.267,10	489.386	78,48	3.395.129,04	66.781	50,84	8.942.660,80	170.081	52,58	3.846.095,12	45.083	85,31	
AL	3.846.095,12	45.083	85,31	1.113.747	19.734	56,44	1.853.676,39	34.679	53,45	9.640.039,57	99.914	96,48	
SE	9.640.039,57	99.914	96,48	1.465.855,07	25.566	57,34	2.956.684,88	47.013	62,89	4.173.711,08	350.453	119,10	
BA	4.173.711,08	350.453	119,10	5.308.488,64	78.175	67,91	21.694.835,71	306.202	70,85	<b>492.173.690,51</b>	<b>3.824.875</b>	<b>128,66</b>	
<b>Sudeste</b>	<b>492.173.690,51</b>	<b>3.824.875</b>	<b>128,66</b>	<b>62.358.789,14</b>	<b>719.744</b>	<b>86,64</b>	<b>172.788.523,90</b>	<b>2.580.965</b>	<b>66,95</b>	86.521.948,15	667.250	129,67	
MG	86.521.948,15	667.250	129,67	12.289.620,63	169.158	72,65	27.011.565,62	461.321	58,55	21.699.905,71	198.747	109,18	
ES	21.699.905,71	198.747	109,18	3.340.584,43	42.353	78,87	6.425.978,52	103.377	62,16	96.266.071,12	907.427	106,09	
RJ	96.266.071,12	907.427	106,09	10.614.438,32	134.166	79,11	30.850.166,38	498.099	61,94	287.685.765,53	2.051.451	140,24	
SP	287.685.765,53	2.051.451	140,24	36.114.145,76	374.067	96,54	108.500.813,38	1.518.168	71,47	<b>115.759.678,35</b>	<b>813.823</b>	<b>142,24</b>	
<b>Sul</b>	<b>115.759.678,35</b>	<b>813.823</b>	<b>142,24</b>	<b>24.886.225,94</b>	<b>265.031</b>	<b>93,90</b>	<b>48.028.664,55</b>	<b>730.294</b>	<b>65,77</b>	40.564.534,53	288.122	140,79	
PR	40.564.534,53	288.122	140,79	10.163.564,32	106.711	95,24	16.892.683,05	272.155	62,07	20.123.813,53	152.821	131,66	
SC	20.123.813,53	152.821	131,66	5.583.078,08	66.335	84,16	8.154.446,82	150.198	54,29	55.071.330,29	372.880	147,69	
RS	55.071.330,29	372.880	147,69	9.139.583,54	91.985	99,36	22.981.534,68	307.941	74,63	<b>64.496.511,73</b>	<b>356.877</b>	<b>180,72</b>	
<b>Centro-Oeste</b>	<b>64.496.511,73</b>	<b>356.877</b>	<b>180,72</b>	<b>7.712.443,78</b>	<b>86.371</b>	<b>89,29</b>	<b>21.611.148,38</b>	<b>256.627</b>	<b>84,21</b>	10.946.173,70	68.243	160,40	
MS	10.946.173,70	68.243	160,40	2.629.953,53	25.762	102,09	2.982.389,78	43.381	68,75	6.803.009,40	56.488	120,43	
MT	6.803.009,40	56.488	120,43	1.565.855,92	26.596	58,88	2.993.704,02	52.279	57,26	10.125.774,85	83.656	121,04	
GO	10.125.774,85	83.656	121,04	1.969.588,90	22.537	87,39	2.770.844,54	51.711	53,58	DF	36.621.553,78	148.490	246,63
DF	36.621.553,78	148.490	246,63	1.547.045,43	11.476	134,81	12.864.210,04	109.256	117,74				

Fonte: RAIS/Ministério do Trabalho e Emprego.

Nota: Para calcular o valor do total de horas de trabalho basta multiplicar o valor da hora de trabalho pelo número de horas correspondentes (20 horas, 40 horas ou outro valor).

**Anexo 4**

**Brasil e UF, 2005 a 2007: Valor da Hora de Trabalho (R\$) de Profissionais Médicos, Cirurgiões-Dentistas e Enfermeiros, por Grandes Regiões e Unidades Federadas.**

REGIÃO/UF	2005			2006			2007		
	MÉDICO CIRURGIÃO-DEN	ENFERMEIRO	MÉDICO CIRURGIÃO-DEN	MÉDICO CIRURGIÃO-DEN	ENFERMEIRO	MÉDICO CIRURGIÃO-DEN	MÉDICO CIRURGIÃO-DEN	ENFERMEIRO	
<b>Brasil</b>	105,57	69,56	59,82	116,27	75,40	63,95	126,31	80,07	67,07
<b>Norte</b>	103,84	61,44	65,06	122,10	63,98	73,20	126,95	70,66	75,21
RO	118,33	71,22	58,30	138,57	76,43	62,84	142,33	77,53	64,11
AC	145,82	84,96	73,99	180,89	88,32	81,43	188,31	97,20	85,07
AM	115,01	80,30	86,70	133,06	74,07	95,08	138,58	71,29	95,13
RR	122,56	73,51	67,95	143,06	77,15	69,84	124,87	72,50	64,78
PA	83,14	53,70	52,72	99,19	59,36	58,51	104,30	65,84	63,78
AP	96,04	64,82	49,55	108,22	70,11	52,84	106,36	79,42	50,75
TO	112,39	40,65	59,99	137,89	43,60	77,10	146,31	61,03	77,00
<b>Nordeste</b>	81,35	47,36	53,35	89,54	53,43	59,29	98,40	57,47	61,52
MA	90,93	40,48	62,60	95,04	52,80	64,50	103,85	53,97	63,46
PI	93,91	50,66	53,58	99,36	57,48	53,25	112,44	53,24	47,15
CE	107,12	57,28	53,81	118,37	64,94	61,56	123,24	67,99	64,52
RN	87,56	39,66	50,57	93,10	40,37	58,36	107,72	54,92	69,28
PB	61,75	36,96	38,22	57,89	39,28	36,21	75,64	44,92	42,03
PE	65,28	42,65	45,67	72,72	49,06	51,66	78,48	50,84	52,58
AL	78,77	50,54	48,34	83,96	54,71	53,67	85,31	56,44	53,45
SE	72,53	56,59	56,17	94,21	56,73	61,03	96,48	57,34	62,89
BA	96,56	56,25	62,06	105,26	63,28	69,00	119,10	67,91	70,85
<b>Sudeste</b>	107,73	76,11	60,91	117,96	81,25	63,36	128,68	86,64	66,95
MG	104,27	63,45	54,89	118,94	67,73	56,27	129,67	72,65	58,55
ES	92,08	61,53	54,20	98,97	67,73	56,58	109,18	78,87	62,16
RJ	86,05	66,65	53,36	91,88	71,74	55,19	106,09	79,11	61,94
SP	119,22	86,33	65,25	130,64	91,88	68,46	140,24	96,54	71,47
<b>Sul</b>	117,44	79,04	58,51	129,84	87,43	63,17	142,24	93,90	65,77
PR	114,24	81,63	53,76	128,19	88,35	58,39	140,79	95,24	62,07
SC	107,58	68,74	48,19	117,60	80,29	53,22	131,68	84,16	54,29
RS	123,87	82,90	67,50	135,86	91,46	71,86	147,69	99,36	74,63
<b>Centro-Oeste</b>	145,76	77,59	72,17	163,32	85,27	79,55	180,72	89,29	84,21
MS	138,19	86,41	59,14	144,86	96,05	63,76	160,40	102,09	68,75
MT	108,14	50,78	55,26	112,97	52,97	56,83	120,43	58,88	57,26
GO	98,49	75,81	47,33	109,81	88,02	52,65	121,04	87,39	53,58
DF	190,29	110,84	94,83	216,68	122,96	106,82	246,63	134,81	117,74

Fonte: RAIS/Ministério do Trabalho e Emprego.

Nota: Para calcular o valor do total de horas de trabalho basta multiplicar o valor da hora de trabalho pelo número de horas correspondentes (20 horas, 40 horas ou outro valor).

## Anexo 5

### Região SUL Lista de Municípios sem CD residente e sem ESB do PSF implantadas, 2009.

UF	MUNICÍPIOS	SEM CD RES	SEM PSF	SEM CD RES E SEM ESB PSF		
				Até 5000 habitantes	5.001-20.000 habitantes	>20.001 habitantes
<b>PR</b>	399	52	132	3		
Presidente Castelo Branco				4.879		
São José das Palmeiras				3.960		
São Pedro do Paraná				2.580		
<b>SC</b>	293	43	35	5	0	0
Botuverá				4.294		
Flor do Sertão				1.694		
Guatambú				4.622		
São João do Itaperiú				3.404		
Urupema				2.576		
<b>RS</b>	496	63	183	7	0	0
Arambaré				3.931		
Boa Vista do Cadeado				2.522		
Capão do Cipó				3.402		
Jari				3.801		
Mariana Pimentel				4.136		
Pedras Altas				2.631		
Travesseiro				2.462		

Fonte: Dados extraídos do SIAB, em março de 2009 e do Cadastro do CFO em setembro de 2009.

### Região Sudeste Lista de Municípios sem CD residente e sem ESB do PSF implantadas, 2009.

UF	MUN.	SEM CD RES	SEM PSF	SEM CD E SEM PSF	SEM CD RES E SEM ESB PSF	
					Até 5000 habitantes	5.001-20.000 habitantes
<b>ES</b>	78	1	8	0	0	0
<b>MG</b>	853	116	218	22	13	9
Albertina					2.966	
Alfredo Vasconcelos						6.194
Catas Altas da Noruega					3.550	
Divisa Alegre						6.108
Funilândia					3.801	
Jaguaraçu					2.860	

Miravânia					4.927	
Monte Formoso					4.897	
Onça de Pitangui					3.118	
Orizânia						7.026
Pedra do Indaiá					4.058	
Pedro Teixeira					1.692	
Piranguçu						5.292
Ritápolis						5.178
Santa Cruz de Minas						7.618
Santa Rita do Itueto						5.774
São João do Pacuí				4.174		
São José do Mantimento				2.562		
São Sebastião do Oeste						5.597
São Sebastião do Rio Verde				2.264		
Toledo						5.967
Wenceslau Braz					2.576	
RJ	92	1	24	0	0	0
SP	645	75	292	24	15	8
Borá						834
União Paulista						1.508
Santana da Ponte Pensa						1.643
Aspásia						1.831
Paulistânia						1.898
Santa Clara d'Oeste						2.141
Quadra						2.779
Torre de Pedra						3.058
Platina						3.359
Bom Sucesso de Itararé						3.902
Novais						3.908
Onda Verde						3.953
Corumbataí						4.109
Cabrália Paulista						4.400
Motuca						4.618
Tejupá						5.096
Avaí						5.121
Iaras						5.420
Taquarivaí						5.446
Pedra Bela						6.097
Tuiuti						6.165
Lavrinhas						6.915
Ouro Verde						8.074
Pradópolis						15.148

Fonte: dados extraído do SIAB, em março de 2009 e do Cadastro do CFO em setembro de 2009.

### Região Centro-Oeste Lista de Municípios sem CD residente e sem ESB do PSF implantadas, 2009.

REGIÃO CENTRO OESTE	MUNICÍPIOS		SEM CD RES E SEM ESB PSF		
			UF	Até 5000 habitantes	5.001-20.000 habitantes
Mato Grosso do Sul	78	0	0	0	0
Mato Grosso	141		3	0	0
		Nova Santa Helena	3	3.453	
		Planalto da Serra		2.807	
		Rondolândia		3.457	
Distrito Federal	1		0	0	0
Goiás	246	7	6	1	
		Buriti de Goiás		2.248	
		Ipiranga de Goiás		2.900	
		Morro Agudo de Goiás		2.391	
		Nova América		2.271	
		Nova Roma		3.644	
		Panamá		2.678	
		Terezópolis de Goiás			5.875

Fonte: dados extraído do SIAB, em março de 2009 e do Cadastro do CFO em setembro de 2009.



**Região Nordeste Lista de Municípios sem CD  
residente e sem ESB do PSF implantadas, 2009.**

UF	MUNICÍPIOS	SEM CD RES	SEM PSF	SEM CD RES E SEM ESB PSF		
				ATÉ 5000 habitantes	5.001-20.000 habitantes	>20.001 habitantes
<b>AL</b>	102	42	2	1	1	0
	<b>Coqueiro Seco</b>				5.493	
	<b>Feliz Deserto</b>			4.503		
<b>BA</b>	417	148	57	0	4	1
	<b>Curaçá</b>					33.929
	<b>Cordeiros</b>				8.826	
	<b>Maiquinique</b>				8.713	
	<b>Saúde</b>				12.284	
	<b>Tremedal</b>				18.706	
<b>MA</b>	217	114	8	0	5	1
	<b>Lagoa do Mato</b>				10.536	
	<b>Marajá do Sena</b>				6.979	
	<b>São José dos Basílios</b>				7.490	
	<b>São Pedro da Água Branca</b>				11.439	
	<b>Turiaçu</b>					33.456
	<b>Vila Nova dos Martírios</b>				8.961	
<b>PB</b>	223	153	7	5	0	0
	<b>Cajazeirinhas</b>			3.141		
	<b>Coxixola</b>			1.752		
	<b>Santa Inês</b>			3.810		
	<b>Serra Grande</b>			3.122		
	<b>Sossêgo</b>			3.045		
<b>PE</b>	185	52	7	0	1	0
	<b>Maraial</b>				12.473	
<b>PI</b>	223	153	3	0	1	0
	<b>Parnaguá</b>				10.611	
<b>RN</b>	167	90	1	0	1	0
	<b>Augusto Severo</b>				9.194	
<b>SE</b>	75	41	1	0	0	0
<b>CE</b>	184	55	3	0	1	0
	<b>Alcântaras</b>				10.706	

Fonte: dados extraído do SIAB, em março de 2009 e do Cadastro do CFO em setembro de 2009.

**Região Norte Lista de Municípios sem CD residente e sem ESB do PSF implantadas, 2009.**

REGIÃO NORTE	MUNICÍPIOS	SEM CD RES	SEM ESBPSF	SEM CD RES E SEM ESB PSF		
				Até 5000 habitantes	5.001-20.000 habitantes	>20.001 habitantes
Acre	22	8	0	0	0	0
Amapá	16	6	1	0	0	0
Amazonas	62	11	8	0	2	1
Itamarati					8.300	
Juruá					9.032	
Santo Antônio do Içá						30.176
Pará	143	54	28	0	13	7
Afuá						32.368
Anajás						26.563
Aveiro					19.839	
Bagre					19.780	
Bonito					11.817	
Bujaru						23.429
Cachoeira do Arari					19.996	
Cachoeira do Piriá					18.481	
Curuá					12.644	
Garrafão do Norte						25.436
Ipixuna do Pará						42.636
Palestina do Pará					7.329	
Placas					19.030	
Prainha						26.866
Santa Cruz do Arari					6.190	
São João da Ponta					4.949	
São João de Pirabas					19.691	
São João do Araguaia					11.963	
São Sebastião da Boa Vista						21.499
Terra Santa					15.885	
Rondônia	52	9	8	2	0	0
Parecis				4.696		
Primavera de Rondônia				3.819		
Roraima	15	1	1	0	0	0
Tocantins	139	37	7	1	0	0
Novo Jardim				2.492		

Fonte: Dados extraído do SIAB, em março de 2009 e do Cadastro do CFO em setembro de 2009.